

EM FOCO

Poder mais perto dos cidadãos: pretexto ou projecto?

Transformar a democracia numa prática constante e vivida pelo maior número possível de cidadãos, garantir o controlo político efectivo do poder, despertar um interesse cada vez maior pela participação nos assuntos públicos, deve ser uma preocupação efectiva.



■ **Luís Sá** Pág. 18

Para um Partido de/com futuro

■ **Sérgio Ribeiro** Pág. 19

As propostas do Governo para a Segurança Social

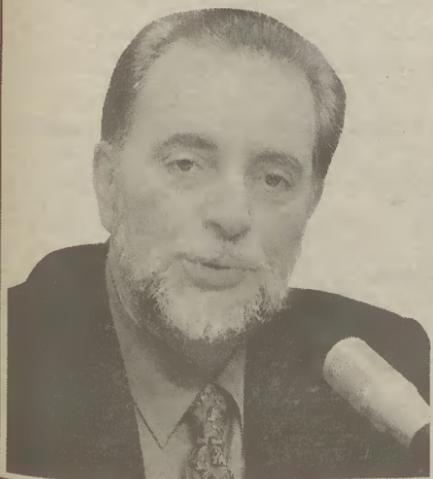
■ **Eugénio Rosa** Pág. 23

INTERNACIONAL **Acordo histórico na Irlanda**

Pág. 15

A convite do PCP Júlio Anguita visita Portugal

Pág. 7



Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

Orgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 16 de Abril de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1272 • Director: José Casanova

Intervenção policial no Ritz é um exemplo

GOVERNO SEMPRE COM O PATRONATO

Vencendo pressões e intimidações, os trabalhadores prosseguem a luta por reais aumentos dos salários e melhores condições de vida, contra as tentativas patronais de intensificar a exploração para obter maiores lucros pela via mais fácil. Págs. 5 e 6

A experiência britânica e o alerta dos sindicatos portugueses

CUIDADO COM A PRIVATIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Págs. 20 e 21

Em alternativa aos círculos uninominais

PCP apresenta projecto de reforço da proporcionalidade do sistema eleitoral

Centrais

Editorial Ei-los: os Ex

EDITORIAL



Debate no CT Vitória com Julio Anguita

RESUMO

8
Quarta-feira

O PCP apresenta um projecto de revisão da Lei Eleitoral que prevê a criação de oito círculos eleitorais no continente e um círculo nacional de 50 deputados ■ O padre Frederico, a cumprir pena de prisão por homicídio, foge para o Brasil, aproveitando uma licença de saída precária ■ Em Lisboa, verificam-se confrontos entre os trabalhadores do hotel Ritz em greve e a PSP ■ O parlamento sérvio aprova a realização de um referendo, a realizar-se a 23 de Abril, sobre uma eventual participação estrangeira no Kosovo ■ O governo colombiano anuncia o reinício das negociações com o ELN ■ A Indonésia e o FMI chegam a acordo sobre as reformas económicas a realizar no país.

9
Quinta-feira

O Governo pede uma auditoria aos acessos à Ponte Vasco da Gama ■ A TAP aluga um avião da companhia aérea indonésia para um voo Paris-Lisboa, vendo-se obrigada a mudar de avião em Lyon ■ É anunciado que os bispos das dioceses timorenses de Díli e de Baucau se encontram em Portugal em Maio ■ É assinado o acordo de paz sobre a Irlanda do Norte ■ O parlamento chileno recusa a acusação contra Pinochet de atentado «contra a honra e segurança da nação», provocando protestos populares ■ Em Meca, 107 peregrinos morrem esmagados pela multidão ■ A Rússia decide reduzir as suas exportações de petróleo para a Letónia, a primeira sanção a Riga devido à questão relacionada com a minoria russa.

10
Sexta-feira

Os guardas de museus, palácios, castelos e sítios arqueológicos entram em greve, reivindicando a negociação das carreiras, horários, folgas e feriados ■ A Comissão Europeia ameaça apresentar uma acção judicial contra o Estado português, devido à «má aplicação» da directiva sobre o reconhecimento dos diplomas para efeitos de exercício dos professores universitários ■ A câmara baixa do parlamento russo rejeita o nome de Serguei Kirienko para o cargo de primeiro-ministro, enquanto Boris Ieltsin afirma que manterá o mesmo candidato.

11
Sábado

Termina a visita a Moçambique da delegação parlamentar portuguesa ■ Na Irlanda do Norte, o comité executivo do Partido Unionista aprova o acordo de paz ■ A polícia palestina detém um importante membro do Hamas, suspeito de ter morto a tiro o bombista Mohiedine

Sharif ■ As autoridades de Pyongyang e de Seul reúnem-se, em Pequim, para discutir o auxílio alimentar à Coreia do Norte, no dia em que os Médicos Sem Fronteiras publicam um relatório sobre as graves proporções que a crise atingiu ■ O Governo turco revela que é responsável pela morte de 20 mil separatistas curdos desde 1984.

12
Domingo

O ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia recusa a aplicação do modelo irlandês a Timor-Leste ■ No dia em que se assinala 30 anos de colonização judaica na Cisjordânia, ocorrem graves confrontos em Hebrón entre manifestantes pacifistas e as forças de segurança ■ Na Irlanda do Norte, inicia-se a campanha para o referendo sobre o futuro da região ■ Em Pristina, no Kosovo, cerca de cinco mil albaneses manifestam-se contra a Sérvia ■ O governo afegão dos talibans acusa o Irão de bloquear o rio Helmand e provocar inundações no sudoeste do país ■ Termina o Estoril Open.

13
Segunda-feira

O Grupo Parlamentar e a Direcção da Organização Regional de Santarém do PCP realizam uma visita de trabalho ao concelho de Alpiarça ■ A CGTP, a UGT, a CIP e a CCP assinam uma declaração conjunta sobre o Plano Nacional de Emprego ■ O Presidente da República inicia uma visita oficial de quatro dias à Ucrânia ■ O jornal espanhol *El País* noticia que o duque de Soria, Carlos Zurita, foi agredido em Lisboa por agentes da PSP em Fevereiro ■ Em Espanha, o presidente da Generalitat da Catalunha, considera constitucional a lei que transforma o catalão na língua oficial da província ■ Em Belfast, os protestantes realizam uma marcha sem que se verifiquem quaisquer incidentes.

14
Terça-feira

O líder da Esquerda Unida e secretário-geral do Partido Comunista Espanhol, Julio Anguita, chega a Portugal, onde se encontra com Carlos Carvalhas ■ O expide Rosa Casaco que dirigiu a brigada que assassinou Humberto Delgado é detido em Madrid ■ No Irão, ocorrem violentos confrontos entre fundamentalistas e estudantes que manifestavam o seu apoio ao presidente da Câmara de Teerão, Gholamhossein Karbastchi ■ A UNICEF lança apelo para que o recrutamento de crianças pelos exércitos seja considerado crime de guerra pelo futuro tribunal criminal internacional permanente (ICC).



sempre assim: um concreto reflexo condicionado condu-los ao encontro marcado e no momento certo aparecem no sítio certo e dizem e escrevem o que deles se espera que digam e escrevam. Deslocam-se de entrevista ou de artigo de opinião e deixam atrás de si um rasto de enjoativos odores a rosas fanadas, a laranjas importadas.

Os jornais tratam-lhes da encenação, dão-lhes a boca de cena e eles protagonizam: exibem a sua profissão de ex-comunistas, exibem à sua maneira, a condição de arrependidos; de apóstatas que venderam a alma ao Diabo para comerem o pão que Deus amassou; de ex-pecadores que finalmente viram a luz (como diz Noam Chomsky). Estão como peixes na água ou, se quisermos ser mais rigorosos, estão como certos peixes em certas águas, já que o protagonismo está para eles como os esgotos estão para as tainhas. Ainda segundo Chomsky: são, por tudo o que acima ficou dito, “peritos” – peritos cujo destaque se deve em grande parte à utilidade que têm para quem os quer, e por isso os nomeou, “peritos”. Os motivos que os levaram a passarem-se para o outro lado são diversos, mas aos meios de comunicação interessa essencialmente exhibi-los, explícita ou implicitamente, como pecadores que viram a luz, que confessaram os pecados e juraram arrependimento – coisa esta de suprema importância numa sociedade que eleva à categoria de dignidade a confissão do pecado e o conseqüente arrependimento (aqui há tempos, numa das suas soberbas homílias, o engenheiro Guterres, patrono natural de todos estes arrependidos, pregava que “o arrependimento é um acto digno, quando leva à confissão dos pecados”).

Bebidos e embebidos de “modernidade” – eufemismo com que se designa, hoje, a ideologia capitalista –, não passam afinal de provincianos que julgam ter ideias mas apenas repetem clichés em moda, que julgam ter opiniões próprias mas apenas recitam a litania típica daquilo a que François Brune chama “a ideologia ambiente” – que é a ideologia dominante e mais do que isso: que procura infiltrar-se em cada cidadão e despersonalizá-lo (para melhor o submeter aos imperativos da ordem socioeconómica); que diz a cada cidadão: “tens que ser um homem moderno, um homem do teu tempo” (para melhor o convencer da sua impotência face às evoluções do mundo); que procura convencer cada cidadão da inevitabilidade das “inevitabilidades”, através da sacrossanta fórmula de que o que é inevitável é aceitável e o que é aceitável é bom (ou seja: que o capitalismo é o sistema ideal, incontestável e incontestado, contra o qual é desnecessário e inútil lutar).

Chegaram, então, de entrevista e de artigo de opinião e disseram o que estava previsto sobre “o dilema do PCP”, ao qual restam “apenas duas opções”: desaparecer ou desaparecer. Isto é: “o PCP, como todos os partidos comunistas, não é renovável”, ou só o é se seguir determinado caminho, cujo é: “começa por retirar a foice e o martelo, depois abandona a bandeira e, finalmente, mudará de nome” – renovável... assim como quem diz descartável. E é certamente sonhando com este arrependido conceito de renovação que um Dupont proclama que “a

Ei-los: os Ex

reforma no PCP é um facto”, que “ela está em curso”, enquanto o outro Dupont descobre, luminar, que “a transformação do PCP é possível”. Enfim, uns sonhadores.

A qualidade de “perito” tem exigências incontornáveis e mesmo que, com magnanimidade, se admita que, num caso ou noutro, haja vontade de torneir tais exigências, não há dúvida que a generalidade destes “peritos” se sente como os tais peixes nas tais águas. É possível que os envergonhe (porque realça o conteúdo dos seus arrependimentos) a existência de um partido revolucionário que, porque o é de facto e quer continuar a sê-lo, ousa contestar a nova ordem mundial; ousa desafiar os donos do Mundo; ousa combater esta sociedade exploradora e opressora e contrapor-lhe um projecto de sociedade humanista e humanizada, sem exploradores nem explorados. Daí a incapacidade desses “peritos” para perceber que as mudanças e as renovações e as transformações – sempre necessárias num partido que não se demite da sua condição de comunista – levadas ou a levar a cabo no PCP têm em vista, sempre, a procura de caminhos que conduzam ao reforço do Partido, ao seu melhor apetrechamento para responder aos novos e velhos problemas, à consolidação da sua condição de partido comunista.

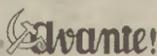
Percebe-se que a existência de um partido como o PCP incomode muita gente. Percebe-se a obsessão doentia dos que, permanentemente e há muitos anos, vêm decretando a

Percebe-se que
a existência de um
partido como o PCP
incomode muita
gente

“morte inevitável” ou a “morte já consumada” do PCP. Percebe-se, na situação actual, a mobilização dos tais “peritos”, chamando-os ao cumprimento dos deveres que lhes são inerentes. Percebe-se que os preocupem o facto de constatarem que o PCP está bem, ou seja: que o PCP tem a noção da grandeza e do conteúdo das dificuldades e dos obstáculos que se lhe deparam; que tem a noção das suas muitas deficiências e insuficiências orgânicas e interventivas; que está determinado a procurar superar essas dificuldades, tornando mais eficaz a força de que dispõe e não arredando pé de um lugar que historicamente lhe pertence: ao lado dos explorados, dos oprimidos, dos injustiçados; ao lado dos que lutam todos os dias por melhores condições de vida e de trabalho; ao lado dos que persistem no objectivo de construir uma sociedade justa, fraterna, solidária e livre.

Por muito que custe aos eternos profetas do fim do PCP, a verdade é que, na sequência da recente reunião do Comité Central, milhares de comunistas, por todo o País e através de um amplo debate colectivo, dão expressão concreta ao novo impulso na organização, intervenção e afirmação política do Partido.

E esta é a melhor resposta para os que sonham e tudo fazem para que o PCP deixe de ser o que é e quer ser e passe a ser o que eles desejariam que fosse. Inclusive para os tais “peritos” que, fatalmente, acabarão por recolher, melancólicos e cabisbaixos, às casotas do seu arrependimento – com ar condicionado, lareiras e piscinas? sem dúvida. Mas, irremediavelmente, casotas.



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX, Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.º-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
Tel.: (01) 923 89 00
Campo Raso — 2710 Sintra
Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL
(Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 8 100\$00;

25 números: 4 200\$00

EUROPA

50 números: 21 850\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 30 600\$00

GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU

50 números: 23 000\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Os intocáveis e os outros

Carlos Zurita, duque de Sória e cunhado do rei Juan Carlos, desloca-se com frequência a Portugal. Numa dessas deslocações - em Fevereiro passado - foi a uma livraria do Bairro Alto. Deixara, entretanto, o carro (de matrícula portuguesa) mal estacionado e quando, feitas as compras, regressou ao veículo esperavam-no dois agentes da PSP que lhe pediram a identificação e os documentos do carro. O duque não levava documentos de identificação e quando abriu o porta-luvas para tirar os documentos do carro, os agentes da PSP, suspeitando que ele ia tirar uma arma, agarraram-no, agrediram-no, algemaram-no e levaram-no para a esquadra do Bairro Alto. Pouco depois, graças à intervenção do embaixador espanhol junto da Presidência da República, o duque foi posto em liberdade após o que, no Hospital da CUF, foi assistido a um corte na orelha.

Esta é, em traços largos, a versão do El País. Versão correcta? Incorrecta? Estou

em crer que não deve andar longe da verdade. Com efeito, para as autoridades espanholas o incidente não vai afectar as «relações entre Portugal e a Espanha: são coisas lamentáveis que acontecem». Por seu lado, o ministro Jorge Coelho, naquele seu estilo de «só me saem duques», recusou-se, primeiro, a comentar «se houve agressão, se não houve agressão, se houve tratamento, se não houve tratamento; depois, afirmou tratar-se de «um ligeiríssimo acidente... e que não houve qualquer agressão»; e no meio de tudo isto, produziu ainda a seguinte curiosíssima declaração: «as relações entre Portugal e Espanha não podem ser afectadas por um pequeno problema numa rua de Lisboa, onde um cidadão, que a polícia não sabe quem é, tem um carro mal estacionado e recusa identificar-se». E, confirmando que tudo não foi nada, acrescentou: «eu próprio almocei no dia seguinte com o duque de Sória».

Ficamos, assim, a saber que a agressão ao duque só se verificou porque os polícias não sabiam de quem se tratava. Soubessem eles que o duque era duque e outro tratamento lhe cantaria. Para o ministro Jorge Coelho, há pessoas intocáveis e há pessoas em quem a polícia pode bater à vontade. O duque está no primeiro grupo, e só por lapso foi agredido. No segundo grupo estão todos os que «a polícia não sabe quem são»..., nomeadamente os trabalhadores do Hotel Ritz, há dias vítimas de uma carga policial. Não por terem os carros mal estacionados. Não por falta de documentos de identificação...

Apenas e só por lutarem pelos seus direitos, por lutarem por melhores salários.

A propósito: alguém conhece algum caso de carga policial contra patrões? Não. Porque o ministro Jorge Coelho «sabe quem são» os patrões.

■ José Casanova

Segredos da riqueza e trabalhos da pobreza

Esta semana, um canal de TV apresentou uma reportagem sobre um tema de grande actualidade: a pobreza nos Estados Unidos. Reportagem que surge, aliás, ao arripio da campanha sobre a «superioridade económica» do «modelo americano» ultraliberal para «gerar riqueza» e «reduzir o desemprego» - em contraposição ao «modelo europeu» de suposto «Estado social». Campanha que não visa mais do que dar cobertura às ofensivas contra as conquistas sociais alcançadas pelos trabalhadores na Europa.

Segundo a referida reportagem, há actualmente nos Estados Unidos cerca de 30 milhões de pessoas (3 vezes a população de Portugal) a sobreviverem com recurso à «sopa dos pobres». Esse número tem vindo a crescer rapidamente: aumentou 30 por cento nos últimos 18 meses. E o mais espantoso é que esses milhões de pobres do país mais rico do mundo - assinalava a reportagem - não são somente os desempregados e mendigos: são, na sua maioria, trabalhadores em exercício, cujos salários não lhes permitem sequer assegurar a sobrevivência alimentar...

Assim funciona nos Estados Unidos o «mercado livre» do trabalho, em que a proclamada liberdade de mercado não é mais do que um mecanismo constrangedor, restritivo, punitivo, daqueles que trabalham.

Tal como dizia Marx, essa pauperização de largas massas de trabalhadores tem contrapartida na esmagadora acumulação de riqueza em mãos de um restrito grupo de detentores de capital. Veja-se apenas isto: as cinco maiores empresas dos Estados Unidos facturam por ano tanto como o Produto Interno Bruto de um país como o Brasil. E um estudo da ONU apresentado na Conferência Rio-92 referia existirem no mundo 1,5 milhão de seres humanos abaixo do limite de pobreza, havendo num outro extremo 157 bilionários (em dólares).

O modelo neoliberal, feroz e zelosamente defendido e aplicado por conservadores, liberais, trabalhistas, social-democratas e socialistas de direita está acentuando tragicamente essa polarização à escala mundial, com dramáticas consequências. Segundo a FAO, apesar de existirem hoje possibilidades de alimentar 10 000 milhões de pessoas (o dobro da população mundial) há mais de 700 milhões de seres humanos sofrendo fome: estão «fora do mercado», não têm «poder de compra» para adquirir as alimentos de que necessitam. E enquanto 20 por cento da população mundial se apropria (com os Estados Unidos à cabeça) de 85 por cento da riqueza no mundo - no outro pólo, no doloroso extremo, aos 20 por cento mais pobres só vai cabendo 1,4 por cento do rendimento mundial.

Tal é o resultado das leis secretas do controlo dos mercados pelo grande capital financeiro, apoiado nas estruturas e instrumentos do Estado, e reduzindo os trabalhadores, apertados pela fome, a vender por preço aviltado a sua força de trabalho, precisamente por nada mais terem além dos seus braços e da sua descendência, a sua prole - e por isso mesmo Marx lhes chamou os proletários.

Adam Smith, patriarca do liberalismo económico, imaginou no Século XVIII que a oferta e a procura assegurariam a harmonia reguladora de um mercado ideal. Mas se o mercado do trabalho foi sempre selvático, o que dele hoje persiste é a filosofia indecentemente desumana de ter sempre à mão quem trabalha, pela insegurança no emprego e o desespero do desemprego.

O capitalismo, sobretudo na sua conformação actual, não é só uma má noite para os que devem a sua vida ao trabalho: tornou-se um pesadelo tão desumano que se torna premente dele acordar, para uma manhã clara e justa.

■ Aurélio Santos

SEM TERRA

Reforcemos a solidariedade

O massacre de Eldorado do Carajá - 19 trabalhadores rurais sem terra assassinados pela Polícia Militar que feriu mais 67 trabalhadores - ocorreu há dois anos no estado brasileiro do Pará. A violência desta chacina projectou mundialmente a luta pela reforma agrária no Brasil, e gerou uma ampla solidariedade ao Movimento dos Sem Terra

A injusta repartição da terra vem de longe. Entretanto, o desenvolvimento capitalista nos campos brasileiros, subordinado ao capital industrial e financeiro, conduziu a um dos mais altos índices de concentração latifundiária do mundo - 1% dos proprietários possuem 46% de todas as terras. E também ao seu abandono - dos 400 milhões de hectares de propriedade agrícola só 60 milhões são utilizados. A actual luta dos sem terra pela reforma agrária entronca-se na luta secular contra o latifúndio no Brasil, tão antiga como a independência do país. Desenvolve-se com a exigência da abolição da escravatura. No nosso século têm lugar várias revoltas camponesas, antes e durante a ditadura militar. Diversos movimentos se constituem e, a partir da década de 70, as ocupações de terra, os acampamentos, as longas marchas, os encontros regionais de camponeses assumem importante expressão. É assim que nasce, em 1984, o Movimento dos Sem Terra.

Desde então, o MST desenvolve a sua actividade numa situação de desafiada violência social. 30 milhões migraram para as cidades, durante os últimos 20 anos, em busca da sua sobrevivência. Cerca de 5 milhões de famílias vivem à beira das estradas, sem terra e sem trabalho. Incentivando a «invasão» das terras abandonadas e dinamizando os «assentamentos» das famílias - 160 mil ocuparam até ao ano passado 5 milhões de hectares - o MST esclarece e mobiliza ainda os trabalhadores rurais para a exigência de contratos de trabalho e contra a exploração dominante. O confronto com as forças repressivas governamentais tem sido frequente e brutal - cerca de 2 mil camponeses assassinados. A impunidade dos assassinos é garantida através do arrastamento de processos judiciais lentos e inconclusivos.

As notícias das últimas semanas alertam-nos para uma agudização da luta pelo direito à terra. Por um lado crescem as ocupações - 13.118 famílias em Março, contra 1.790 em Fevereiro - e por outro multiplicam-se as intimidações e os assassinatos. Os latifundiários organizam-se à margem da lei e do Estado. As milícias armadas recentemente criadas pelos latifundiários e a ocupação de vastas regiões prefiguram organizações «paramilitares» que marcam a história de violência e terror em numerosos países latino-americanos. Fernando Henrique Cardoso, que não cumpre a legislação do seu próprio governo relativa à reforma agrária, ao suspender neste preciso momento as conversações com os dirigentes do MST mostrou, a quem tivesse dúvidas, de que lado está. Eleito presidente como «homem de esquerda» e denunciando o Brasil «como um país injusto», FHC revelou-se um «esclarecido» servidor do grande capital e acabou por acentuar ainda mais as gritantes e trágicas desigualdades sociais no Brasil.

A luta dos Sem Terra e do seu Movimento contra a miséria, pelo direito à vida e ao trabalho tem, na actual situação política e social brasileira, particular significado. Opõe-se objectivamente à política neoliberal de FHC. Em permanente confronto com as classes dominantes e o poder instituído, a luta dos Sem Terra (pelo direito à terra, contra a exploração e a opressão) evidencia que as massas, conscientes da sua força e razão, são capazes de se organizar, lutar e avançar na conquista de direitos vitais, democráticos e progressistas. E que a clareza dos seus objectivos e a firmeza na acção do MST potenciou um forte movimento de solidariedade, de massas e institucional. Radicando-nos na grande expressão que assumiu em todo o mundo, exactamente há um ano, por ocasião do 1º aniversário do massacre de Eldorado do Carajá, e da marcha dos Sem Terra para Brasília, reforcemos em Portugal as acções de protesto contra a repressão e de solidariedade ao Movimento dos Sem Terra.

■ Manuela Bernardino



Foto: Sérgio Moraes

Pide Rosa Casaco detido em Espanha

À hora do fecho desta edição as rádios noticiaram a detenção em Madrid, na manhã da passada terça-feira, do ex-Pide Rosa Casaco, já condenado pela Justiça portuguesa a oito anos de prisão pelo assassinio do general Humberto Delgado, um dos muitos crimes em que esteve envolvido na sua longa carreira como tortionário e membro altamente responsável da polícia política do regime fascista português. Rosa Casaco foi detido pelo Corpo de Polícia Espanhola, em estreita colaboração com a Polícia Judiciária portuguesa e no quadro de um mandato de captura emitido internacionalmente pela PJ através da Interpol. Na altura da detenção, o criminoso era portador de documentos de identificação falsos e não ofereceu resistência. O Ministério da Justiça português confirmou no mesmo dia a detenção e anunciou que vai ser emitido um pedido de extradição às autoridades espanholas. A detenção de Rosa Casaco aconteceu cerca de dois meses depois de ter concedido uma entrevista ao semanário *Expresso*, onde levou a arrogância ao ponto de se deixar fotografar junto à Torre de Belém, em Lisboa, o que escandalizou o País.



Fusão de bancos nos EUA acelera concentração de capital

São anunciadas mais duas fusões de bancos norte-americanos, a do Nationsbank Corp com o BankAmerica Corp e a do Banc One Corp com o First Chicago NBD Corp, que darão origem, respectivamente, ao primeiro e ao quinto maiores grupos bancários dos EUA, com peso e influência mundial. No caso da maior fusão - a do Nationsbank Corp com o BankAmerica Corp - resultará o BankAmerica Corp, que disporá de activos próprios na ordem dos 570 mil milhões de

dólares - cerca de 107,7 mil milhões de contos - constituindo-se no primeiro banco norte-americano a cobrir todo o território, detentor da maior rede de agências e dos depósitos mais importantes, embora, no que respeita a fundos próprios, ocupe a segunda posição nos EUA. Esta onda de fusões bancárias está a gerar autênticos monstros multinacionais, detendo concentrações de capital que ultrapassam largamente o Produto Interno Bruto de numerosos países.

Doenças do fígado debatidas em Lisboa

Iniciou-se ontem, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, a reunião anual da Associação Europeia para o Estudo do Fígado, que trouxe ao nosso país dois mil investigadores de todo o mundo para apresentar e debater os mais recentes avanços nas terapias das doenças hepáticas, a descrição e o debate de algumas afecções raras do fígado e as últimas descobertas científicas neste

campo da medicina. Do ponto de vista terapêutico, serão apresentados e discutidos novos esquemas de tratamento ensaiados para as hepatites B e C, que constituem um problema de saúde pública na Europa. Segundo declarou ao *Diário de Notícias* o especialista Carneiro de Moura, que dirige a Associação Portuguesa para o Estudo do Fígado (APEF), e que preside a este



encontro internacional que este ano se realiza em Lisboa, «os principais avanços na hepatologia,

nos últimos anos, contribuíram para esclarecer os mecanismos básicos de lesão das células do

fígado». Este encontro de alto nível de especialistas hepáticos termina no próximo sábado.

Presidente Jorge Sampaio visita oficialmente a Ucrânia

O Presidente da República, Jorge Sampaio, regressa hoje de uma visita oficial de quatro dias à Ucrânia, integrando a comitiva presidencial uma numerosa delegação empresarial portuguesa, interessada em negócios com um país de 52 milhões de habitantes, uma área territorial superior à França,

mão-de-obra barata e altamente qualificada. Na sua deslocação, o Presidente da República avistou-se com as mais altas autoridades do país num quadro de estreitamento de relações entre os dois Estados e fez, ainda, uma breve visita à central nuclear de Tchernobil, onde ocorreu um dos mais graves acidentes em



centrais deste género, havendo notícia de que o Presidente foi portador de um «pacote financeiro» a conceder pelo Estado português para ajudar às trágicas consequências deste desastre, que ainda hoje se fazem sentir na região onde ocorreu.

Acordo na questão da Irlanda do Norte

Na passada sexta-feira, os partidos mais representativos das comunidades católica e protestante da Irlanda

do Norte assinaram um acordo de paz tutelado pela Grã-Bretanha, culminando 20 meses de longas e difíceis ne-

gociações. Os principais signatários, nomeadamente Davis Trimble, do principal partido protestante da Irlanda

do Norte (UU), e Gerry Adams, do Sinn Fein (braço político do IRA), felicitaram-se mutuamente com a

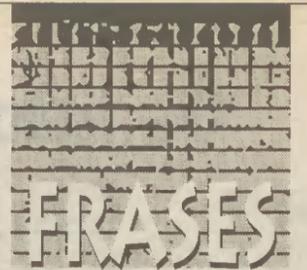
concretização do acordo, enquanto Mitchel McLaughlin, presidente do Sinn Fein, declarava que o texto do acordo poderá constituir a base para a regulação «durável» da questão da Irlanda do Norte, contendo «numerosas questões em que podemos ter confiança». Recorde-se que a Irlanda do Norte está há séculos ocupada pela Grã-Bretanha, impondo ao povo irlandês a sua integração forçada no império britânico. O conflito desembocou na resistência armada onde os nacionalismos ganharam expressão religiosa, opondo, de um lado, os católicos irlandeses - maioritários no país - e, do outro, os minoritários protestantes de origem britânica apoiados pelas forças repressivas inglesas, que ocuparam militarmente o país.



FMI acentua pessimismo sobre economia mundial

Um relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgado esta semana em Washington, aponta o desemprego como a principal ameaça a pairar sobre a moeda única europeia, ao mesmo tempo que baixa os valores das suas previsões sobre a economia mundial efectuadas em Outubro passado. Nessa altura, as estimativas de crescimento económico baixaram para 4,3% e em Dezembro voltaram a «cair», situando-se em 3,5%. Agora, o crescimento económico mundial em 1988, segundo o FMI, já se prevê ser apenas de 3,1%, com destaque

para as quedas brutais nos quatro países membros da ASEAN (Tailândia, Indonésia, Filipinas e Malásia), cujas estimativas sofrem uma queda impressionante de 8,1% face às previsões de Outubro passado, que já eram muito pessimistas. No seu conjunto, estas economias deverão registar um crescimento negativo de 2,7% contra os 3,9% positivos registados em 1997. O próprio Japão está em equilíbrio instável, prevendo o FMI que, este ano, o gigante nipónico conseguirá apenas um «crescimento zero» e, mesmo assim, com muita dificuldade.



“Abandono o congresso se a minha moção não atingir o número de votos que vou pedir.”

(Marcelo Rebelo de Sousa
«O Independente», 09.04.98)

“Se Marcelo perder a votação da moção de estratégia e for embora... terei de ver na altura.”

(confidência de Durão Barroso
a uma sua «fonte próxima»,
segundo «Expresso», 10.04.98)

“A sobrevivência de Marcelo pode ser a verdadeira surpresa do congresso.”

(Áurea Sampaio
«O Independente», 09.04.98)

“(...) se bem estamos a entender, após o Governo PS do eng. Guterres ter dado diligente prosseguimento à política do prof. Cavaco Silva, o prof. Rebelo de Sousa propõe-se tão-só sugerir ser ele a assegurar a continuação da estafeta, havendo apenas dúvidas quanto à composição da equipa.”

(Rubên de Carvalho
«Diário de Notícias», 10.04.98)

“Aquilo que teve mesmo o impacto desejado pelas autoridades foi a inauguração da Ponte Vasco da Gama. E algo de semelhante acontecerá, multiplicado por cem, com a inauguração da Expo. Será a conclusão do ciclo de grandes obras iniciado pelo cavaquismo e concluído pelo guterrismo em tom de pão e circo. Resta saber o que virá depois.”

(Manuel Villaverde Cabral
«Diário de Notícias», 10.04.98)

“SPD alemão admite aliança com CDU”

(título - Diário de Notícias,
13.04.98)

“Não apareço em fotografia nenhuma.”

(Padre Frederico,
reclamando a inocência
«Diário de Notícias», 10.04.98)

“É um pouco estranha a necessidade que (o padre Frederico) tem em aparecer. Há alguma má consciência que o leva a dar explicações sobre a sua saída da prisão.”

(Aarons de Carvalho,
Secretário de Estado
da Comunicação Social
«Diário de Notícias», 10.04.98)

“(...) choca saber que os pais do adolescente assassinado não tiveram, ao longo destes anos, “uma única palavra de consolação” da parte do responsável máximo da Igreja na Madeira. O bispo, por sinal, tem-se notabilizado por um silêncio ensurdecido sobre as graves chagas sociais que afligem o seu rebanho.”

(Bettencourt Resendes
«Diário de Notícias», 12.04.98)

“Depois da Páscoa apresento-me a um bispo.”

(Padre Frederico,
em entrevista telefónica
«Expresso», 10.04.98)

TRABALHADORES

Intervenção policial no Ritz é um exemplo

Governo sempre com o patronato

Vencendo pressões e intimidações, os trabalhadores prosseguem a luta por reais aumentos dos salários e melhores condições de vida, contra as tentativas patronais de intensificar a exploração para obter maiores lucros pela via mais fácil.

O Governo actua «invariavelmente em completo alinhamento com o patronato», quando é chamado a intervir como mediador de conflitos laborais, acusa a Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP. Na nota distribuída dia 8 pelo executivo da DORL, este organismo «repudia veementemente» a intervenção policial no conflito entre os trabalhadores do Ritz, em luta por melhores salários e pela administração do hotel.

Para os comunistas, este caso é exemplar, de dois pontos de vista:

- a Inspeção do Trabalho, chamada a intervir pelo sindicato, compareceu tarde e num momento em que a tentativa patronal de substituir grevistas por trabalhadores estranhos ao hotel, ainda que ilegal, já teria produzido efeitos, não fora a firme intervenção dos piquetes;

- a polícia, chamada por iniciativa da administração do hotel para dar cobertura à sua manobra ilegal, «não só apareceu em força, como agride quem

está a exercer um direito, cumprindo a lei».

A CGTP não deixou «passar sem reparo e sem uma condenação veemente da dualidade de critérios e comportamentos revelados pelas autoridades responsáveis, designadamente a Inspeção do Trabalho», os acontecimentos da semana passada no Ritz.

Um comunicado do Departamento de Informação da Inter-sindical Nacional relata a ordem dos factos: «O Sindicato da Hotelaria, mandatado pelos trabalhadores do Hotel Ritz, emitiu dentro dos prazos legais o respectivo pré-aviso de greve para dia 8 de Abril. Contudo, dia 6, tomou conhecimento de que a administração daquela unidade hoteleira se preparava para contratar pessoal estranho aos quadros de pessoal da empresa. Perante esta tentativa de atropelo às leis do País, o sindicato reuniu com responsáveis da Inspeção do Trabalho, os quais se comprometeram a comparecer na empresa logo pela manhã.»

Se assim tivesse sucedido, a jornada teria decorrido normal-

mente, com respeito pelas leis que impedem a substituição dos trabalhadores em greve. Contudo, prossegue o relato da CGTP, «até ao meio-dia», ainda nenhum funcionário da Inspeção do Trabalho tinha comparecido no hotel. «Em contrapartida, e perante a adesão maciça dos trabalhadores à greve por melhores salários e regalias, a administração conseguiu, através dum simples telefonema para a Polícia, que de imediato aparecessem duas carrinhas com cerca de uma quinzena de agentes, que, pressurosamente, procuraram forçar o piquete de greve a deixar passar o pessoal ilegalmente contratado».

Para a *Inter*, «é verdadeiramente inconcebível que as autoridades responsáveis actuem para suportar uma violação flagrante dum direito constitucional fundamental - o direito de greve - e nada façam para garantir o exercício desse direito». A central exigiu «uma intervenção rápida do Governo no sentido de garantir o cumprimento da legislação».

«Há feridos, mas não há perda de ânimo dos grevistas», afirmava o Sindicato da Hotelaria do Sul, numa nota distribuída a meio da manhã de quarta-feira, onde denunciava a intervenção policial no Ritz «a mando do Governo». Sublinhando que «o

que está em causa é a pretensão dos trabalhadores na melhoria das suas condições salariais e sociais», enquanto «o patronato, na boa lógica da maximização dos lucros, tudo faz para impedir uma maior justiça social», o sindicato conclui que «aos traba-

lhadores não resta outra alternativa, que não seja a luta, onde se inscreve o sagrado direito de greve». «Foi para impedir que o sindicato utilizasse este direito constitucional que a Polícia interveio no Hotel Ritz, exercendo, abusivamente, o uso da

força, indo ao ponto de agredir e violentar trabalhadores», acusa a direcção sindical, realçando que «a Polícia pode ter força, mas nós, os trabalhadores, temos a razão, e é com essa razão que vamos continuar a luta».

Combatividade e resultados

A paralisação convocada para anteontem no Lisboa Sheraton Hotel iniciou-se com uma adesão «na ordem dos 95 por cento», informou o Sindicato da Hotelaria do Sul, considerando que este nível «inegavelmente, constitui um enorme êxito». Como motivo para tão expressiva adesão dos trabalhadores à greve, a nota da direcção do sindicato refere que «os salários são baixos e as suas condições de trabalho são modestas», o que se verifica «numa altura em que a economia cresce, em que o PIB evolui a taxas de contentamento para os capitalistas», mas em que «é notório que a riqueza está cada vez mais mal distribuída».

A greve de quinta-feira, dia 9, no Hotel Penta, em Lisboa, teve a adesão da esmagadora maioria dos trabalhadores. Segundo uma nota do Sindicato da Hotelaria do Sul, num quadro de pessoal com cerca de 230 trabalhadores, apenas 13 estiveram a trabalhar.

No Hotel Atlântico, no Estoril, para onde estava convocada uma paralisação também no dia 9, chegaram a acordo com a administração da unidade na quarta-feira, o que levou à

desconvocação da greve. A proposta aceite pelos trabalhadores, refere a Agência Lusa, prevê o aumento de vencimentos em três por cento, duas folgas semanais seguidas, pagamento dos retroactivos em atraso referentes a 1997 e de faltas justificadas não aceites pela administração.

Os trabalhadores da indústria hoteleira algarvia não poderão ser obrigados a cumprir mais de 40 horas semanais, segundo o novo acordo colectivo de trabalho assinado entre na semana passada entre o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Algarve e a Associação da Indústria Hoteleira e Similares do Algarve. O acordo revisto, informa a Lusa, citando o sindicato, garante aos trabalhadores o direito a alimentação em espécie e pagamento do trabalho extraordinário em valores superiores aos fixados em Lei. Garante ainda que o subsídio de alimentação seja pago na retribuição e subsídio de férias, bem como no subsídio de Natal. Tem efeitos retroactivos a 1 de Janeiro de 1998.

Administração Local em vigília

Dirigentes sindicais da Administração Local iniciaram ontem, frente à residência oficial do primeiro-ministro, uma série de vigílias, marcadas ainda para a Assembleia da República (ontem), a presidência do Conselho de Ministros (hoje) e o Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território (amanhã, antecedida de um desfile, a partir das 10 horas, desde a Secretaria de Estado da Administração do Território).

Esta acção, promovida pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e pelo Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, enquadra-se por objectivo de «intensificação da luta» do pessoal das autarquias pela resolução de problemas «como o incumprimento do acordo de 1996 (nomeadamente carreiras, suplemento de risco e emprego precário), salários e privatizações», refere uma nota do STAL.

Auto Sueco

Os trabalhadores metalúrgicos da Auto Sueco, no Porto, manifestaram-se dia 8 nas proximidades da empresa, exigindo aumentos salariais e o fim dos despedimentos. A manifestação, que provocou o corte do trânsito, realizou-se durante uma greve, no segundo período de trabalho, que teve a adesão da quase totalidade dos 200 operários das oficinas.

O Sindicato dos Metalúrgicos do Norte nota que a

luta foi desencadeada depois de a administração ter revelado publicamente que a Auto Sueco alcançou uma situação económica e financeira invejável, enquanto foi desencadeada uma «vaga de despedimentos». Para despedir trabalhadores, a Auto Sueco recorreu aos serviços de outra empresa, revelando «falta de coragem para enfrentar os trabalhadores».

Para anteontem à tarde estava convocado novo plenário.

Sorel

Desde o início da semana passada e até amanhã, entraram em greve (2 horas de manhã e 2 horas de tarde) os trabajado-

res da Sorel, contra a instauração de processos disciplinares e a tentativa de impor a realização de horas extraordinárias - informou o Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa. A recusa de trabalho suplementar foi convocada por tempo indeterminado, também desde dia 6.

Carris

A greve de dia 9 na Carris teve uma adesão superior a 90 por cento, deixando Lisboa com cerca de um quarto dos autocarros que circulam normalmente, e mesmo estes eram quase todos alugados, noticiou a Lusa. A agência cita os números indicados por João Franco, administrador da Carris, segundo o qual aderiram à paralisação cerca de 90 por cento dos trabalhadores, e da Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos, que refere uma adesão de 99 por cento.

Ford Electrónica

Os trabalhadores do segundo turno da Ford Electrónica, de Palmela, decidiram concentrar-se à entrada da fábrica, protestando contra a direcção da empresa, que impediu uma trabalhadora de reocupar o seu posto de trabalho desde o início deste mês, quando teve alta médica depois de depois de 34 meses de baixa devido a doença profissional (tendinite), informou o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas.

Dirigente e delegada sindical, Helena Severino é irmã de Agripina Ribeiro, a trabalhadora que recentemente viu o tribunal de Setúbal dar-lhe razão num processo movido à Ford Electrónica pela Inspeção de Trabalho.



Sindicalistas da Administração Local estiveram anteontem à porta do primeiro-ministro

TRABALHADORES

Pirites voltam a Lisboa

Depois das reuniões realizadas com a administração e o presidente da EDM, os trabalhadores das Pirites e a população de Aljustrel, em plenário realizado dia 3, expressaram o seu descontentamento pela ausência de respostas quanto à retoma da laboração das minas, ao descongelamento dos salários e ao respeito pelos direitos dos trabalhadores que pretendem mandar para a reforma. O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira, lembrando que a mina está com a exploração suspensa há 6 anos e, por insuficiência de pessoal, é já visível alguma degradação do equipamento, informou ainda que o plenário decidiu constituir uma delegação alargada, que se deslocará a Lisboa no dia 7 de Maio, para interpelar directamente o primeiro-ministro, se até lá não forem obtidas respostas do Governo ou da administração da empresa.

O sindicato afirma que é «cada vez mais evidente que a mina nunca deveria ter suspenso a extracção de minério», o que «torna ainda mais inexplicável o atraso na retoma da exploração, tanto mais que há muito as cotações do tólar ultrapassaram os valores que o anterior ministro da Economia disse serem necessário para a exploração ser viável».

Luta em Argozelo

Um abaixo-assinado em circulação exige o pagamento dos salários e indemnizações aos cerca de 160 trabalhadores que as minas de Argozelo empregavam há cerca de 12 anos, quando encerraram após um processo atribulado. O documento, retomando denúncias enérgicas feitas pela CDU durante a última campanha para as autárquicas, reclama ainda, da CM de Vimioso e dos ministros do Trabalho, da Indústria e do Ambiente, a remoção dos materiais tóxicos existentes na mina e o enchimento dos buracos que ultimamente abriram dando acesso às galerias, bem como a anulação dos contratos de venda de areias e sucata. O problema foi levantado dia 3 na Assembleia da República, pelo deputado comunista Joaquim Matias que, num requerimento ao Governo, solicitou informações sobre que medidas foram ou vão ser desencadeadas para o pagamento da dívida aos trabalhadores e para a garantia da segurança das populações e do meio ambiente.

Governo sobre Segurança Social CGTP recusa evidente retrocesso

O Governo pretende «fazer redistribuição através do sistema de Segurança Social, quando esta função cabe essencialmente ao sistema fiscal», cuja reforma foi prometida mas tarda em ser concretizada.

O comentário da comissão executiva da CGTP-IN, divulgado em conferência de imprensa na semana passada, considera que o documento «Enquadramento, objectivos e propostas para uma reforma da Segurança Social», apresentado pelo Governo na AR, «é um claro e evidente retrocesso em relação à protecção dos trabalhadores, que já é a menos desenvolvida no

plano comunitário, e desprezta princípios contidos na Constituição».

Para a Intersindical Nacional, o direito universal afirmado no artigo 63º da Constituição é ofendido pelas propostas do Governo que pretendem fazer com que o valor das prestações fique sujeito a «gradação segundo os rendimentos».

A criação de prestações

supletivas para casos de desemprego de longa duração, doença prolongada e invalidez é «uma proposta correcta à partida, mas logo subvertida, quando estabelece que deverão «estar sujeitas à justa condição de recursos».

«Incrível e de uma profunda injustiça» é, para a central, a proposta que vai no sentido da retirada do direito à pensão de sobrevivência para os cônjuges sobreviventes.

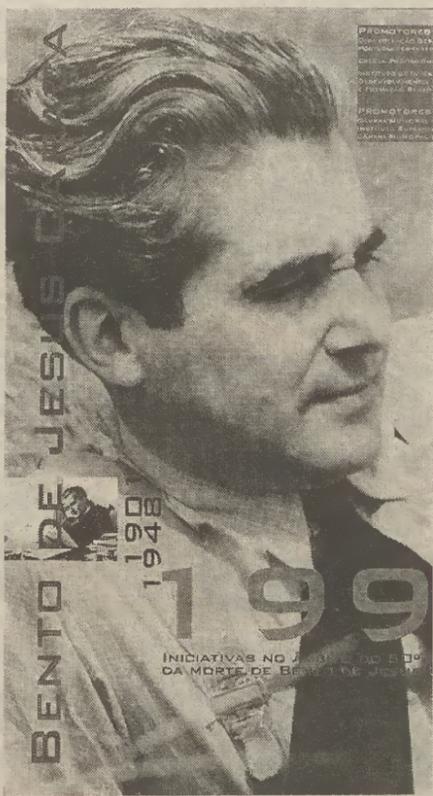
A CGTP recorda que «as contribuições para a Segurança Social (34,75 por cento da massa salarial) são pagas para fins específicos de substitui-

ção de rendimentos de trabalho por motivos de doença, desemprego, invalidez, etc.», sendo «inadmissível que se subverta o direito de protecção social, que o trabalhador adquire ao contribuir para o sistema de Segurança Social, e se queira transformar essa contribuição em mais um imposto». Se actualmente «quem paga essencialmente os impostos são os trabalhadores» e o Governo «continua a dar benefícios fiscais ao capital, não tributa os rendimentos especulativos e provenientes do capital e da riqueza, não globaliza os ren-

dimentos», o executivo do PS «agora, pretende ainda penalizá-los, através da Segurança Social, graduando a sua protecção como se eles fossem os grandes privilegiados da sociedade» - protesta a CGTP.

Apontando propostas que vão claramente ao encontro dos interesses do capital financeiro e do patronato, a *Inter* considera que «a proposta para um pacto de regime, apresentada pelo Governo, é contraditória com a intenção expressa de que é necessário um largo consenso para a concretização da reforma da Segurança Social».

Bento de Jesus Caraça - o homem e o tempo



Com o objectivo de «evocar a memória, a práxis e o património intelectual de Bento de Jesus Caraça» - sobre cuja morte se completam 50 anos, no próximo dia 25 de Junho - vai ser levada a cabo uma série de iniciativas. A principal promotora é a CGTP, que atribuiu o nome daquele destacado cientista, antifascista e comunista a duas instituições em que tem peso fundamental: a Escola Profissional, criada em 1990, e o Instituto de Investigação para o Desenvolvimento, Cooperação e Formação.

Esta evocação - que, além da *Inter*, do Instituto e da Escola, conta com o apoio do Instituto Superior de Economia e Gestão e das câmaras municipais de Lisboa e Vila Viçosa - inicia-se na próxima **quarta-feira, dia 22, no Forum Lisboa** (antigo cinema Roma), com uma conferência intitulada «A cultura integral do indivíduo, hoje». Na sessão de abertura intervêm o Presidente da República, Jorge Sampaio, e o investigador João Gaspar Caraça. Na mesa vão sentar-se os presidentes dos municípios e instituições envolvidos na organização e o coordenador da CGTP.

Nos painéis que se seguem (a conferência decorrerá entre as 9 e as 19 horas) intervirão Mário Soares, Mário de Carvalho, Vítor Cunha Rego, Ricardo Petrella, António Romão, José Madureira Pinto, José

Saramago, Cláudio Torres, Helena Roseta e Carvalho da Silva; serão moderadores Paulo Sucena, António Cluny e Diana Andringa.

Para dia **8 de Maio**, na Reitoria da Universidade do Porto, estão marcadas as jornadas «Bento de Jesus Caraça - Matemática, ensino e cultura».

O 50º aniversário da morte de Bento de Jesus Caraça será assinalado com uma sessão evocativa, a **25 de Junho**, no ISEG, e uma romagem ao cemitério dos Prazeres.

No auditório da sede da CGTP terão lugar colóquios e debates sobre «A Lisboa de Bento de Jesus Caraça» - a 28 de Maio, com José Cardoso Pires e Fernando Rosas - e sobre «Bento de Jesus Caraça - O Homem e o seu Tempo» - a 16 de Junho, com Álvaro Cunhal.

Foi ainda anunciada a realização de uma **exposição itinerante**, que em Maio e Junho estará patente em Vila Nova de Famalicão, Póvoa de Varzim, Matosinhos, Porto, Monte Redondo, Lisboa, Barreiro, Moita, Setúbal, Santiago do Cacém, Évora, Vila Viçosa, Redondo, Beja e Mértola. Paralelamente, decorrerão colóquios, debates e outras iniciativas de carácter cultural - informaram ainda os promotores.

Estão previstas algumas **iniciativas editoriais**, designadamente: o relançamento de «Conferências e Outros Escritos» e a reedição dos «Conceitos Fundamentais de Matemática»; o lançamento de uma biografia de Bento de Jesus Caraça, da autoria de Helena Neves; a edição de um catálogo da exposição e de um livro-memória das iniciativas que assinalam os 50 anos da morte de Bento de Jesus Caraça.

Da **comissão de honra** da evocação, presidida por Jorge

Sampaio, fazem parte o presidente da AR, o primeiro-ministro, os ministros da Cultura, da Ciência e Tecnologia e da Educação, os presidentes do Conselho Directivo do ISEG, das câmaras municipais de Lisboa, Vila Viçosa e Redondo, e um amplo leque de personalidades: Alfredo Bruto da Costa, Alfredo Esteves Belo, Alfredo Pereira Gomes, Almiro Lopes, Álvaro Cunhal, António Areosa Feio, António Cluny, António Costa Leal, António Dias Lourenço, António Ferrer Correia, António Simões Lopes, Aquilino Ribeiro Machado, Arsélio Martins, Belmira Cruz, Bento José Murteira, Cândida Gaspar Leal, Carlos Silva Ribeiro, Cláudio Torres, Cristina Loureiro, Diana Andringa, Domingos Fernandes, Eduardo Lourenço, Emílio Peres, Fernando Pulido Valente, Fernando Rosas, Filomena Caraça Charrua, Florival Lança, Francisco Melo, Graciano de Oliveira, Helena Roseta, Herlânder Estrela, Ildfonso dos Santos Nóvoa, Jerónimo Rodrigues, João Abel Manta, João dos Santos Caraça, João Manuel Gaspar Caraça, José Cardoso Pires, José de Pina Martins, José Gaspar Teixeira, José Madureira Pinto, José Morgado, José Rafael Botelho, José Saramago, Luís Costa, Luís Osvaldo Dias Amado, Luísa Irene Dias Amado, Manuel Carvalho da Silva, Maria Adriana Nóbrega Simões, Maria Augusta de Sousa, Maria Graciete Cruz, Maria Keil, Maria Leticia Clemente da Silva, Maria Stella Piteira Santos, Mário de Carvalho, Mário Neves, Mário Soares, Paulo Sucena, Rosa Maria Marques, Sabino Carlos Guedes Lebre, Ulpiano Nascimento e Vítor Cunha Rego.

Supermercados LIDL não querem grávidas

A cadeia de supermercados LIDL, de origem alemã, exige às trabalhadoras que contrata a prazo, para postos de trabalho permanentes, que se comprometam a não engravidar, do que dependerá a renovação do contrato - denunciou segunda-feira o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal.

O CESP/CGTP afirma que os responsáveis das lojas questionam as trabalhadoras sobre a sua «simpatia» pela sindicalização; a verificar-se, este é também um motivo para não serem admitidas.

Nas lojas LIDL, acusa ainda o sindicato, «os horários de trabalho diário e semanal são largamente ultrapassados, não sendo pago, chegando a atingir-se mais de sessenta horas semanais». Por altura dos inventários, o período de trabalho prolonga-se pela madrugada, «até às 5 horas, sendo obrigadas a entrar ao serviço, para cumprimento do horário normal, quatro horas depois».

A cadeia LIDL «considera pouco polivalentes as funções dos operadores de supermercados, inscrita no contrato colectivo de trabalho, e obriga todos os operadores, no final da sua jornada de trabalho, à limpeza das lojas, dos balneários, das casas de banho dos clientes, dos parques de estacionamento», denuncia o CESP, protestando porque a Inspeção do Trabalho «actua pouco e de mal a pior», uma vez que «as ilegalidades permanecem».

O sindicato afirma que «actualmente, em Portugal, a maior parte das cadeias de super e hipermercados de insígnias europeias e intercontinentais utiliza métodos na gestão de recursos humanos que fazem inveja a um qualquer capataz de escravos do século passado». Tais métodos «aqui e ali, começam a ser apadrinhados pelos super e hipermercados de capital social maioritariamente portugueses».

Delegações do PCP e da Esquerda Unida condenam Acordo Multilateral de Investimentos

Na passada terça-feira, uma delegação da Esquerda Unida visitou Portugal a convite do PCP, tendo-se realizado um encontro entre delegações das duas forças políticas.

A delegação espanhola, dirigida por Julio Anguita, Coordenador Geral da EU, era composta ainda por Pepe Cabo, Coordenador do Departamento Internacional, Victor Rios, Coordenador da Presidência Federal, e Pedro Marset, Secretário da Política Externa e eurodeputado. A delegação do PCP que durante a manhã manteve conversações com a Esquerda Unida era, por sua vez, dirigida pelo Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, e integrava Albano Nunes, membro do Secretariado e responsável pela Secção Internacional, Agostinho Lopes, membro da Comissão Política e do Secretariado, e Domingos Lopes, membro do Comité Central e da Secção Internacional.

As consequências negativas para o emprego e o desenvolvimento dos povos resultantes da construção da moeda única e do Acordo Multilateral de

Investimentos (AMI) foram algumas das questões sobre as quais incidiu o encontro e em relação às quais existem opiniões convergentes por parte das duas forças políticas.

À tarde, Carlos Carvalhas e Julio Anguita participaram num encontro com a comunicação social. O Coordenador Geral da Esquerda Unida teve então ocasião de referir a periodicidade com que estes encontros se vêm realizando e deu nota da existência «de ideias, projectos, lutas e posições coincidentes em mais de 90 por cento das matérias que preocupam quer o PCP quer a EU».

Uma «agressão à democracia» foi como Julio Anguita classificou o AMI, pelo facto de permitir que acordos entre determinadas empresas sejam colocados acima das decisões dos governos, subordinando estes aos ditames do poder económico. Isto, disse Julio

Anguita, põe em causa a soberania dos países e a própria Constituição.

Por sua vez, Carlos Carvalhas referiu a apreciação convergente entre o PCP e a Esquerda Unida sobre a moeda única e o AMI. E, questionado sobre quais as estratégias comuns às duas forças políticas até às eleições europeias, chamou a atenção para a necessidade de dar resposta ao princípio da Coesão Económica e Social - que tem sido «letra morta». Uma resposta que tenha em conta, designadamente, a Política Agrícola Comum, a reforma dos fundos estruturais (Agenda 2000), o desemprego e outras questões em que os países do Norte são beneficiados em detrimento das economias mediterrânicas.

No final da tarde do mesmo dia, a delegação da Esquerda Unida participou num debate com militantes do PCP realizado no Centro de Trabalho Vitória.

Após o encontro entre as delegações, Carlos Carvalhas e Julio Anguita deram uma conferência de imprensa



Julio Anguita ao «Avante!»

«Uma força política que renuncie ao pleno emprego

Aproveitando a passagem por Portugal de Julio Anguita, coordenador-geral da Esquerda Unida, o «Avante!» colocou-lhe algumas perguntas, designadamente sobre eventuais linhas de acção comum com o PCP.

Como é que a presente visita reforçará a cooperação entre comunistas portugueses e espanhóis, nomeadamente no âmbito do Parlamento Europeu?

A visita não reforça, manifesta o reforço de um trabalho diário e é resultado de um trabalho anterior. Numa visita como esta analisa-se o trabalho conjunto e comprova-se que foi frutuoso. E a partir dessa comprovação (recorde-se que formamos um grupo desde que houve eleições para o Parlamento Europeu) chegámos a um acordo, que vamos submeter às nossas direcções, para que nas eleições do próximo ano voltemos a formar um grupo.

Neste âmbito, temos uma aspiração que convém ver com prudência, mas que devemos referir: ter algum dia uma entidade europeia muito mais concertada do que a actual. Existem as grandes formações europeias, os populares, os socialistas e as nossas forças políticas são, em geral, a terceira força política de cada país. Por isso seria interessante, com prudência, com grande respeito por cada força política, fazer crescer uma base programática para o Parlamento Europeu. Estamos empenhados nisso.

O que se passa é que, na medida em que haja uma base programática comum, crescente, isso supõe uma aproximação nacional. A política que já se faz na União Europeia tem incidências em quase todas as áreas da política nacional: agricultura, defesa, política orçamental, etc. A construção de uma espécie de acordo programático, que se pretende que seja muito suave no princípio, para que vá depois crescendo, significa a aproximação de interesses das forças políticas. Neste sentido, posso dizer que vou satisfeito com os resultados do encontro.

O chamado «pensamento único» enquadra hoje as principais políticas da direita e da

social-democracia. As preocupações que muitas forças de esquerda colocam em relação aos critérios de Maastricht e ao Pacto de Estabilidade para a concretização da moeda única são partilhadas pela Esquerda Unida?

Em 1991 já nós denunciávamos, isoladamente em Espanha, o Tratado de Maastricht. E lamento dizer que cumpriu-se inteiramente o que então dizíamos. Para começar, a ideia de construção europeia ficou em nada. Não estamos diante de uma construção europeia. É mentira. Estamos ante a construção de uma moeda única que não tem nada a ver com isso. Senão, observemos como se tem reduzido o âmbito do conceito de «construção europeia»: começou com o que uns chamaram a construção da Europa federal, ou integrada, ou da Europa de pátrias, o que sempre implicou o começo de uma unidade política na medida em que ia haver um parlamento. Chegou-se a falar em 1990 de um projecto de constituição europeia. E existe, mas nem o Partido Socialista nem o Partido Popular quiseram discuti-lo.

De tudo isto, Maastricht ficou reduzido a uma União Económica e Monetária e nada mais. Deixaram fora dois elementos fundamentais: um, a unidade política da Europa; o outro foi a política externa genuinamente europeia. Esta foi também rejeitada, como depois se comprovou, quando a Assembleia da NATO, em Berlim, no âmbito da União Europeia, decidiu em plena discussão da política de revisão de Maastricht, que a política externa passaria a ser conduzida pela NATO.

Mas tão-pouco quiseram chegar a uma união económica. Uma união económica implica um orçamento - não este de 1,27 por cento do Produto Nacional Bruto que vai quase todo para a política agrícola comunitária -, implica uma política de finanças europeia e uma política fiscal comum. E outras medidas: falo do Parlamento

deixa de ser de esquerda»

Europeu, de um sector público forte, uma coesão social, uma legislação laboral para todos os trabalhadores... uma luta contra o desemprego que não se fique pelas intenções.

O que ficou então? Uma moeda única, que é um processo muito pobre e apenas serve os interesses do capital financeiro, que se vai virar contra os povos e colocá-los uns contra os outros. Já quando se escreveu o Manifesto Comunista, há precisamente 150 anos, se colocava o problema da luta entre os capitalistas pela conquista dos mercados. É o que se chama hoje competitividade. Isso vai secundarizar as políticas redistributivas. Quem decide a política redistributiva? Não é o Banco Central Europeu, pois a sua missão é conservar a moeda, o euro, em condições sãs segundo os seus critérios; quem decide portanto são os mercados.

Onde está o Governo europeu para tomar decisões de política económica em questões sociais? Não existe. Onde está o Parlamento Europeu, se não lhe dão qualquer papel? Isto é a ditadura dos mercados, a qual necessita da moeda única.

Também nesta apreciação os nossos pontos de vista coincidem.

O desemprego continua a ser a principal preocupação dos povos europeus. Como é que a cooperação entre a Esquerda Unida e o PCP pode contribuir para o incremento da luta pelo emprego na União Europeia?

Depois de trabalharmos muitos anos juntos, as forças integrantes do Grupo de Esquerda Unitária realizaram uma primeira acção conjunta de carácter internacional que foi o «meeting» de Paris. O «meeting» de Paris foi muito importante porque pela primeira vez deixou de haver relações bilaterais, por exemplo entre Partido Comunista Português e a Esquerda Unida, ou o Partido Comunista de Espanha; entre Partido Comunista

Português e Partido Comunista Francês. Esta iniciativa levou à reunião de Madrid, começando a esboçar-se uma posição que já se perfilou clara no «meeting» de Lisboa e na reunião que tivemos em Espanha. Definimos como objectivo fundamental das nossas organizações a luta contra o desemprego.

Trata-se de uma posição correcta mas puramente defensiva. Para nós a luta contra o desemprego tem um objectivo muito positivo que se chama «sociedade de pleno emprego». Chamo a atenção de que não disse «pleno emprego», disse «sociedade de pleno emprego». Porque o pleno emprego, estável, com direitos e com protecção social só é possível se houver outra política económica e outro tipo de relações laborais. Para a esquerda, o pleno emprego é um objectivo irrenunciável. Uma formação política que abdique, que renuncie ao pleno emprego e admita como um facto definitivo o desemprego estrutural, deixa de ser de esquerda.

Tudo isto se integra num processo histórico que vem desde a redução da jornada de trabalho. Começou com a luta pelas dez horas, foi depois a luta pelas oito horas, ultimamente a luta pelas 40 horas e agora a luta pelas 35 horas. Ou seja, retomamos um fio da História e confrontamo-nos com o facto de a redução da jornada de trabalho, naturalmente sem redução salarial, ser um instrumento para lutar contra o desemprego. Há outros: sector público, supressão das horas extraordinárias, pluriemprego, etc.

Também aqui coincidimos com o Partido Comunista Português, com os franceses... Quer dizer, neste processo, nós, os que integram o grupo no Parlamento Europeu, temo-nos aproximado muito, potenciando o que nos aproxima. Por isso hoje temos uma base histórica de relacionamento e de propostas acima do normal para iniciar o que disse no princípio: a «aventura», não digo aventura no sentido do risco mas da expectativa, de um programa comum.

Região Autónoma da Madeira Urge repensar desenvolvimento

Três dos quatro
concelhos mais pobres
do País e da Europa
situa-se na Região
Autónoma da Madeira

A Organização Regional da Madeira do PCP está preocupada com a situação social e económica da Região, razão por que em nota à comunicação social alerta para alguns indicadores que estão na base dessas preocupações.

Questões como a habitação, a exclusão social e a pobreza, o desemprego e a sua precariedade são questões sociais que mereceram a análise dos comunistas.

No que respeita à habitação, o PCP chama a atenção para o facto de, só na cidade do Funchal, existirem 35 mil funchalenses que vivem em casas sem

reflece a gravidade da situação. Com efeito, o número de *inactivos* é muito elevado, as ofertas de emprego não atingem 10% dos pedidos existentes e a percentagem de contratos a termo, no conjunto dos contratos de trabalho nos últimos seis meses, oscila entre os 65% e os 80%. Crescem, ao mesmo tempo, «as situações

respeita ao «sucesso» do processo de reestruturação da vinha ele é «altamente questionável»: a substituição das castas decorre com extrema lentidão e as áreas de substituição são muito reduzidas. Por outro lado, a fruticultura subtropical - com potencialidades - tem encontrado pela frente dificuldades nos circuitos de comercialização.

O turismo, por seu turno, apresentando embora um crescimento do número de estabelecimentos e da capacidade de alojamento, evidencia problemas na qualidade de serviços, na relação construção/ambiente, na concorrência de outros destinos turísticos.

Quanto à Zona Franca, o PCP considera-a um «auténtico sorvedouro dos dinheiros públicos e dos subsídios da UE», sendo que as perspectivas iniciais de emprego não se



concretizaram e aumentou o número de falências e de encerramentos.

Na construção civil, o fim próximo das grandes obras subsidiadas pela UE (aeroporto, vias rápidas) faz adivinhar

um crescimento significativo do desemprego nesta área.

Face a este panorama, a Organização Regional da Madeira do PCP considera «urgente e necessário» repensar o desenvolvimento

da RAM, «abrindo novas perspectivas de desenvolvimento fora do figurino actual e da gestão pontual e casuística que tem caracterizado a política económica regional».

Dados reveladores

Igualmente reveladores da situação e condições de trabalho na Madeira são os dados sobre escolaridade e qualificação profissional.

Basta referir que, no sector privado, 46,36 por cento do pessoal não tem qualificação profissional e 38,42 por cento dos trabalhadores qualificados são-no com categoria profissional definida por contratação colectiva.

Quanto à escolaridade, em 1995, no sector privado cerca de 50 por cento dos trabalhadores tinham o ensino básico ou inferior; na administração local, 70 por cento tinham quatro anos de escolaridade; na administração pública, 33 por cento tinham também quatro anos de escolaridade e 60 por cento até nove anos.

condições dignas, sendo que estudos municipais apontam para o número de sete mil famílias urgentemente carenciadas de habitação.

Por outro lado, três dos quatro concelhos mais pobres do País e da Europa situam-se na Região Autónoma da Madeira, multiplicando-se nas cidades do Funchal e de Câmara de Lobos os lugares de exclusão, com falta de habitação, de emprego, de saneamento básico, crescimento da pobreza e dos fenómenos que lhe estão adjacentes - analfabetismo, alcoolismo, etc.

Entretanto, numa população de 110 mil habitantes, a taxa de actividade é de 43,2% e a taxa de desemprego (5,4%) não

de trabalho temporário, desregulamentado, sem direitos, fruto de biscates em empresas-fantasma e da *economia paralela*».

A nível económico também a situação é preocupante. Os sectores tradicionais do sector industrial - bordados e vimes - apresentam uma evolução negativa, verificando-se o encerramento de empresas e a redução quer do número de trabalhadores quer do Valor Bruto de Produção.

Na agricultura, as restrições impostas pela União Europeia lançaram a crise na bananicultura, perspectivando-se o seu agravamento com a alteração das regras de comercialização exigidas pelos EUA. No que

A exemplo do que se passa em várias regiões do País, também em Évora os eleitos comunistas nas listas da CDU reuniram recentemente para discutir a ligação às populações e as lutas pela concretização dos seus anseios.

O Governo tem defraudado as expectativas que criou no eleito, designadamente em relação à promessa de transferência de 20 por cento do FEF (e não de 15 como aconteceu) para as Juntas de Freguesia, dizem os comunistas. Este facto, aliado às consequências da lei 23/97, que atribui às Juntas competências a que elas não têm qualquer possibilidade de responder, veio agravar uma situação que já era difícil. Os eleitos da CDU nas Jun-

Évora Realidade contradiz demagogia do Governo

tas de Freguesia reivindicaram, assim, na sua reunião, o cumprimento dos 20 por cento de transferência directa do FEF e a clarificação imediata da lei das competências, ao mesmo tempo que repudiaram a campanha de propaganda demagógica que, em contradição com a realidade, está a ser feita sobre o desenvolvimento e o investimento no Alentejo. Referindo-se, por exemplo, ao desemprego, os eleitos da CDU afirmam que ele aumentou, ainda que atenuado pelos POCs e trabalhos sazonais que, contudo, não correspondem a trabalho efectivo e com direitos.

Entretanto, no que respeita às compensações mensais dos eleitos abrangidos pelo Regime de

Permanência, a reunião defendeu a sua inclusão e não dedução nas respectivas remunerações e, ao mesmo tempo, que os encargos sejam de facto assegurados pelo OE, conforme estipula a lei. Concretamente no que se refere à lei 23/97 - Atribuições e Competências das Freguesias -, exigiu a clarificação da «definição de competências próprias e competências administrativas», assim como das «questões de ordem patrimonial quanto à titularidade dos bens a administrar na área da Freguesia, se são da Freguesia ou do Município».

Na análise à situação, os eleitos do PCP em Évora alertam ainda para a situação degradante na área da saúde - sem médicos

e enfermeiros na maior parte das terras e mesmo nos Centros de Saúde concelhios -, e para a necessidade da construção urgente de um novo hospital regional para o Alentejo, já que o actual não tem capacidade de resposta. Aliás, em sua opinião, as populações deveriam realizar uma iniciativa sobre os problemas da saúde de onde resultasse uma carta reivindicativa para o distrito.

Por fim, o Encontro, face aos graves problemas sociais e económicos da Região, apelou à luta das populações em torno de problemas concretos e à sua participação nas iniciativas promovidas pelo Movimento do Alentejo pela Regionalização e Desenvolvimento.

Minas de Argozelo População impede remoção de areais

A Direcção da Organização Regional de Bragança do PCP analisou no início de Abril a situação política e social do distrito, designadamente a elevação da Vila de Macedo de Cavaleiros à categoria de cidade e a situação nas Minas de Argozelo.

Em relação ao concelho de Macedo de Cavaleiros, os comunistas consideram que é hoje um importante pólo de desenvolvimento no eixo Bragança/Mirandela, vindo a sua sede Macedo a registar significativos níveis de crescimento. Essa a razão por que a DORBA decidiu apresentar uma proposta ao Grupo Parlamentar do PCP, na Assembleia da República, para elevação da Vila de Macedo de Cavaleiros à categoria de cidade.

Entretanto, no que respeita à situação em Argozelo, concelho de Vimioso - onde a sua população impediu a remoção de areais da Mina, fechada há uma década, até à resolução do pagamento dos salários e indemnizações em atraso aos seus ex-trabalhadores,

à retirada das instalações de todos os produtos tóxicos ali existentes e ao fecho das crateras que foram abertas com acesso às galerias -, os comunistas assacam a sua responsabilidade à autarquia e ao Governo.

Dirigentes do PCP que se deslocaram ao local confirmaram a gravidade da situação existente, comprometida da segurança da população. E, solidarizando-se com os ex-trabalhadores e a população de Argozelo, decidiram requerer ao Governo, também através do seu Grupo Parlamentar, informações sobre que propostas tem para resolver o problema.

A DORBA discutiu ainda a participação na «Festa do Avante!», onde pretende «promover o Nordeste Transmontano nas suas vertentes económica, social e cultural», e apelou à adesão massiva dos militantes, simpatizantes e amigos do PCP nas comemorações do 24º aniversário do 25 de Abril e no 1º de Maio.

CAMARADAS FALECIDOS

Ilda Machado Costa

Faleceu no passado dia 2 de Abril, com 77 anos de idade, a camarada Ilda Machado Costa. Membro do Partido desde 1977, pertencia à célula dos reformados de Queluz.

Sidónio Fernandes Ribeiro

Com 77 anos de idade, faleceu o camarada Sidónio Fernandes Ribeiro, natural de Amora. Resistente antifascista, foi divulgador do «Avante!» desde a clandestinidade e antigo sindicalista da Construção Civil. Pertencia à Organização de Freguesia da Amora, trabalhando sempre com muita dedicação na implantação da Festa do «Avante!». O seu funeral realizou-se no passado dia 12 de Abril.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

VIANA DO CASTELO ENVC - Uma empresa estratégica

A Comissão Concelhia de Viana do Castelo do PCP, face à noticiada resolução do Conselho de Ministros que estabelece a base do plano de reestruturação empresarial dos ENVC - a que os trabalhadores não tiveram acesso -, veio a público colocar algumas questões.

Face à política de privatização do sector público do governo PS, pergunta o PCP se quando na resolução se fala de «plano social (a vigorar durante o prazo máximo de dois anos) destinado a melhor adequação de efectivos no sentido de garantir mais eficácia e eficiência», não é de despedimentos que sob essa «terminologia pretensamente moderna» se está a falar?

Para os comunistas, o que de facto o Governo quer é entregar esta empresa estratégica na região à gestão de uma empresa privada, depois de realizado o seu saneamento económico e financeiro à custa do Estado. Daí ter solicitado ao seu Grupo Parlamentar diligências no sentido de conhecer exactamente o projecto de reestruturação, alertando para o problema os trabalhadores dos ENVC e a população.

SACAVÉM

Transportes não satisfazem

«Ao contrário das sucessivas promessas e compromissos públicos do Governo, a EN 10 foi interrompida sem estarem asseguradas as necessárias alternativas», diz por sua vez a Comissão de Freguesia de Sacavém do PCP, designadamente a conclusão da variante até Stª Iria de Azóia e a execução da ligação Prior Velho/Camarate/Sacavém.

O PCP, que há muito reclama «um sistema eficaz de transportes públicos» - onde se insere a urgente expansão do metropolitano a Sacavém e um serviço adequado da CP -, face à insatisfação da população no que respeita ao sistema viário previsto pelo Ministério das Comunicações e Transportes, exige igualmente que o Governo «mande estudar de imediato outras soluções que sirvam as populações».

ÉVORA

Balanço aponta orientação

Também em Évora, a Comissão Concelhia do PCP reuniu recentemente para balanço da acção desenvolvida e exame das exigências que no futuro se vão colocar ao Partido no concelho. Como conclusão, os comunistas apontam a necessidade de um esforço «empenhado» no sentido de serem realizadas várias reuniões de militantes e organismos, «com o objectivo de reanimar e renovar processos de trabalho e funcionamento, onde sejam identificadas as deficiências e insuficiências que mais afectam a acção do Partido no concelho». Destas reuniões, por sua vez, deverão sair «os necessários impulsos ao reforço dos organismos de base» e a revalorização das células por local de trabalho, local de residência ou por sector socioprofissional.

AJUDA

Mercado é exigência antiga

«A construção de um mercado nas instalações da Boa Hora da Câmara Municipal de Lisboa é uma exigência antiga da população.» A afirmação é da Comissão de Freguesia da Ajuda do PCP que, para discussão do problema, propôs já uma reunião extraordinária da Assembleia de Freguesia, com a presença dos vereadores do comércio e abastecimentos e da higiene urbana da Câmara Municipal.

Este mercado é também um compromisso assumido pela Coligação Mais Lisboa, diz o PCP que, para a sua concretização, aponta a necessidade de a Câmara Municipal definir o projecto do mercado «com carácter de urgência» e de submetê-lo à discussão pública, decidindo a sua construção «até ao final do ano», qualquer que seja a solução a adoptar.

PORTO

Papel do PCP em debate

«Como afirmar a esquerda» foi o mote que João Amaral introduziu apresentando vários traços identificadores da «Esquerda» e as fórmulas de que se poderá revestir a sua necessária afirmação e ponto de partida para uma animada discussão.

O papel do Partido na construção de uma alternativa de esquerda, a postura perante o Governo e o PS, os novos problemas que a globalização do capital financeiro colocam, o Acordo Multilateral sobre Investimentos, a necessidade de um esforço permanente do Partido de compreensão das mutações em geral e uma maior agilidade e capacidade de resposta aos problemas foram algumas das questões que mereceram maior atenção dos presentes. No conjunto, ressaltou bem a vontade de uma maior intervenção do PCP, a passar também por mais debate ideológico entre os seus membros.

Almada

Desenvolvimento vai prosseguir

Em reunião recentemente realizada, os eleitos comunistas no concelho de Almada aprovaram uma resolução onde analisam os objectivos e estratégias da sua intervenção nos órgãos do poder local.

A resolução começa por considerar que Almada é hoje um concelho em processo de desenvolvimento integrado, com indicadores de qualidade de vida acima das médias nacional e europeia, graças ao trabalho continuado de planeamento, projecto e obra que a CDU tem levado a efeito. Um desenvolvimento que «deve prosseguir de modo sustentado», de forma a que Almada continue a assumir «uma posição forte» no Plano de Desenvolvimento Regional e reforce a sua «centralidade» na Área Metropolitana de Lisboa e na futura região.

Essa eficácia da intervenção da CDU tem que ver, na opinião dos eleitos comunistas, não só com «uma atitude de trabalho, empenho, prestação de contas e de serviço público», mas também com a «partilha do poder», o diálogo e a participação interveniente das populações e das suas estruturas representativas.

A este propósito, o plenário de eleitos do PCP saúda o esforço de diálogo que a Câmara Municipal tem realizado, nomeadamente com o Governo, a par



Segundo os eleitos comunistas, Almada apresenta indicadores de qualidade de vida acima das médias nacional e europeia

de uma atitude de «firmeza e insistência» para que as obras se façam, levando-a «ao ponto de assumir integralmente competências da administração central». Pelo contrário, da parte do Governo e do PS na Assembleia da República o que se verifica são «impasses, atrasos, ausência de resposta, boicote objectivo e inviabilização de obras e projectos» da maior importância. É o caso da amputação arbitrária do PDM e proibição aos órgãos do poder local, designadamente à

Câmara, do exercício de competências que lhes são atribuídas, ou da inviabilização da inclusão no PIDDAC de obras e projec-

petições em curso, tendentes à solução dos acessos a Porto Brandão e à construção do novo cais rodoflúvia da Trafaria e do

troço da via rápida Funchalinho-Trafaria. Apesar dos boicotes, dizem por fim os comunistas, no concelho vai prosseguir, com «confiança e determinação», o desenvolvimento integrado «enquadrando a resolução de problemas concretos», porque ele se alicerça numa «gestão rigorosa», numa «situação económico-financeira saudável» e na concretização de uma obra «que tem impulsionado Almada para um futuro melhor».

Os eleitos comunistas, na resolução aprovada, exigem ainda do Governo uma efectiva política de habitação social e uma atitude séria relativamente ao Metro Sul do Tejo - cujo processo tem já ano e meio de atraso -, e apelam à assinatura das

Alcochete restaura Centro de Trabalho

O edifício do Centro de Trabalho de Alcochete, em resultado de uma campanha de fundos junto da população, é pertença do Partido.

Já centenário, situado na zona histórica da vila (ela própria sujeita a um trabalho de recuperação e embelezamento, assente numa filosofia tão cara à CDU da criação do maior número possível de espaços pedonais), a sua actual fachada não destoa da zona envolvente, mas é convicção dos militantes do PCP em Alcochete que é ainda possível fazer melhor. Tanto mais que o seu próprio interior tem que sofrer adaptações adequadas às exigências da actividade da organização local do Partido, que se quer e será acrescida!

Assim, a Comissão Concelhia de Alcochete decidiu relançar uma nova campanha de fundos, marcando para 6 de Março do próximo ano uma festa assinalando não só o 78º aniversário do PCP mas igualmente a «inauguração» da nova fase da vida daquele edifício.

É, como se vê, um plano de longa duração e longo alcance. Mas o trabalho começa já. Recenseados que estão alguns materiais oferecidos por amigos do Partido - por exemplo, por comerciantes locais -, num fim-de-semana do próximo mês de Maio instalar-se-ão



Uma nova campanha de fundos irá permitir ao PCP restaurar o Centro de Trabalho em Alcochete

andaimas nas fachadas do CT e o trabalho de pintura aí estará à luz do dia a dar mais cor a Alcochete. Mesmo que predomine o branco, reflexo das salinas que fizeram e fazem - ligadas à luta das populações - a história da vila e do concelho!

Minas da Panasqueira

Novos despedimentos anunciados

Em 1993, a Beral Tin encerrou as suas portas sem declarar falência e sem pagar quaisquer contrapartidas financeiras, ao mesmo tempo que, com o consentimento do Governo, se desfazia de todas as obrigações sociais (hospital e habitações) a que os trabalhadores há muito tinham direito.

Foi depois a vez de passar para a Câmara Municipal da Covilhã os encargos que sempre havia assumido com a iluminação pública e fornecimento de água dentro da sua área de concessão.

Assim, livre de encargos, pôde reabrir em 1995 a exploração da Mina, auferindo resultados financeiros tão bons que a Administração - «respirando optimismo» - admitia em entrevista a hipótese de abrir um segundo turno e duplicar a produção.

Agora, a pretexto da diferença de preços do volfrâmio, a Beral Tin pretende despedir mais 40 trabalhadores. O seu verdadeiro objectivo é, contudo, fugir à celebração de contratos efectivos, garante a Comissão Concelhia da Coviã do PCP, a quem cabe a denúncia sobre a «impunidade com que a Beral explora a seu belo prazer as riquezas do País, sem se sentir obrigada a normas de conduta e de respeito para com os trabalhadores e as entidades competentes».

A Beral «tem obrigações para com os trabalhadores e para com o Estado português», insiste o PCP, assando, por fim, ao Governo a responsabilidade «de velar pelos interesses do país, do município e dos trabalhadores».

Encontro em Setúbal debate agricultura

Pequenas e médias explorações enfrentam novas dificuldades

«Não fosse a ausência de um plano agrícola nacional e por certo que os agricultores da região de Setúbal contribuiriam com uma relevante quota parte para a diminuição do défice agro-alimentar do País.» Esta é uma das conclusões do recente Encontro de Quadros comunistas de Setúbal para as questões da agricultura.

Na iniciativa distrital participaram agricultores e técnicos agrícolas, militantes e simpatizantes comunistas, cujas intervenções constataram que «apesar do avanço da industrialização e da especulação imobiliária nas últimas décadas, a área agricultável não diminuiu significativamente pelo que a importância do sector na região se mantém no essencial e tem condições objectivas para progredir».

Entre as várias factores desfavoráveis, o Encontro apontou a ausência de um plano nacional, «as políticas agrárias deste e dos governos

anteriores beneficiando o latifúndio improdutivo em desfavor da pequena e média exploração e as consequências de uma tão submissa quanto precipitada adesão comunitária».

Com um futuro incerto, os agricultores do distrito apenas contam com a certeza de dificuldades acrescidas de que resto são extensíveis ao todo nacional. A propósito da reforma da política agrícola comum, no quadro da Agenda 2000, foram manifestadas muitas apreensões já que o que dela se conhece indica que se prevêem não só novos impedimentos no crescimento da produção

agrícola, como reduções dos níveis actuais. O Encontro considerou que estas medidas constituem «um atentado aos interesses nacionais e representam novas e acrescidas dificuldades sobretudo para a pequena e média exploração agrícola e para a agricultura familiar», já hoje fortemente penalizadas pela filosofia neoliberal do Governo.

Sector em luta

Os participantes no encontro foram unânimes em considerar que «a solução para contrariar este quadro só pode estar na luta unida dos agricultores». E foram dados como «exemplos do que e capaz a força organizada dos agricultores» as lutas vitoriosas dos produtores de tomate da região e dos rendeiros da Herdade a Comporta, com as quais o PCP esteve solidário assim como está com tan-

tos outros pequenos e médios agricultores do distrito, e com as reclamações da Confederação Nacional dos Agricultores que promove amanhã, sexta-feira, uma acção em Lisboa exigindo uma nova política agrícola.

O Encontro salientou ainda a actividade do PCP no distrito, quer através do seu grupo Parlamentar da Assembleia da República quer no âmbito das suas responsabilidades nas autarquias, propondo medidas para o desenvolvimento integrado da agricultura na região, muitas das quais se encontram consagradas nos diversos Planos Directores Municipais (PDM) e no Plano Integrado para o Desenvolvimento do Distrito de Setúbal (PIDDS).

Uma política justa

Visando uma política agrária justa que favoreça o desenvolvi-

mento geral da agricultura e os interesses da pequena e média estrutura agrícola, o PCP define um conjunto de medidas:

- A criação de condições que levem à implementação ou modernização de infra-estruturas de apoio à agricultura e à transformação dos produtos agrícolas na própria região, tais como mercados, caminhos rurais, regadios, entre outros;

- O apoio técnico e a formação profissional integrada para adaptação e domínio das novas tecnologias agrícolas dirigidas a todos os agricultores, especialmente aos mais jovens;

- A abertura de créditos com juros bonificados que possibilitem realizar investimentos em planos de produção;

- A atribuição de subsídios compensatórios de forma justa, isenta e equilibrada de forma a garantir que pequenos e médios agricultores sejam os principais contemplados;

- A melhoria do apoio específico às associações, cooperativas agrícolas e demais estruturas associativas de apoio à agricultura;

- A extensão do subsídio de gásóleo para actividades ligadas à agricultura, nomeadamente para o transporte de trabalhadores e produtos agrícolas;

- Uma nova reforma agrária orientada para as enormes áreas de terras abandonadas ou em nítido subaproveitamento, responsáveis directas pela queda de produ-

ção agro-pecuária e pela desertificação do meio rural nos concelhos sul do distrito;

- Medidas adequadas à defesa dos aquíferos e das águas armazenadas na superfície, sem que se traduzam no aumento do custo da água ou em novos processos burocráticos para as exportações familiares;

- Medidas com vista à garantia de preços mínimos à produção.

Defesa dos produtos regionais

No plano estritamente regional, o PCP defende medidas de apoio técnico e financeiro, entre os quais se destaca a constituição de um centro tecnológico para a defesa dos produtos regionais, com vista à promoção de produtos de qualidade, genuínos, caso do queijo de Azeitão, massa riscadinha, cebola de Alcochete, vinho moscatel de Setúbal.

O PCP preconiza ainda medidas para outras produções de relevo regional, como os vinhos tintos, hortofrutícolas, floricultura, suinicultura, entre outros.

O Encontro recordou ainda que o PS que antes de ser governo prometeu colocar as estruturas do Ministério da Agricultura mais próximas dos agricultores, inclusive com a criação das operadoras locais. Nada disto se concretizou e o PCP considera que os agricultores têm toda a legitimidade para exigir que as promessas feitas sejam cumpridas.

Açores

Voo cancelado provoca indignação

O cancelamento na Horta de um voo da SATA com destino à ilha das Flores, na passada terça-feira, foi considerado pelo PCP/Açores como um sinal de «profunda falta de respeito para com os passageiros da ilha das Flores».

Em conferência de imprensa, o coordenador regional, José Decq Mota, afirmou que o trajeto em causa podia ter sido feito cerca das 18 horas, altura em que havia condições operacionais e meteorológicas.

Segundo o PCP, àquela hora, os problemas das ligações da Horta, via Terceira e Ponta Delgada estavam resolvidos, e o aeroporto das Flores operou até às 19.30 horas,

tendo-se mesmo verificado que às 19.15 horas aterrou ali um ATP proveniente da Terceira.

Estando o aeroporto da Horta credenciado para operação nocturna, sustenta o PCP, o voo proveniente da Terceira podia ter seguido como previsto para as Flores, uma vez no regresso podia ser garantida a escala na Horta. A confirmá-lo está o facto de a SATA ter pedido a prorrogação do horário de operação na Horta, de forma a efectuar o voo previsto.

Contudo tal não aconteceu e, acrescenta o PCP, «de forma incompreensível os órgãos de decisão da SATA continuaram sempre a dizer que o cancelamen-

to se devia a razões meteorológicas, dizendo isso mesmo no momento em que o voo SP540 Terceira-Flores aterrava nas Flores.

Como consequência dessa falsa razão, a SATA não se responsabilizou pela estadia dos passageiros retidos na Horta, tendo apenas pago a estadia aos que vinham em trânsito.

Considerando que a companhia recorreu à mentira para fugir às suas responsabilidades, o PCP considera ainda inaceitável que na ocasião tenha sido montado um aparato policial no aeroporto, supostamente para impedir o acesso dos passageiros das Flores à sala de embarque.

Todo este estranho comportamento motivou a apresentação de um requerimento na Assembleia Legislativa Regional, através do deputado Paulo Valadão, pedindo um inquérito à empresa pública de aviação. O PCP solicitou ainda o Ministro da República que «siga com a máxima atenção certos comportamentos estranhos, desadequados e sem nenhuma relação com factos objectivos que se notam nalgumas actuações da PSP. Quando não há desordens não há necessidade de repor a ordem e a polícia não poder ser usada, como foi, como escudo protector de decisões arbitrária, fundamentadas em mentiras».

Baixa da Banheira

Assembleia decide reactivar células

Sob o lema «reforçar o Partido, garantir o Futuro» realizou-se no passado dia 29 de Março, na Sociedade União Alentejana, a 6ª Assembleia de Organização de Freguesia da Baixa da Banheira, em que participaram 130 delegados, representando os mais de mil militantes da organização.

O estado da organização foi tema de um debate vivo e participado, no decorrer foi feito o levantamento das dificuldades e perspectivada a inter-

venção futura do partido na freguesia. Os delegados presentes foram unânimes em considerar como prioridade da intervenção a reactivação das células de zona e o envolvimento de mais camaradas na vida diária e actividade do Partido.

Os trabalhos culminaram com a aprovação, por unanimidade, da resolução com as orientações para o trabalho político e orgânico, e com a eleição da nova Comissão de Freguesia da Baixa da Banheira.

A Assembleia aprovou igualmente por unanimidade e aclamação três moções, a primeira das quais exige que o Governo dê provimento à instalação na vila da repartição/delegação de Finanças. O documento recorda que se trata de uma velha aspiração da Baixa da Banheira e que a sua concretização deve ter em conta os seus 45 mil habitantes

A Assembleia reclamou ainda um Lar e Centro de Dia, cuja construção foi adiada por o Governo ter retirado do PIDDAC as verbas necessárias, assim como alertou para as condições precárias de funcionamento do centro de saúde da vila.

O falecimento de Mário Rodrigues

Faleceu, no passado dia 1 de Abril, Mário Rodrigues, jornalista e director - a partir de Outubro de 1975 - do jornal «A Terra», órgão de unidade dos camponeses do Norte.

«A Terra», que foi publicada durante a ditadura fascista (de 1963 até Março de 1974), impressa numa tipografia clandestina do PCP e, a seguir ao 25 de Abril editada, primeiro como página especial do jornal «Independência de Águeda», e depois como suplemento do jornal «A Opinião», teve em Mário Rodrigues um apaixonado e activo dinamizador da sua influência e importância junto dos pequenos e médios agricultores (proprietários e rendeiros) do Norte e Beiras.

Em 1982, assumiu a coordenação do Alavanca (jornal da CGTP-IN), em 1987 passou a director da Rádio Activa e, posteriormente, foi jornalista do «Expresso».

Actualmente era director da RealPress.

O envolvimento nas causas da terra não começou com o jornalismo. Em Águeda, foi militante activo na luta pela defesa dos direitos dos povos dos baldios, reprimidos pela ditadura, o que lhe valeu uma prisão de três meses pela PIDE/DGS.

Mário Rodrigues foi também candidato da CDE, em 1973, tendo participado na organização dos congressos republicanos de Aveiro.

À família enlutada de Mário Rodrigues, Agostinho Lopes, membro da Comissão Política do PCP, endereçou a seguinte mensagem de condolências:

«Gostaria de vos transmitir o meu profundo sentimento de tristeza pela morte do Mário Rodrigues. Os agricultores portugueses perderam um grande amigo e um grande jornalista!

O Mário Rodrigues teve um papel destacado logo após o 25 de Abril como Director do Jornal «A Terra» (de que já era colaborador anteriormente), na dinamização da defesa e da organização de classe dos pequenos e médios agricultores do Norte e Beiras. Realço e lembro os seus muitos artigos dedicados à luta dos compartes dos Baldios e dos rendeiros do Norte.»

O jornalismo português fica mais pobre com a perda do Mário, um criativo e apaixonado jornalista».



130 delegados estiveram presentes nos trabalhos

Telecom

Utentes contra taxa de activação

As razões de um protesto

As razões de um protesto - é o tema central da carta entregue ao primeiro-ministro pela Comissão de Utentes Contra a Taxa de Activação e os Aumentos nos Telefones, quando já tinham sido recolhidas mais de 105.000 assinaturas de cidadãos por todo o País, numa petição entregue na Assembleia da República. Uma carta de que aqui reproduzimos alguns extractos.

"Nada nos move que vá no sentido de pôr em causa a importância da PT na situação actual das Telecomunicações em Portugal e do papel que desempenhou no passado e tem de continuar a ter no futuro deste sector", sublinha o documento, passando a apresentar, "da forma mais concisa e concreta, as razões que nos assistem e explicar por que é que três milhões de famílias e muitas empresas estão a ser injustiçadas com a aplicação desta taxa de activação".

● Como a taxa de activação tem o preço de 1 impulso e 1 impulso dura no mínimo 3 minutos, a maioria das chamadas telefónicas aumenta de 13\$50 para $2 \times 9\$25 = 19\90 , isto é, aumenta 47%.

● A referida taxa de activação não pode deixar de ser considerada um abuso e um imposto ilegal, porque uma taxa só pode ser decidida e aplicada aos cidadãos pelas autoridades públicas do país, porque contraria a lei dos consumos mínimos, porque não figura sequer na Convenção de Preços celebrada com o governo e porque é uma duplicação visto que os utentes da PT já pagam uma assinatura mensal que contempla a activação da linha de rede.

● Por outro lado, ainda, a PT fez aumentar a Assinatura Mensal mais 8,9%, passando de 2.160\$00 para 2.352\$00. Uma ninharia com certeza para a PT, mas que lhe permitirá arrecadar este ano mais 7 milhões de contos.

● Também na nova temporização dos impulsos se encontra a génese de mais um substancial aumento. (...) Por exemplo, para manter 9 minutos de conversação à noite, ao sábado ou ao domingo, ou 5 minutos entre as 18 horas e as

21 horas, teremos de pagar agora $9\$25 + 2 \times 9\$95 = 29\$85$ contra os anteriores 13\$50 - um aumento de 121%.

● Nas cabinas telefónicas e nos postos públicos uma chamada local de 3 minutos no horário normal que custava 20\$00 passa a custar 30\$00, e uma de 8 minutos no horário económico custava 20\$00 e passa para 45\$00.

● Os propalados "pacotes económicos" para suprir os clientes de baixo consumo, identificando estes com os mais carenciados, mostram a intenção de escamotear os aumentos. Os dois primeiros dos três "pacotes económicos" foram

previstos na última Convenção celebrada entre o governo e a PT. São todos incompatíveis entre si.

● Em Portugal os utentes da companhia de telefones já suportavam das mais caras tarifas telefónicas (lembramos que de 1993 a 1997 houve chamadas que tiveram agravamentos de mais de 400% e no mesmo período as Assinaturas Mensais aumentaram 38%) e todos os aumentos acima citados são superiores à inflação de 2% esperada para este ano.

● Por tudo isto, nós, utentes da PT, não podemos deixar de criticar o governo português, pela viabilização de uma ori-

entação que prejudica a prestação do Serviço Público e os utentes das Telecomunicações.

● A PT atingiu, só em 1997, mais de 70 milhões de contos de lucro. Está baixando os seus custos de produção à custa de uma reestruturação do seu quadro de funcionários e aponta para uma descida à roda dos 25%, nos próximos anos, do número de funcionários efectivos, isto é, menos 5.000 trabalhadores.

● Se a tudo isto somarmos 100 milhões de contos de investimentos anuais e 125 milhões de contos em impostos pagos ao estado nos anos recentes, se tivermos em conta

que as novas tecnologias, nomeadamente as novas centrais digitais, permitem baixar os custos de todo o serviço telefónico, podemos concluir que os preços deviam baixar e muito! A própria novidade do sistema tarifário, em que os utentes se situam, grosso modo, em condições iguais independentemente da sua posição geográfica, traduz de facto a maior racionalidade e economia do sistema.

● Afinal, para que serve o desenvolvimento e a indústria de telecomunicações? Para servir o homem ou para engordar os lucros das empresas privadas?

Projecto do PCP apresentado hoje na Assembleia da República

A Assembleia da República debate hoje o projecto de lei do PCP que prevê a revogação imediata da taxa de activação introduzida pela Portugal Telecom. Com este diploma, que preenche a agenda da sessão plenária, os deputados comunistas pretendem pôr termo a uma medida que consideram extremamente penalizadora para os utentes residenciais, já de si atingidos por um custo das telecomunicações que é o mais elevado da Europa.

Não pretendendo qualquer ajustamento geral das tarifas de telecomunicações, nem se detendo sobre as situações de injustiça criadas para as quais continua a exigir alteração, o projecto comunista visa, por conseguinte, tão-

só, eliminar a aplicação da injusta taxa de activação.

Uma taxa que gerou desde a primeira hora um forte movimento de protesto popular e que é considerada pela bancada comunista, em certo sentido, como uma "tripla tarifação". Com efeito, lembram os deputados comunistas na nota preambular do seu diploma, existe já a assinatura mensal que garante o serviço, a que acresce o pagamento por impulso do preço de um tempo de comunicação, aos quais se junta agora a taxa de activação, incrementada sem que sequer tenha sido introduzida a tarifação ao segundo.

O que está em causa, pois, do ponto de vista do PCP, é a eliminação de uma taxa que se constituiu num pesado

encargo para os orçamentos familiares dos clientes residenciais e que, nessa medida, não deixa outra alternativa que não seja a de exigir a sua revogação.

Tanto mais que, como é salientado no texto do diploma, o recente aumento das tarifas telefónicas, homologado pelo Governo, não pode deixar de ser avaliado no contexto mais geral da realidade do nosso país. Não pode ser dissociado, por exemplo, como se referiu atrás, do facto de Portugal ter um custo de telecomunicações para clientes residenciais que é o mais elevado da Europa, como não pode ser esquecido - também a título de exemplo - que a Portugal Telecom obteve em 1997 um lucro que rondou os 70 milhões de contos.

Nota de relevo merece igualmente o facto de ao serviço público de telecomunicações estar cometida uma importante função social, a qual, como não pode deixar de ser, fica seriamente afectada como as alterações agora introduzidas atingindo de modo particular os utentes residenciais.

Constituído por cinco curtos artigos, o articulado do projecto de lei do PCP determina no seu artigo 3º que "é proibida a cobrança, pela entidade concessionária, aos utentes do serviço fixo de telefone, de qualquer taxa ou montante suplementar, mesmo se cobrada sob a forma de impulso, referente a comunicação telefónica, que não resulte exclusivamente da sua duração".

Professores contestam política de Educação

"O Ministério da Educação prepara-se, uma vez mais, para tratar a educação especial como um sector separado do resto da educação", denuncia a Fenprof, em comunicado agora divulgado. Uma questão mais a juntar a outros problemas de fundo - como é o caso do regime de autonomia - que têm vindo a opor os professores e suas organizações representativas à política educativa do governo.

No comunicado sobre apoio educativo, o Secretariado Nacional da Fenprof refere estar previsto "que este ano não haja candidaturas para educação especial", o que significa, na prática, que fica colocado como docente de apoio "quem chegou primeiro ao lugar, independentemente da formação especializada, do tempo de serviço em educação especial e mesmo do tempo de serviço total".

A Fenprof sublinha a arbitrariedade desta forma de colocação, que deixa de fora muitos docentes especializados e lembra que "a qualidade da educação passa pela formação de docentes e das suas capacidades para exercerem as funções para que foram preparados".

Em declarações então proferidas, o presidente da Fenprof, Paulo Sucena, afirmou que "a aprovação deste regime significa um aligeirar de responsabilidades do Estado para, a médio prazo, se traduzir na sua desresponsabilização efectiva".

A Fenprof considera ainda que deste regime resultarão diferenças ainda mais acentuadas entre as escolas, "com o aprofundamento das assimetrias já existentes", o esvaziamento de conteúdo e competências dos seus órgãos pedagógicos e a progressiva transformação das escolas em empresas.

Em Coimbra, o Sindicato dos Professores da Região Centro comemora o 16º aniversário com um encontro sobre a autonomia das escolas, de par da realização de uma feira de material pedagógico. Iniciativas que irão decorrer entre 27 de Abril e 1 de Maio.

"O projecto educativo e os caminhos para a autonomia" é o tema que os professores irão discutir no encontro regional, dias 27 e 28.

A Feira de Material Pedagógico, uma iniciativa inédita em Coimbra, a decorrer entre 27 de Abril e 1 de Maio, pretende apresentar "tudo o que entendemos que as escolas devem ter, ou seja, aquilo que está a faltar nos estabelecimentos".

Regime de autonomia em questão

O Conselho de Ministros aprovou, dia 8, o decreto-lei que estabelece o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de ensino pré-escolar, básico e secundário.

Uma lei que, segundo o ministro da Educação, "reforça o papel do Estado, reforça a necessidade do Estado e da Administração Central se envolverem no processo da autonomia", mas que, não por acaso, é frontalmente contestado por muitos milhares de professores.

Em vésperas da Páscoa, a Fenprof ofereceu ao Ministério da Educação um gigantesco ovo contendo 25 mil assinaturas contra este novo regime de autonomia e gestão das escolas públicas.



Entrega de um "ovo da Páscoa" ao ME, recheado de milhares de assinaturas contra a lei da autonomia

“Recriar a Vida” na Amadora

Por proposta da vereadora da CDU Helena Bastos, responsável pelo Pelouro da Acção Social da Câmara Municipal da Amadora, foi agora atribuído um subsídio à Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos da Falagueira.

Este subsídio, atribuído no âmbito do Projecto “Recriar a Vida”, dirigido à população idosa do município, visa prosseguir um programa de ocupação dos tempos livres através de cursos teóricos.

Já a funcionar estão os cursos de Português, Inglês, Francês e Antropologia, pretendendo-se, devendo iniciar-se, neste mês de Abril, aulas de Movimento e Expressão.

Os cursos dirigem-se a munícipes com idade superior a 50 anos, interessados em desenvolver potencialidades através da aprendizagem de novas matérias e/ou aprofundamento de saberes.

Forum Portugal Ciência e Tecnologia

“O sistema científico e tecnológico nacional” vai estar em debate, no LNEC, no próximo dia 21 de Abril. Uma iniciativa promovida pela Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos, Federação Nacional de Professores (Fenprof), Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP), Federação Portuguesa das Associações e Sociedades Científicas (FEPASC), OTC - Organização dos Trabalhadores Científicos, Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup) e Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE). Um quadro da realidade e das perspectivas de futuro da Ciência em Portugal “no fecho de um século marcado de forma irreversível por progressos tecnológicos revolucionários”.

“Os Verdes” em Santarém

Grupo Parlamentar de “Os Verdes” teve, terça-feira passada, uma audiência com a administração do Hospital de Santarém, com o objectivo de manifestar algumas preocupações e obter informação em relação à situação dos resíduos hospitalares.

De referir que passa agora uma ano sobre a descoberta e a denúncia feita por “Os Verdes”, de resíduos hospitalares mal acondicionados, que ameaçavam a saúde pública, devido à avaria da incineradora do Hospital de Santarém.

Projectos Educativos na Moita

Vai realizar-se em Maio, nos dias 7 e 8, no Pavilhão Municipal de Exposições, na Moita, a Feira de Projectos Educativos - Moita/98. Uma iniciativa da Câmara Municipal e da APRI (Associação de Pólos Ribeirinhos), que está a ser preparada por uma comissão organizadora constituída pelos representantes das escolas do concelho dos vários níveis de ensino, públicas e privadas, Instituições Particulares de Solidariedade Social, centros jovens, Centro de Saúde e autarquias. Dar voz a projectos desenvolvidos nas escolas ao longo do ano lectivo, contribuir para a aproximação e articulação entre diferentes níveis de ensino, entidades e agentes socioeducativos, contribuir para a construção de um processo de identidade educativo e sociocultural à escala do concelho - são os objectivos genéricos dos promotores da Feira.

Em torno do livro

No âmbito da comemoração do Dia Mundial do Livro, o pelouro da Cultura da Câmara Municipal da Amadora, de que é responsável o vereador comunista Fernando Pereira, decorre na Amadora, até 30 de Abril, um vasto conjunto de iniciativas.

O projecto conta com a participação da Biblioteca Municipal e das Bibliotecas das Juntas de Freguesia.

Entre as iniciativas em curso destacam-se o Encontro sobre “A leitura pública e a leitura solidária no município da Amadora”, a 20 de Abril, e a comemoração do Dia Mundial do Livro, a 23 de Abril.

Também a Biblioteca José Régio, na Freguesia da Venteira, tem vindo a desenvolver diversas iniciativas, nomeadamente animação de leitura, exposições, espectáculos musicais, sessões de vídeo.

Investimento no Alqueva

Um total de 173 novos projectos, cujo investimento ascende a 957 mil contos, foram aprovados no âmbito do programa Específico de Desenvolvimento Integrado da Zona de Alqueva (PEDIZA).

Doa 173 novos projectos, a grande maioria (139) visa a criação e melhoria das condições de produção agrícola, enquanto 21 destinam-se à reorientação e diversificação da mesma.

Dos restantes, 11 projectos dizem respeito ao desenvolvimento florestal e dois são relativos aos incentivos à produção de produtos tradicionais.

PEDIZA faz parte do Programa de Desenvolvimento Integrado do Alentejo (ProAlentejo), sendo da responsabilidade da Comissão de Coordenação do Alentejo (CCR Alentejo).

Manifestação dia 17

Agricultores exigem uma outra reforma da PAC

“É precisa outra reforma da PAC” – esta a exigência fundamental que amanhã, dia 17 de Abril, irá juntar em Lisboa agricultores de todo o País. Uma acção de protesto promovida pela Confederação Nacional da Agricultura – CNA, que afirma que as propostas de Reforma da PAC “vão acelerar a ruína da lavoura. Em consequência vão acelerar a desertificação humana e ambiental nos campos e agravar ainda mais a crise do nosso mundo rural”.

Na sequência do apelo lançado pela CNA, várias outras organizações decidiram aderir aos objectivos da concentração nacional, em particular a AJAP – Associação dos Jovens Agricultores de Portugal e a ARP – Aliança para a Defesa do Mundo Rural Português. A Federação Nacional dos Caçadores e Proprietários também irá participar.

Dia 17, o ponto de encontro é no Parque Eduardo VII, às 13 horas e 30, e os agricultores irão depois concentrar-se em S. Bento, frente à residência oficial do primeiro-ministro e na Assembleia da República.

Em comunicado de imprensa, os promotores desta concentração afirmam esperar “que os nossos governantes saibam ouvir e interpretar as nossas reclamações no sentido, até, de nelas se apoiarem para não aceitar as propostas *assasinas* de reforma da PAC apresentadas pela Comissão Europeia”.

Por uma outra reforma da PAC

A CNA exige uma outra reforma da PAC, para “apoiar a nossa

agricultura e as explorações familiares”.

- Sem mais baixas nos preços;
- Sem novas *quotas* e outros limites à produção nacional;
- Sem desligar as ajudas da produção;

- Sem imposição da extensificação à agricultura familiar;

- Sem fazer pagar pelos países mais *pobres* os custos do alargamento da União Europeia;

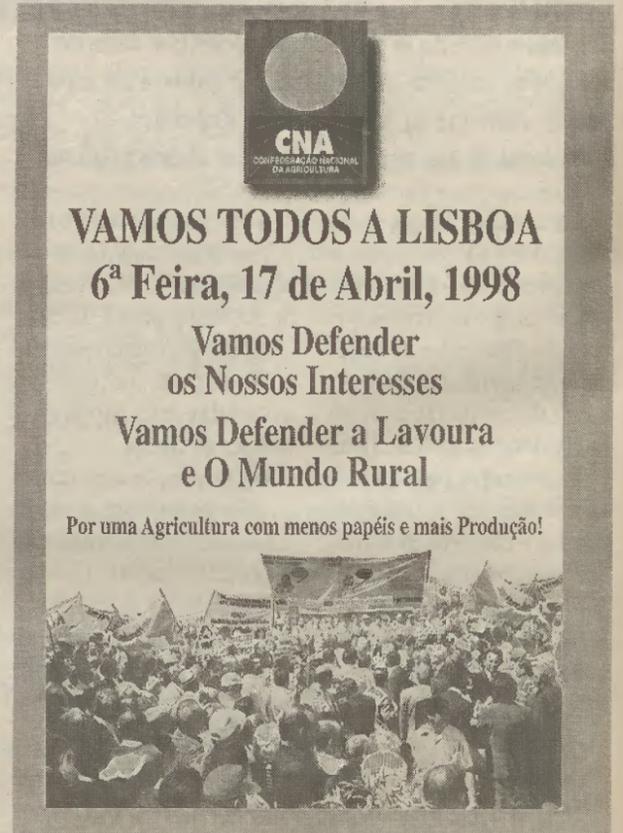
- Com a fixação de *tectos e escalões* de forma a redistribuir os dinheiros públicos das ajudas com maior justiça entre países/ regiões e entre agricultores;

- Uma reforma da PAC que defenda e apoie as produções características dos países do sul (vinho, azeite, fruta e hortícolas), designadamente garantindo para estas níveis de ajuda idênticos aos dos cereais, carne e leite.

Em síntese – uma reforma da PAC, com menos burocracia, que “consagre o direito a produzirmos”.

“Velhos” problemas à espera de solução

De par do tema central da concentração, a reforma da PAC e as



ameaças contidas na proposta da Comissão Europeia, a CNA, com a AJAP e a ARP, exigem ainda solução para “velhos” problemas, em particular: a baixa de preços dos factores de produção; outro tipo de linhas de apoio financeiro; preços compensadores para os produtos agrícolas; controlo eficaz das importações e defesa e melhoria da produção nacional; um regime de Segurança Social que permita significativas reduções das prestações mensais dos pequenos e médios agricultores; apoios para a sanidade animal e sector cooperativo; mais *quotas* e mais *direitos* a produzir, em especial para os

jovens agricultores e novos projectos; mais dinheiro destinado à agricultura no Orçamento de Estado; uma outra lei de caça.

Em síntese – *apoios claros e concretos para um desenvolvimento equilibrado do Mundo Rural. E um não aos encerramentos, ou a diminuição de horários de funcionamento, de Postos Médicos/Centros de Saúde, de Escolas, de linhas de Caminho-de-Ferro e outros serviços indispensáveis à qualidade de vida das Populações Rurais. Com um objectivo comum – impedir a desertificação e o despovoamento de vasta regiões.*

Segurança Social Abaixo-assinado pede redução das contribuições

Cerca de dois mil agricultores do distrito de Coimbra deixaram de pagar as suas contribuições para a Segurança Social por não disporem de capacidade económica, revelou a Associação Distrital dos Agricultores de Coimbra (ADACO).

“É caso para perguntar o que vai ser o futuro destes agricultores e das suas famílias quando chegar a idade da reforma”, questiona a

Associação que afirma que os números reais serão mais elevados, pois ainda não foi feita uma avaliação exaustiva da situação no distrito.

A Confederação Nacional da Agricultura – CNA está a realizar um abaixo-assinado em todo o País, para apresentar em breve uma petição à Assembleia da República a reclamar a redução das prestações da Segurança Social.

Madeira

Parlamento Aberto sobre a Juventude

O Grupo Parlamentar da CDU na Assembleia Legislativa Regional da Madeira, junto com a JCP/Madeira, levou a cabo, entre 30 de Março e 4 de Abril, mais uma iniciativa do *Parlamento Aberto*, desta vez sobre a Juventude.

Os *Parlamentos Abertos* focam várias áreas da sociedade madeirense tendo levado a uma análise, *in loco*, de diversos problemas sectoriais particularmente sentidos pela população.

A CDU procurou, assim, ouvir as experiências, opiniões e sugestões de várias organizações

ligadas à juventude e aos seus problemas. Realizaram-se reuniões com associações de estudantes de duas escolas secundárias do Funchal, com a Associação Académica da Universidade da Madeira, com a Direcção Regional do Corpo Nacional de Escutas, com a organização da juventude da União dos Sindicatos da Madeira, com a Associação *Abraço*, a Fundação Portuguesa *A Comunidade contra a SIDA* e o Núcleo Regional do *Projecto Vida*.

A partir do trabalho realizado ao longo desta semana, foram

definidas algumas áreas de intervenção, a nível político e parlamentar, nomeadamente a criação de uma subcomissão, na Assembleia Legislativa, para a toxicod dependência, e o debate sobre a figura do dirigente associativo voluntário. O voluntariado foi um assunto muito focado, pois na opinião de algumas organizações, especialmente as que realizam o seu trabalho com base no regime voluntário, vai-se tornando muito difícil cativar mais elementos para o trabalho junto dos jovens (e não só). Urge, por

isso, criar formas que dignifiquem e tornem mais atractivo este tipo de tarefas.

No último dia do *Parlamento Aberto sobre a Juventude*, teve lugar um encontro informal com os jovens, em que se recolheram opiniões sobre os problemas que mais afectam a juventude. A toxicod dependência, o ensino e a falta de perspectivas para o futuro foram os tópicos mais focados, o que espelha bem a insegurança que a juventude sente, nos nossos dias, face a uma sociedade hostil e que não a sabe enquadrar no seu seio.

JUVENTUDE

“Audácia de conquistar” JCP aprova Manifesto

Por incontornáveis limitações de espaço, não nos foi possível publicar, no último “Avante!”, o Manifesto aprovado no Encontro-Festa da JCP, que aqui reproduzimos na íntegra.

Somos comunistas.
150 anos depois da publicação do Manifesto do Partido Comunista
77 anos depois da fundação do Partido Comunista Português
23 anos depois da Revolução dos Cravos, com orgulho reafirmamos:

Somos jovens comunistas!

Para descontentamento dos profetas que anunciaram o fim das ideologias, com orgulho continuaremos a afirmar:

Somos jovens, somos comunistas!

Rejeitamos o preconceito, o individualismo, a competição desleal e o medo.

Rejeitamos os exames nacionais, o *numerus clausus*, o conceito de “estudante não elegível”, as propinas e a elitização do ensino.

Rejeitamos a precariedade no trabalho, os baixos salários, a discriminação, o desemprego, o trabalho infantil e a exploração.

Somos frontalmente contra a política que condena o futuro dos

jovens, que pretende acabar com a escola pública e gratuita, que desmantelou o aparelho produtivo do Estado, que procura branquear o passado fascista e acabar com os direitos e conquistas de Abril.

Responsabilizamos o actual governo PS pelo prosseguimento do neoliberalismo como ideologia de Estado.

Como todos os jovens, construímos este momento, conquistamos o amanhã, lutamos pela felicidade.

acesso e sucesso educativo, por uma escola mais humana, pela gratuidade de todos os graus de ensino.

Lutamos por um emprego com direitos, pela igualdade salarial independentemente da idade, sexo ou cor. Lutamos por salários justos e condignos para todos.

A JCP reflecte, age e transforma! A JCP é uma organização revolucionária.



JCP em notícias

Encontro-Festa em Lisboa

“Hoje, a Juventude Comunista Portuguesa, com muitos outros jovens que se identificam com o trabalho e o projecto da JCP, debate os problemas actuais da juventude e do mundo, cria espaços de participação aberta e construtora do futuro”, afirmou, na sua intervenção no Encontro-Festa da JCP, no Jardim dos Jerónimos, Osvaldo Marta, da Comissão Política da Direcção Nacional da JCP.

Osvaldo Marta referiu, como contributo da JCP, o reforço do movimento juvenil, a “dinamização de um movimento juvenil independente, reivindicativo e dinâmico”, nomeadamente as associações juvenis, ambientais, culturais, recreativas, desportivas, de estudantes, de bairro.

O dirigente da JCP referiu questões actuais como a despenalização da interpretação voluntária da gravidez, a urgência de uma escola pública, gratuita e de qualidade, a mobilização de estudantes e professores para a defesa do ensino superior público, os graves problemas que afectam a juventude trabalhadora.

A concluir, Osvaldo Marta sublinhou que “a vontade subjacente às ideias de Marx, Engels e da revolução de Outubro está viva nos comunistas, na sua acção, na sua luta. A audácia de conquistar um mundo mais justo continua a existir nos jovens comunistas de hoje. O sonho existe e iremos concretizá-lo!”.

Açores Encontro para estruturação

Realizou-se no passado dia 4 de Abril, em Ponta Delgada, uma reunião do Secretariado Regional provisório da JCP/Açores, com o objectivo de iniciar um processo de estruturação no plano regional. Em causa está uma melhor articulação da actividade dos núcleos existentes nas diversas ilhas e uma reforçada capacidade de resposta às questões políticas regionais com maior interesse para os jovens.

Foi também decidido elaborar um conjunto de iniciativas regionais de debate que incluirão temas como o combate à toxicod dependência e o desemprego juvenil, prevendo-se ainda, para os últimos meses do ano, a realização de um Encontro ou Congresso Regional da JCP. A JCP/Açores considera o seu reforço essencial para que “possa existir na sociedade açoriana, uma verdadeira perspectiva de esquerda para a política juvenil”.



Somos defensores do ambiente, combatemos o racismo e a intolerância, promovemos e produzimos cultura. Assumimos a sexualidade, defendemos a dignidade das mulheres contra o aborto clandestino, preferimos a liberdade às dependências, lutamos pela paz.

Como comunistas, lutamos todos os dias pela concretização das aspirações da juventude. Nas escolas, nos locais de trabalho, nas ruas, a Juventude Comunista Portuguesa mantém-se ao lado dos jovens.

Lutamos pela elevação do nível cultural dos jovens portugueses, pela democratização do

Valorizamos o papel dos jovens na construção do seu presente, na participação nas associações de estudantes, na gestão democrática das escolas, nos sindicatos, nas comissões de trabalhadores, nas associações juvenis, nas associações populares, culturais, desportivas e recreativas e nas autarquias. Como jovens exigimos participar na democratização do nosso país.

Participamos no movimento juvenil para reforçá-lo, garantir a sua independência e aumentar a sua capacidade realizadora e de intervenção.

Afirmamo-nos marxistas-leninistas. Na luta por uma sociedade mais justa, na defesa das classes exploradas, não renegamos a história, o contributo que gerações de comunistas em todo o mundo deram na construção do socialismo.

Somos solidários com o movimento dos Sem-Terra e com os povos de Timor, Cuba, Chiapas, Sahara Ocidental, Iraque e Palestina.

Somos solidários com todos aqueles que em todo o mundo lutam pelo direito de prosseguirem o rumo que escolheram, pelo fim de todas as formas de colonialismo, contra o imperialismo.

Somamos a luta e a liberdade, que herdámos, à revolta e à criatividade que nos movem.

É para a luta diária, dos gestos e das palavras que constroem uma sociedade justa, que apelamos à tua participação.

A força da juventude é o mote, a audácia de conquistar é a nossa luta!



Racismo aumenta nos EUA

O número de crimes motivados por razões racistas no Estado norte-americano de Nova Iorque subiram nos últimos três anos, de acordo com um estudo recentemente publicado. Segundo o presidente do Conselho da Cidade de Nova Iorque, Peter Vallone, os delitos contra judeus passaram de 320 em 1996 para 380 em 1997, e contra asiáticos aumentaram de 56 em 1994 para 82 em 1997. Por outro lado, os crimes contra homossexuais passaram de 575 em 1996 para 658 em 1997.

Sindicatos da FN ilegais

O «FN-Polícia» e o «FN-Penitenciária», ambos sindicatos ligados à Frente Nacional, foram declarados ilegais pelo Supremo Tribunal de Justiça francês. No documento emitido na sexta-feira, esta instituição considera que «um sindicato profissional não pode basear-se numa causa ou objectivo ilícito» e «não pode agir contra os princípios de não-discriminação contidos na Constituição». No Verão passado, o Tribunal de Relação de Paris havia já emitido um parecer idêntico, que considerava o «FN-Polícia» «um instrumento de um partido político, cujos interesses e objectivos serve ao estabelecer diferenças baseadas na raça, cor, ascendência, origem nacional ou étnica».

Greve geral na Grécia...

Os trabalhadores dos principais centros urbanos da Grécia cumpriram na quinta-feira passada uma greve geral de 24 horas, em protesto contra as reformas laborais propostas pelo governo na sequência da desvalorização da moeda em 14 por cento. As medidas defendidas pelo executivo têm como fim reduzir as despesas de 11 empresas estatais, sanear a companhia aérea nacional e privatizar quatro bancos, o que terá como consequências a diminuição do número de empregados e o aumento dos horários de trabalho.

... e na Bolívia

A greve geral na Bolívia continua sem fim à vista, duas semanas depois do seu início. As negociações entre a Central Obreira Boliviana e as

Rússia

Duma rejeita Kirienko

Serguei Kirienko foi recusado para o cargo de primeiro-ministro da Rússia pela Duma, a câmara baixa do parlamento. Na sexta-feira, 186 deputados votaram contra a sua nomeação, 143 manifestaram-se a favor e seis abstiveram-se. Dos 409 deputados presentes, apenas 338 votaram.

Esta rejeição não foi uma surpresa para ninguém, em especial para o presidente Boris Ieltsin, que desde a demissão do governo chefiado por Viktor Chernomirdin - em 23 de Março - ameaça dissolver a Duma se o seu candidato não for aceite.

Para o Partido Comunista russo, Ieltsin não pode apresentar o mesmo candidato mais do que uma vez, evocando o texto da Lei Fundamental: «Após a rejeição por três vezes pela Duma de candidatos ao posto de primeiro-ministro, o presidente da Federação da Rússia nomeia o chefe do governo, dissolve a Duma e marca novas eleições».

Os comunistas sublinham o plural utilizado no texto quando se refere a «candidatos» e prometem recorrer ao Tribunal Constitucional para saber se este facto impede, na verdade, o presidente de apresentar o mesmo nome várias vezes.

Ieltsin não considera esta hipótese, até porque, como ele próprio disse num discurso transmitido pela rádio no dia da votação, não tem «outro candidato».

E Ieltsin?

Guennadi Ziuganov, o líder comunista, considera que o

plano de Ieltsin consiste em dissolver a Duma, deixar o país com um governo provisório durante um longo período de tempo e convocar em 1999 eleições legislativas (que, conforme a lei, se devem realizar no fim deste ano) e presidenciais (previstas para o Verão do ano 2000). Ziuganov defende que assim o presidente poderia manter-se no poder durante um terceiro mandato.

Serguei Kirienko afirma-se com «um absoluto independente» que não obedece a ninguém «excepto ao presidente». A sua posição ficou bem patente nas declarações que fez após a rejeição do seu nome pela Duma. «Não serei conciliador no tocante à questão da composição do governo. Tenho uma posição de princípio. Para mim, recuar não faz qualquer sentido. Aceitar discutir não daria

um bom governo», disse Kirienko.

Entretanto, os russos aguardam o desenrolar da situação política do país e acusam Ieltsin de ser o responsável pelo estado da economia.

Na passada quinta-feira, realizou-se uma jornada de protesto nacional contra os muitos problemas com que a população tem de lidar: os 15 por cento de desemprego entre a população activa, os salários há muitos meses em atraso, as baixíssimas pensões que os reformados recebem, a necessidade que os trabalhadores sentem de arranjar mais do que um emprego para sustentarem a família.

«Ieltsin, não!», gritaram os manifestantes naquele dia, em diversos pontos da Rússia. Uma expressão que os deputados não usam, mas que sustentam indirectamente.

Chile

Democratas-cristãos apoiam Pinochet

O antigo ditador chileno Augusto Pinochet foi novamente alvo de protestos, desta vez através de uma acusação constitucional que previa um julgamento histórico à sua actuação como chefe do exército durante o período de transição para a democracia.

O requerimento foi debatido durante nove horas pela Câmara de Deputados, na sexta-feira, tendo sido rejeitado por 65 votos

contra e 52 a favor. A esta maioria pertencem os parlamentares de direita e um terço dos representantes do Partido de Democracia Cristã, no poder.

Caso o documento fosse aprovado, o processo seria enviado ao Senado que constituiria um tribunal. Se fosse considerado culpado, Pinochet seria destituído de senador vitalício designado, cargo que ocupa desde 11 de Março.

A contestação a Pinochet não se limita apenas à esquerda chilena. Grande parte dos democratas-cristãos manifestam-se contra aquele que esteve à frente do país 17 anos, provocando uma cisão interna no partido.

Enquanto alguns deputados votavam contra o requerimento, meia centena de jovens militantes ocuparam a sede do partido protestando contra a posição do

seu presidente que defende a retirada da acusação constitucional contra Pinochet.

Os outros partidos que fazem parte da coligação governamental, o Partido Socialista e o Partido pela Democracia, afirmaram que esta aliança enfrenta uma grave crise. Ambos votaram a favor do requerimento. Os presidentes das duas organizações faltaram à habitual reunião da coligação.

Colômbia

Guerrilheiros contra EUA

As Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC) apelaram ao Exército de Libertação Nacional (ELN) para a concretização de uma união contra «a presença de agentes dos Estados Unidos na Colômbia».

Num comunicado divulgado no início desta semana, as FARC afirmam que «a ingerência do imperialismo nos assuntos internos válida e justifica plenamente a luta revolucionária armada», uma acção com o objectivo de «derrotar a ira e a avareza dos capitalistas».

Segundo diversos analistas, os EUA preparam-se, de facto, para se envolverem no conflito interno colombiano.

A edição de sexta-feira do jornal *Washington Post* refere um documento dos serviços secretos militares norte-americanos que afirma que as guerrilhas estão prestes a tomar a Colômbia. Segundo esta previsão, essa vitória teria lugar dentro de cinco anos, caso o exército colombiano não recebesse nenhuma ajuda externa num curto espaço de tempo.

Hoje em dia, as forças armadas do país, consideradas por *Washington* como mal treinadas e mal equipadas, já recebem participação técnica e conselhos de assessores militares oriundos dos Estados Unidos.

Na opinião de organizações de direitos humanos, os EUA preparam uma espécie de guerra encoberta, usando como pretexto a repressão contra o narcotráfico. Tanto as FARC como o ELN foram colocados pelas autoridades norte-americanas na lista das organizações terroristas mais perigosas do mundo, e o termo «narcoguerrilha» tem sido usado cada vez com mais frequência. Mais recentemente, *Washington* afirmou que a questão colombiana é um problema de segurança de toda aquela zona.

Para o presidente colombiano, as informações sobre as guerrilhas «não passam de uma fábula». Ernesto Samper afirmou que não está disposto a aceitar ajuda externa. «Não solicitamos, não procuramos nem tão-pouco apelamos a ajuda militar estrangeira para combater a insurgência armada. Desejamos a participação internacional para fazer a paz, não para aprofundar a guerra», declarou na segunda-feira.

Nas palavras do ministro da Defesa, trata-se de «uma estratégia para vender jornais nos dias santos». «É um documento absurdo, pouco sério, elaborado por ignorantes e maliciosos que empreenderam uma campanha hostil para desencorajar o investimento estrangeiro na Colômbia», acrescentou.

A situação interna no país agrava-se. Na segunda-feira, registou-se um combate entre as forças armadas e guerrilheiros das FARC, no município de Restrepo, na zona em que há cerca de um mês se encontram sequestrados três cidadãos americanos e um número indeterminado de colombianos pela mesma organização. Onze militares e onze guerrilheiros morreram na sua sequência.



Novos confrontos entre as FARC e as forças armadas causaram 22 mortos (foto de arquivo)

Acordo

Declaração

1 - Nós, os participantes nas conversações multipartidárias, cremos que o acordo que negociámos oferece uma oportunidade real e histórica para um novo começo.

2 - As tragédias do passado deixaram um pesado e profundamente lamentável legado de sofrimento. Não devemos esquecer nunca os que morreram ou ficaram feridos, nem as suas famílias. Mas podemos honrá-los melhor através de um novo começo, em que nos empenhemos firmemente na concretização da reconciliação, da tolerância, da confiança mútua e na defesa e exigência de direitos humanos para todos.

3 - Confiámos na participação conjunta, igualdade e respeito mútuo como base das relações entre as comunidades na Irlanda do Norte, entre o Norte e o Sul e entre as ilhas.

4 - Reafirmamos o nosso total e absoluto compromisso com os meios exclusivamente democráticos e pacíficos para resolver as diferenças em questões políticas, e a nossa oposição a qualquer utilização da ameaça da força por outros para tentar alcançar qualquer objectivo político, tanto no que respeita a este acordo como em relação a outras questões.

5 - Conhecemos as diferenças substanciais existentes entre as nossas aspirações políticas, igualmente legítimas. Em todo o caso, esforçar-nos-emos com empenho no caminho da reconciliação e aproximação no âmbito das soluções democráticas acordadas. Comprometemo-nos a trabalhar de boa-fé para garantir o êxito de todas e de cada uma das soluções estabelecidas neste acordo. Aceita-se que todas as medidas constitucionais e institucionais - a instituição de uma Assembleia para a Irlanda do Norte e de um Conselho Ministerial Norte-Sul, um Conselho britânico-irlandês e uma Conferência Intergovernamental britânico-irlandesa, assim como algumas emendas às Actas do Parlamento britânico e à Constituição irlandesa - estão interligadas e são interdependentes, e que em particular o funcionamento da Assembleia e do Conselho Norte-Sul está tão intimamente interrelacionado que o êxito de uma depende do êxito do outro.

6 - De comum acordo, num espírito de concórdia, recomendamos firmemente este acordo ao povo, do Norte e do Sul, para a sua aprovação.

Irlanda

histórico a caminho da paz

Os irlandeses dos dois lados da fronteira vão referendar no próximo dia 22 de Maio o histórico acordo de paz assinado sexta-feira no Castelo de Stormont, em Belfast. Após intensas negociações, mediadas pelo ex-senador norte-americano George Mitchell, os participantes nas conversações multipartidárias comprometeram-se a pôr termo à violência que há cerca de três décadas dilacera a Irlanda do Norte (Ulster) e a adoptar um projecto político que poderá finalmente trazer a paz àquele território.

Na opinião de George Mitchell, o homem que trabalhou durante 21 meses para que nacionalistas republicanos e unionistas se entendessem, «o acordo é justo, porque permite às duas comunidades viver juntas em paz e reconciliadas». Mas, como alertou, o documento «não consegue a paz por si só, apenas cria uma oportunidade para a conseguir. É um bom primeiro passo, mas há ainda muito caminho para percorrer».

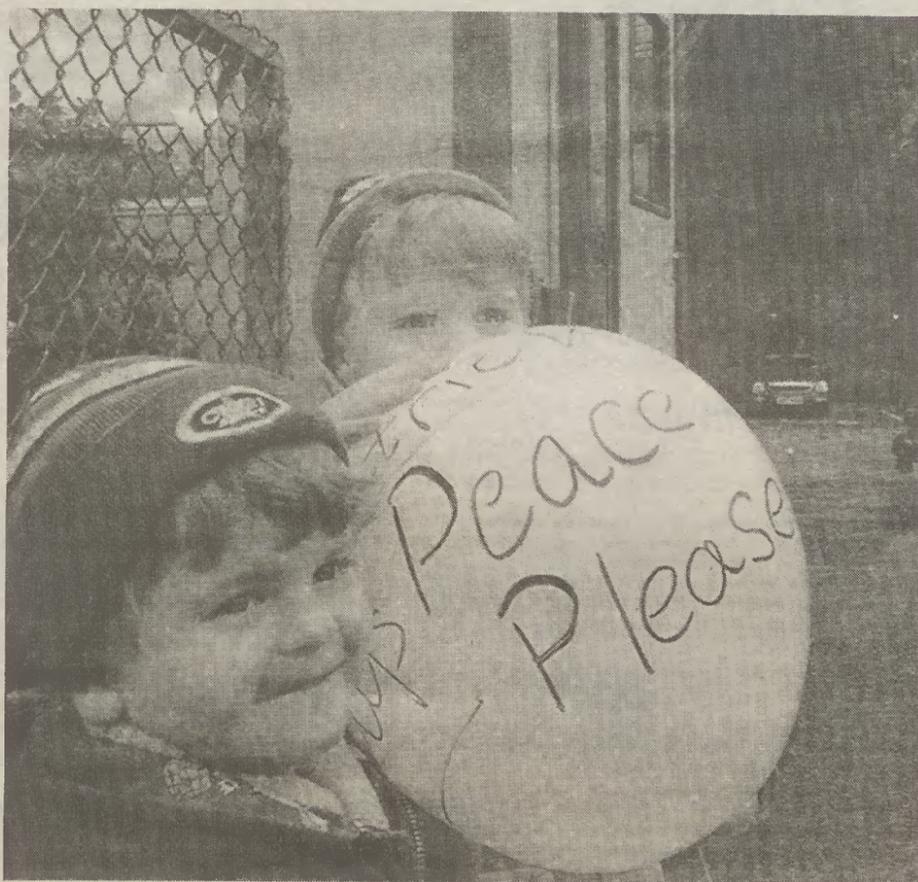
Convencer os seus partidários para que compreendam o alcance do acordo e o aceitem é a grande tarefa que os principais partidos da Irlanda do Norte têm pela frente. Se em relação aos resultados do referendo na República da Irlanda não parecem existir dúvidas - a população, maioritariamente católica, apoia o processo -, o mesmo não se pode dizer da maioria conservadora, unionista e protestante do Ulster (que teme perder os

privilégios de que usufruiu até à data), nem dos sectores mais radicais dos nacionalistas, para quem só o caminho das armas pode levar à independência.

O Acordo, cujos principais pontos publicamos em separado, bem como a Declaração de Stormont, mantém o Ulster no Reino Unido, ainda que criando pontes institucionais entre o território e a República da Irlanda que poderão abrir, no futuro, caminho para a reunificação da Irlanda.

Como afirma Mitchell, «há gente em ambos os lados que quer fazer descarrilar este processo, que está implicada no caminho da violência». O grande receio agora é que «essa gente intensifique as suas actividades nas semanas que faltam até à realização do referendo».

Entretanto, todos os dirigentes se manifestam dispostos a fazer campanha para que os referendos de 22 de Maio tradu-



Em Stormont foi assinado um acordo frágil mas capaz de dar vida ao sonho irlandês de um dia viver em paz

zam um apoio inequívoco ao Acordo de Stormont. George Mitchell apelou mesmo a Clinton para que visite o Ulster antes daquela data, considerando que a sua visita reforçará os partidários do Acordo.

Clinton já afirmou o seu desejo de «ajudar, mas não de intervir», e que poderá ir ao Ulster se

isso for do interesse de todos as partes. Recorda-se que nos EUA cerca de 39 milhões de pessoas (16 por cento da população) se declaram de origem irlandesa, pelo que a questão do Ulster é seguida com particular atenção.

A frágil paz que se vive no Ulster passou já esta semana a primeira «prova de fogo»: a con-

fraria «Apprentice Boys» inaugurou segunda-feira a tradicional temporada das marchas protestantes, que assinalam as vitórias do passado sobre os católicos. Ao contrário do que é costume suceder todos os anos, desta vez não houve distúrbios. Mas ainda faltam celebrar cerca de 3500 marchas.

O Acordo de Stormont

O acordo assinado sexta-feira no Castelo de Stormont, em Belfast, e que será submetido a referendo popular, tanto no Norte como no Sul, no próximo dia 22 de Maio, lança as bases para a criação de um órgão democrático autónomo no Ulster, bem como de organismos de cooperação entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda, para além de definir as relações desta última com o conjunto do Reino Unido (Inglaterra, Escócia e País de Gales). O documento inclui ainda o procedimento a seguir para o desarmamento dos grupos paramilitares, as linhas mestras a adoptar pelo sistema judicial e policial no Ulster e a libertação dos presos políticos.

Eis os principais pontos do acordo:

Princípios constitucionais - O acordo reconhece o princípio do consentimento, o que significa que uma mudança do estatuto da Irlanda do Norte só poderá ocorrer com a aprovação da maioria dos seus habitantes. Trata-se do reconhecimento implícito de que a minoria católica do Norte e a maioria católica do Sul pretendem uma Irlanda unida, e que a maioria protestante do Norte deseja por enquanto permanecer no seio do Reino Unido. No caso da situação evoluir no sentido da unificação da Irlanda, cada governo deverá obrigatoriamente respeitar as aspirações da população da Irlanda do Norte. O documento contempla o direito à dupla nacionalidade irlandesa e britânica, que se manterá seja qual for o futuro da Irlanda do Norte.

Para já, o governo britânico propõe-se revogar a legislação de 1920 que declara a sua soberania sobre o Norte da Ilha, enquanto o governo irlandês se afirma disposto a realizar um referendo para suprimir os artigos constitucionais que reivindicam a anexação do Norte.

Instituições democráticas - Uma Assembleia autónoma, democraticamente eleita, passará a exercer os poderes legislativo e executivo. De forma a evitar que a maioria unionista domine esta Assembleia, estão

previstas várias medidas de equilíbrio: o novo Parlamento contará com 108 deputados eleitos por um sistema proporcional com base nas actuais 18 circunscrições existentes.

Até à transferência de novas competências, a Assembleia terá as mesmas atribuições do actual ministro britânico para a Irlanda do Norte (Finanças, Função Pública, Desenvolvimento Económico, Educação, Saúde e Protecção Social, Meio Ambiente e Agricultura).

Para o exercício do poder executivo, a Assembleia elegerá um primeiro-ministro e um vice-primeiro-ministro, apoiados por dez ministros. As decisões mais importantes deverão ser adoptadas por consenso entre os representantes das comunidades católica e protestante, ou por uma maioria de 60 por cento dos votos, formada com pelo menos 40 por cento dos deputados de cada uma das comunidades.

As comissões legislativas terão igualmente um presidente e um vice-presidente de cada uma das comunidades, sendo os respectivos membros designados em função dos resultados eleitorais. Todos os que não respeitarem as regras «democráticas e não violentas» serão expulsos.

Conselho ministerial Norte-Sul - Os ministros saídos da Assembleia do Ulster e do

Parlamento da República da Irlanda (Dail) reúnem-se duas vezes por ano em sessão plenária num Conselho ministerial Norte-Sul, cuja função visa essencialmente desenvolver projectos de cooperação nos domínios económico, social, ecológico, cultural, turístico ou programas europeus. Sem poder executivo, o Conselho responde perante a Assembleia do Norte e o Parlamento de Dublin.

Conselho anglo-irlandês - Composto por membros dos governos britânico e irlandês, da Assembleia da Irlanda do Norte, do Parlamento escocês e da Assembleia do País de Gales, bem como de representantes da Ilha de Man e das Ilhas do Canal da Mancha, o Conselho tem por objectivo discutir assuntos de «interesse mútuo», tais como os transportes, agricultura, meio ambiente, saúde e cultura. Este organismo reunirá duas vezes por ano em sessão plenária e periodicamente em reuniões sectoriais.

Conferência anglo-irlandesa - Esta nova instituição substitui o acordo bilateral anglo-irlandês de 1985 e destina-se a supervisionar a criação e funcionamento da Assembleia do Norte e do Conselho Norte-Sul. Não tem poder para alterar ou anular as medidas previstas no acordo de Stormont. Até à transferência de poderes para a nova Administração autónoma de Belfast, a Conferência tratará ainda de questões relacionadas com os direitos humanos, presos, justiça e polícia. Cabe igualmente a este órgão intensificar as relações de cooperação entre os dois governos nas questões fronteiriças.

Segurança - O governo de Londres compromete-se a: reduzir o destacamento militar na Irlanda do Norte em função dos níveis de normalização da segurança pública, tornando-o compatível com o de uma sociedade pacífica; dismantlar as instalações militares; regovar a legislação respeitante ao Estado de emergência na Irlanda do Norte.

Desarmamento - Todas as partes se

comprometem a trabalhar para o total desarmamento dos grupos paramilitares que operam no Ulster. O processo, que contará com o apoio de uma comissão internacional, começará em Junho e deverá estar terminado no prazo de dois anos.

Polícia e Justiça - O acordo prevê a implementação de um corpo policial no Ulster aceitável pelos nacionalistas republicanos (actualmente a polícia é maioritariamente composta por conservadores unionistas), de forma a que num futuro de paz os agentes possam patrulhar as ruas sem armas. A reforma dos serviços policiais ficará a cargo de uma comissão independente que apresentará as suas recomendações quanto às alterações a levar à prática.

Presos políticos - Os governos de Londres e Dublin comprometem-se a implementar os mecanismos necessários para facilitar a libertação dos presos políticos, incluindo os que foram extraditados, condenados por delitos relacionados com a violência política, cometidos ou não na Irlanda do Norte. Os presos que permanecerem ligados a organizações que não decretarem e respeitem de forma inequívoca o cessar-fogo não beneficiarão destas medidas. Uma vez desencadeado o processo, todos os presos deverão estar em liberdade num prazo de dois anos.

Direitos humanos - Os signatários do acordo comprometem-se a respeitar os direitos civis e a liberdade religiosa e a defender o direito a escolher livremente o local de residência. O governo britânico incorporará na legislação da Irlanda do Norte a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, o que permitirá aos cidadãos do Ulster recorrer aos tribunais europeus. Criará também uma Comissão independente sobre a igualdade de oportunidades e impulsará o acesso dos membros das duas comunidades à função pública.

autoridades governamentais saíram frustradas, com cada parte agarrada à sua posição. A população está com os sindicatos na reivindicação de melhores condições sociais e não teme as consequências da sua luta, que já atingiu níveis de violência. Em La Paz, os professores das zonas rurais feriram quatro polícias, destruíram vários veículos e tentaram tomar a esquadra onde se encontram presos três dos seus dirigentes. São previstos para esta semana novos protestos de rua e o início de uma greve da fome de todos os dirigentes sindicais, que mais tarde serão imitados por todos os trabalhadores filiados na COB. Fontes governamentais não afastam a possibilidade de impor o estado de sítio.

Coreias em conversações bilaterais

Pela primeira vez em quatro anos, a Coreia do Norte e a Coreia do Sul encetaram conversações bilaterais no fim-de-semana passado, em Pequim. No fecho da nossa edição, os representantes de Pyongyang e de Seul não tinham ainda chegado a acordo sobre o envio de fertilizantes para o norte ou sobre as reuniões de famílias separadas desde a divisão da península em 1945. Enquanto as negociações prosseguem, a situação alimentar da Coreia do Norte piora de dia para dia. A Organização da ONU para a Agricultura e a Alimentação prevê que as reservas alimentares norte-coreanas acabarão em Maio.

11 estrangeiros expulsos do México

Na madrugada de sábado, várias centenas de elementos da polícia e do exército mexicanos chegaram ao vale de Taniperla, em Chiapas, com o objectivo de dismantlar o município autónomo Ricardo Flores Magón, recentemente criado por índios do Exército Zapatista. Vinte pessoas foram detidas, sendo 11 delas estrangeiras. Estas foram acusadas de participar em actividades políticas reservadas a mexicanos, tendo sido expulsas do país poucas horas depois. Desde 1994, foram criados 33 municípios autónomos pelos zapatistas, que defendem que esta é uma forma de aplicar os Acordos de Santo Andrés.

Em alternativa aos círculos uninominais

PCP apresenta projecto de reforço da proporcionalidade do sistema eleitoral

Na passada semana, muito resumidamente, demos, em «últimas», extractos da conferência de imprensa de Luís Sá, na qual este dirigente comunista deu a conhecer uma declaração da Comissão Política em que se anunciava a decisão de apresentar na Assembleia da República um projecto de lei do PCP, visando o reforço da proporcionalidade no sistema eleitoral, em alternativa aos círculos uninominais defendidos pelo PS e pelo PSD. Pela importância do documento então divulgado, aqui o apresentamos na íntegra aos nossos leitores, acompanhado de quadros e números bem sugestivos do que está na realidade em questão.

1. Em contraste com a proposta de lei eleitoral da responsabilidade do PS e com o projecto de lei eleitoral do PSD, agendado para dia 23 de Abril, o PCP anuncia hoje a apresentação de um projecto de lei eleitoral que se traduzirá em mais e não menos justiça na conversão de votos em mandatos, não só para as diversas regiões do país mas também para os partidos e os vários candidatos.

Assim, serão propostas essenciais a apresentar pelo PCP, para além de regras técnicas que a experiência tem aconselhado:

A criação de um círculo nacional de 50 deputados, como factor de correcção adicional da proporcionalidade, de estímulo à participação de todos, em especial dos que poderiam ser levados à abstenção por entenderem que o seu voto não é «útil» ao nível regional, bem como de equilíbrio global do sistema;

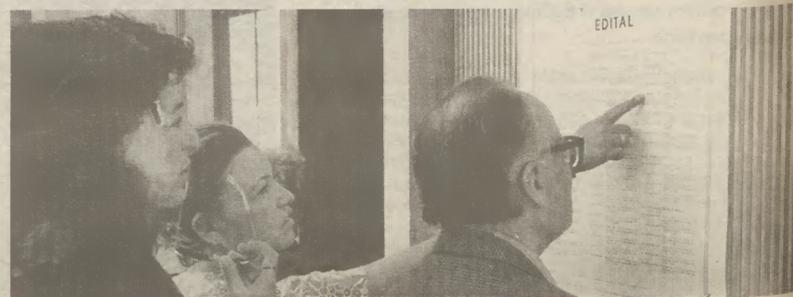
A adopção como círculos eleitorais do Continente da área das oito regiões administrativas já aprovadas na Assembleia da República em vez dos actuais dezoito distritos, de existência constitucionalmente transitória, alguns deles com escasso número de deputados e que praticamente excluem a proporcionalidade;

A substituição do método de Hondt como critério na repartição dos deputados pelos círculos regionais pelo método do quociente simples e maior resto, com o objectivo de beneficiar os círculos de menor dimensão e colocar fim a uma situação que prejudica o interior do País e beneficia os maiores círculos;

A adaptação dos prazos à última revisão constitucional, o que conduz ao seu encurtamento;

A clarificação de que as regras gerais de protecção e garantia na campanha eleitoral são extensivas a todo o período após a marcação de eleições, o que significa designadamente que as normas relativas à neutralidade de entidades públicas e à proibição de abuso de poder não são aplicáveis só no período da campanha eleitoral mas sim durante todo o processo eleitoral.

A fixação do princípio de que os partidos devem ter em conta na elaboração das suas listas a necessidade de favorecer o objectivo de estimular a participação política das mulheres e combater discriminações.



Círculos eleitorais em que a CDU não obteve deputados em 1991 e 1995 e percentagens obtidas

	1991	1995
Aveiro	2,8	2,7
Braga	4,6	4,5
Bragança	2,1	1,9
Castelo Branco	4,6	3,5
Coimbra	5,0	5,1
Faro	7,2	7,8
Guarda	2,3	2,3
Leiria	4,5	4,5
Portalegre	15,2	14
Viana do Castelo	5,0	4,5
Vila Real	2,6	1,9
Viseu	2,1	1,8
Açores	1,3	1,7
Madeira	1,0	1,3

Ao apresentar um projecto de lei eleitoral para a Assembleia da República, o PCP acentua que este projecto é parte e é um instrumento do combate a todas as propostas que procuram favorecer um rotativismo que dificulte ao povo a conquista de verdadeiras alternativas a políticas contra as quais queira manifestar o seu descontentamento.

2. A apresentação do projecto de lei eleitoral do PCP não significa concordância nem com os pressupostos nem com o calendário que o PSD e o PS acordaram. Com efeito, o PS e o PSD procuram de forma inaceitável, acelerar o processo de alteração da lei eleitoral para a Assembleia da República explorando a fundo as negativas possibilidades abertas (não a obrigatoriedade) pela revisão constitucional que entre si negociaram.

O primeiro passo deste precipitado processo foi a apresentação na Assembleia da República pelo Governo e pelo PSD de projectos de lei que, em rigor, nem deveriam ter sido admitidos uma vez que, propondo a criação de círculos uninominais, não apresentam uma proposta de delimitação dos próprios círculos, o que aliás não seria possível sem estar completa a actualização do recenseamento, sendo intolerável o expediente de a remeter para anexos a entregar em momento ulterior.

O segundo passo foi o agendamento potestativo do debate parlamentar para o dia 23 de Abril pelo PSD, havendo a previsão de que o Governo poderá incluir a sua proposta de lei para debate no mesmo dia.

3. O PCP salienta uma vez mais que a criação de círculos uninominais na versão proposta pelo PS e PSD, ainda que não afectando formalmente a conversão de votos em mandatos, visa afectar os comportamentos eleitorais, alterando artificialmente o número de votos de cada Partido que haverá para converter.

Percentagem de votos necessária para eleger o primeiro deputado em alguns círculos eleitorais (1995)

Beja	15,7
Bragança	20,15
Castelo Branco	16,05
Évora	20,1
Faro	9,7
Guarda	19,95
Leiria	8,66
Portalegre	23,4
Viana do Castelo	12,9
Vila Real	15,34
Viseu	9,8
Açores	15,93
Madeira	15,33

O PS e o PSD procuram, para além de uma bipolarização a nível nacional, apresentando para tal como instrumento a inexistente figura dos candidatos a Primeiros-Ministros, uma bipolarização a nível local com os candidatos de círculo uninominal.

A disputa de uma eleição específica a nível de cada círculo uninominal, a ter expressão, conduz ao desenvolvimento paralelo de campanhas a nível nacional e de dezenas de campanhas de cada círculo local, com consequências previsíveis numa grande escalada de despesas eleitorais dificilmente controláveis, com um possível crescimento da dependência das relações entre algumas candidaturas e o poder económico. As projecções feitas a partir das hipóteses de círculos eleitorais conhecidos e que foram elaboradas por solicitação do Governo apontam todas, aliás, para os candidatos uninominais vencedores serem todos do PS e do PSD, com tendência para o partido que obtém a maioria ficar também com a quase totalidade dos deputados dos círculos.

Estas tendências de monopolização de deputados dos círculos uninominais pelo PS e PSD e de quase monopolização pelo partido do poder poderão ser agravadas com a alteração dos comportamentos eleitorais que os novos sistemas propostos pretendem induzir. Com efeito, e apesar de quer o PS quer o PSD afirmarem que os sistemas eleitorais que propõem reforçam a proporcionalidade prevenindo um círculo nacional e maiores círculos de apuramento, a verdade é que os círculos uninominais, mesmo sendo de candidatura, têm o objectivo essencial de bipolarizar artificialmente os comportamentos eleitorais e, acima de tudo, favorecer o partido do poder. Os dois partidos, aliás, encarregaram-se certamente, se as suas propostas fossem aprovadas, de completar a apresentação da inexistente figura dos «candidatos a Primeiros-Ministros» com campanhas em torno da afirmação de que são os únicos candidatos «úteis» a nível local, designadamente devido à sua possível relação futura com o poder.

Os candidatos locais eleitos, aliás, não serão representantes de toda a população de círculo. Em boa verdade serão, muitas vezes, representantes de uma minoria, correspondente à maioria relativa que tiver votado no deputado eleito, deixando muitos e muitos milhares de eleitores sem representação e, do ponto de vista das suas impres-

Percentagem de deputados perdidos por cada partido ou coligação com a redução do número de deputados de 250 para 230 (Revisão de 1989)

PSD	6%
PS	6,7%
CDU	16,1%
CDS	25%

ões e sentimentos, mais longe da Assembleia da República e dos deputados. Assim, estas propostas têm essencialmente o efeito de tentar bipolarizar os comportamentos eleitorais e, ao contrário do que proclamam, afastam os eleitores dos deputados afectados ao poder, assim transformados em procuradores de clientelas locais junto da Administração Central.

Não se entende, de resto, a razão que leva o PS e o PSD a não aplicar um sistema como o de círculos uninominais, supostamente com tantas vantagens, às regiões autónomas dos Açores e da Madeira,

Percentagem de votos e mandatos dos partidos com representação parlamentar (*)

	% Votos	Com a lei actual % Deputados	Com a proposta do PCP % Deputados
PS	43,8	48,6	47,8
PSD	34	38,2	37,8
CDS	9,1	6,5	6,5
CDU	8,6	6,5	7,8

(*) Estes cálculos não podem ter em conta, como é óbvio, eventuais alterações de comportamentos eleitorais devido à alteração do sistema (em particular o círculo nacional).

Número de deputados actual por regiões e segundo a proposta do PSD de redução de deputados

	AR 95		Projecto do PSD	
	Eleitores	Mandatos	Mandatos	Eleitores p/ Mandato
Aveiro	539.057	14	6	89.843
Beja	151.016	4	1	151.016
Braga	640.514	16	7	91.502
Bragança	154.459	4	1	154.459
Castelo Branco	202.995	5	2	101.498
Coimbra	380.227	10	4	95.057
Évora	151.035	4	1	151.035
Faro	309.018	8	3	103.006
Guarda	176.818	4	1	176.818
Leiria	374.257	10	4	93.564
Lisboa	1.877.610	50	20	93.881
Portalegre	115.402	3	1	115.402
Porto	1.405.730	37	15	93.715
Santarém	396.918	10	4	99.230
Setúbal	636.420	17	7	90.917
Viana do Castelo	225.309	6	2	112.655
Vila Real	224.022	5	2	112.011
Viseu	357.660	9	4	89.415
Açores	188.327	5	5	37.665
Madeira	206.959	5	5	41.392



abrindo assim caminho à existência de mais do que um sistema no mesmo país.

4. A redução do número de deputados proposta pelo PSD vem na esteira da anterior redução acordada, e que teve por manifesto e confessado propósito reduzir a proporcionalidade prejudicando em especial o PCP e a sua capacidade de intervenção parlamentar e partidos de votação intermédia e favorecendo os partidos «centrais». Foi também afectada a representação do interior do país.

A redução do número de deputados e o processo de desertificação, aliás, traduziram-se numa forma de alteração de facto do sistema eleitoral, diminuindo seriamente o índice de proporcionalidade do actual sistema. Com efeito, tornou-se cada vez menor a relação entre a percentagem de votos e a percentagem de deputados obtidos por cada partido, em prejuízo do PCP e CDU e do PP e em benefício do PS e PSD. Estes partidos tentaram, aliás, em múltiplos círculos, levar mais e mais longe a bipolarização artificial apelando ao que chamavam «voto útil» dos eleitores, que seriam assim obrigados a escolher um menor dos males contra a sua vontade. Este facto é tanto mais inaceitável e contraditório quanto, além de visar a bipolarização e viabilizar políticas de direita, a proporcionalidade se manteve sempre como um limite material da revisão constitucional, como característica e pilar que é do nosso sistema político-constitucional democrático.

5. Recordando que, com apenas 13 deputados, o Grupo Parlamentar do PCP é uma vez mais o que apresenta um maior número de projectos de lei e iniciativas parlamentares, talvez seja justo observar que em vez de haver deputados a mais, o que antes pode acontecer é que haja partidos que têm deputados a mais para o trabalho que desenvolvem e partidos como o PCP que têm deputados a menos para o trabalho que realizam, questão que os eleitores devem ponderar e ajudar a atenuar.

6. O PCP salienta que não é nos argumentos que o PS e PSD usam para alterar o sistema eleitoral vigente (que o PS pretende mudar significativamente apesar de repetidamente afirmar que «provou bem») que radicam os factores de distanciamento dos deputados face aos eleitores mas sim na falta de respeito pelos compromissos assumidos perante o eleitorado e num conjunto de práticas e opções políticas que descontentam importantes camadas da população, em especial as mais carecidas.

7. Entretanto, foi considerando a necessidade de uma activa intervenção neste processo e que existem aspectos do sistema eleitoral vigente que carecem de ser aperfeiçoados, que a Comissão Política do PCP encarregou o Grupo Parlamentar do PCP de apresentar proximamente na Assembleia da República um projecto de lei visando reforçar a proporcionalidade do sistema eleitoral da Assembleia da República com base nas orientações referidas. Com esta apresentação, o PCP reforça as condições da sua intervenção no debate desta questão e no combate às propostas do Governo do PS e do PSD e faz a demonstração concreta do que é possível fazer corresponder melhor o número de deputados eleitos aos votos que efectivamente receberam.

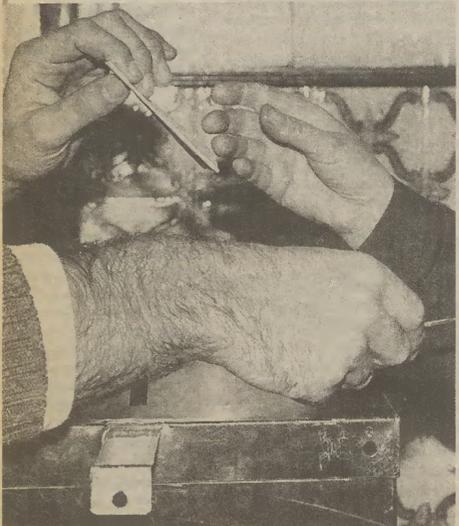
O PCP entende que a orientação fundamental das eventuais alterações do sistema deveriam sempre ser no sentido de tornar mais proporcional o sistema eleitoral e não no sentido de degradar ainda mais a proporcionalidade.

O projecto de lei do PCP assentará na ideia de que a eventual revisão da lei actual não pode nem deve orientar-se para afectar a proporcionalidade, seja actuando directamente na conversão de votos em mandatos, seja actuando na dimensão dos círculos, seja procurando actuar nos comportamentos eleitorais, de modo a torná-los bipolarizadores.

8. O PCP apela para que se desenvolva um amplo movimento de opinião que faça frente à demagogia com que o PS e PSD têm abordado esta questão e que defenda a democracia e a proporcionalidade na conversão de votos em mandatos, bem como o carácter genuíno da representação política.

Total de votos da CDU nas eleições legislativas de 1995 nos círculos eleitorais em que não elegeu deputados

Aveiro	10.522
Braga	20.584
Bragança	1.746
Castelo Branco	4.771
Coimbra	12.947
Faro	15.487
Guarda	2.602
Leiria	11.087
Portalegre	11.482
Viana do Castelo	6.614
Vila Real	2.567
Viseu	3.887
Açores	1.855
Madeira	1.737
Total	107.888



Poder mais perto dos cidadãos: pretexto ou projecto?

■ **LUÍS SÁ**
Membro da
Comissão
Política

A ALUSÃO à necessidade de os deputados e o poder político e administrativo estarem mais próximos dos cidadãos, bem como as alusões à distância que tantas vezes hoje se verifica entre os titulares dos órgãos de poder e as diferentes comunidades sociais, são uma das principais razões invocadas pelo PS e o PSD para instituir círculos uninominais numa eventual revisão da lei eleitoral para a Assembleia da República.

É claro que o problema da proximidade do poder ao povo e aos seus problemas é um problema real. Curiosamente, porém, os que levantam a questão como pretexto para alterações do sistema eleitoral já recusaram aceitar medidas tais como obrigar juridicamente os deputados a dar um seguimento às questões colocadas pelos cidadãos (ainda que seja apenas acusar a recepção de cartas ou documentos e explicar porque opta por nada fazer) ou assegurar-lhes instalações para contactos com o povo na sede dos círculos por que são eleitos. Não revelaram também preocupação em assegurar que os deputados estejam onde há lutas dos trabalhadores e problemas das populações.

Ao mesmo tempo, referem a eleição em círculos uninominais como via para valorizar o deputado e o seu papel, para «personalizar a eleição» e combater a «partidocracia». Mas os que assim falam são os mesmos que ignoraram sempre os deputados nas campanhas eleitorais, centrando-as em «candidatos a Primeiros-Ministros», como se estes fossem directamente eleitos. Têm igualmente recusado tomar medidas de reforço efectivo do papel do parlamento, mesmo uma medida tão simples como a de pôr termo à escandalosa possibilidade de os governos escolherem as perguntas orais dos deputados a que querem e não querem responder.

Independentemente desta questão, que mostra que o verdadeiro propósito do PS e PSD é essencialmente o de provocar uma maior alteração de comportamentos eleitorais num sentido bipolarizador, há um outro problema que, sendo uma velha questão da filosofia política, assume hoje novos contornos: como garantir que a intervenção dos cidadãos na vida política não se esgote, ou não se esgote quase totalmente, no voto periódico e que, pelo contrário, se multipliquem formas de participação nos diferentes procedimentos conducentes a decisões políticas e administrativas?

No entanto, se a participação e a intervenção mais constante dos cidadãos é um objectivo que merece um amplo acordo aparente, têm-se multiplicado formas de perversão. Para além disso, há problemas ignorados pelos partidos dominantes, que declaram ter preocupações nessa matéria, com destaque para problema da democracia da empresa. Muitos preocupam-se mais em proclamar categorias como a da «empresa-cidadã» do que em verificar se esta respeita e aprofunda os direitos dos cidadãos reais, de carne e osso, que nelas trabalham.

Quanto às matérias em que há perversão de objectivos verdadeiros em relação a objectivos proclamados por parte de outros partidos, avulta desde logo a questão da democracia directa. É um problema tanto mais importante quanto a representação política é normalmente justificada pela impossibilidade de os representados tomarem directamente decisões; logo, deveriam aproveitar-se todas as oportunidades para serem as próprias pessoas a pronunciarem-se.

O calendário político promete, neste aspecto, três referendos em poucos meses, para além de muitas autarquias se perguntarem também sobre que temas poderão fazer referendos locais no futuro, tanto mais que estes terão sido facilitados pela última revisão constitucional.

A democracia directa é seguramente altamente estimável para todos os que entendem que o exercício da cidadania deve ser mais do que o voto periódico, antes de deve projectar na vida de todos os dias, a começar pelo bairro, pela empresa, pela relação com os serviços públicos ou pela participação no processo de decisão política.

No entanto, se atendessemos exclusivamente ao que está proposto e a como nasceram as propostas de referendo e não às possibilidades de uma rectificação futura, seríamos tentados a dizer que o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita. O referendo já foi proposto na sua degradação plebiscitária, como instrumento de procedimentos conducentes a rupturas anticonstitucionais e de regime. Depois, passou a ser um instrumento no sentido de tentar impedir a Assembleia da República de aprovar reformas e abrir as vias para as implementar, tais como tentar resolver o problema da interrupção voluntária da gravidez sem ser incriminando-a e fomentando o aborto clandestino; ou

democratizar e imprimir racionalidade na administração regional, hoje poderosa, cara e assente em dezenas de divisões regionais diferentes. Em tudo isto, o PS fez sempre o que o PSD lhe exigiu, cedendo ao objectivo deste partido de impedir alterações positivas e resolver as suas contradições internas.

Nestes dois casos não se teve em conta um aspecto central que a regulação constitucional

do referendo procurava garantir: evitar conflitos entre a representação parlamentar e o resultado das consultas directas às populações. Ou dito de outra forma, evitar que a democracia directa entrasse em conflito com a democracia representativa. Em vez disso, no caso do aborto vai-se referendar uma lei aprovada já na generalidade e no caso da regionalização vai-se referendar a eficácia de uma lei aprovada, publicada e em vigor e que resultou da emissão de parecer por centenas de municípios. Acresce que no caso do referendo sobre a regionalização não se manteve o referendo orgânico em que os municípios, através das assembleias municipais, construíam as regiões de baixo para cima, como estava previsto antes da revisão constitucional, nem se optou por um referendo regional, em que a população de cada região decide o que entende sobre a região proposta para a sua área. Optou-se antes por um referendo duplo, em que o resultado de um referendo nacional, ainda que tangencial, pode esmagar vontades regionais largamente maioritárias.

A isto tudo acrescenta-se que se tem defendido um referendo «sobre a Europa» mas os que o fazem são os mesmos que recusaram o referendo em relação à moeda única. Dito de outro modo, recusa-se ao povo

verbas se fossem acompanhadas de uma ampla transferência de encargos para os municípios. E houve declarações de membros do governo que se apressaram a proclamar que as autarquias se limitariam a pagar despesas e que os novos encargos não se transformariam em qualquer acréscimo real de poderes. De resto, tem-se visto em áreas como o ordenamento do território que o Governo, em vez de se centrar numa actividade essencialmente normativa e de planeamento, indicando com rigor o que deve ser preservado, opta por transferir o que há de mais importante para a esfera das competências centrais ou das intervenções casuísticas das comissões de coordenação regional e da restante administração regional periférica, burocratizando os procedimentos sem vantagens para ninguém.

A regionalização, por outro lado, inscrita na Constituição por consenso, transformou-se num processo conducente a uma

argumentação terrorista e a adiamentos sucessivos, apesar de já estarem instituídas regiões, só que sem qualquer legitimidade democrática directa. Num país em que existem no continente dezoito distritos, cinco comissões de coordenação regional e dezenas de direcções regionais de ministérios, institutos, empresas públicas, todos a realizar enormes despesas e com centenas de cargos públicos, funcionando de forma descoordenada, fala-se em despesas da regionalização e em «tachos», sem referir as despesas que não seriam realizadas e os cargos públicos que seriam eliminados. Tudo para manter o máximo de controlo do poder por pequenos grupos, assegurar a sua opacidade e impedir verdadeiras reformas.

De tudo isto resulta que, ao contrário do que se afirma, não há uma verdadeira preocupação, coerente e sistemática de aprofundar a democracia e colocar o poder mais perto dos cidadãos. Apenas há actos dispersos incoerentes, invocações deste tipo de objectivos para prosseguir outros fins, tentativas de marcar a agenda política sem reais mudanças democráticas, ou meros pretextos para travar reais reformas de sentido democrático e des-centralizador.

Transformar a democracia numa prática constante e vivida pelo maior número possível de cidadãos, garantir o controlo político efectivo do poder, despertar um interesse cada vez maior pela participação nos assuntos públicos, deve ser uma preocupação efectiva.



pronunciar-se sobre o essencial e pretende-se ao mesmo tempo referendar aspectos relativamente secundários da integração comunitária. As propostas conhecidas de referendo nesta matéria chegam ao ponto de formular questões que obviamente não merecem controvérsia, como a que diz respeito à política de emprego...

Ao mesmo tempo, temos visto como a descentralização, que deveria ter um papel especial na aproximação do poder ao cidadão, continua a ser um processo adiado ou pervertido.

Quando se falou em aumentar as verbas dos municípios gritou-se logo «aqui d'el-rei». A moeda única estaria em risco e esse seria o objectivo essencial. Só se admitiu transferir mais

Transformar a democracia numa prática constante e vivida pelo maior número possível de cidadãos, garantir o controlo político efectivo do poder, despertar um interesse cada vez maior pela participação nos assuntos públicos, deve ser uma preocupação efectiva. Não parece ser essa a prática política entre nós.

Impõe-se, agora, todo o empenho no sentido de travar e vencer as batalhas previsíveis para os próximos meses, bem como o prosseguimento ulterior do combate para um aprofundamento cada vez maior da vida democrática e para um alargamento dos direitos dos cidadãos, em especial de quem trabalha.

Para um Partido de/com futuro

De novo o PCP “nas bocas do mundo”. Enchendo páginas. Com o leque de analistas – reforçado por ex em recuperação (prot)agonizante – a anunciar a “última crise”, a prever inevitáveis rupturas, a aconselhar remédios para o irremediável, a apontar saídas para o beco sem saída em que o Partido estaria.

O “longo sono”, a “interminável esclerose” e outros mimos não nos são poupados por quem tanto se incomoda por estarmos acordados, por a esclerose não nos impedir de mexer, de continuarmos vivos. Os que nos passaram certidões de óbito na viragem da década são os mesmos que dizem que temos de mudar se queremos sobreviver e, simultaneamente, que é tarde de mais ou que somos incapazes de mudar. Tudo, para eles, vai dar ao mesmo. E aos mesmos. Afinal, a eles é que não se vê jeito de mudarem. Peguemos nesta ideia de mudança.

A necessidade de mudar para continuarmos a ser o que sempre fomos

Para um marxista, há noções ou conceitos essenciais. Não por virem de Marx, mas porque Marx os leu/apr(e)ndeu na realidade e os traduziu para nossa leitura do quotidiano e, ao mesmo tempo, para os comprovarmos na rea-

nalguema asneiro ou falta de rigor...-, se hoje queremos continuar a ser (e a defender) o que ontem éramos (e defendíamos), temos de mudar. Mas também é certo que, para hoje sermos (defendermos) o que ontem éramos (defendíamos), há ideias, princípios, práticas, que em nós não podem mudar. A grande dificuldade está em mudar o que tem de ser mudado e não mudar o que não pode ser mudado para continuarmos a ser os mesmos e a defender o mesmo.

Os momentos, se todos de mudança, não são todos iguais. A mudança na realidade não é linear. Tem saltos, curvas e contracurvas. A mudança em nós, que realidade somos e a realidade queremos transformar, também não é linear. E há momentos em que é mais difícil fazer a distinção entre o que tem de mudar e o que não pode mudar para continuarmos a ser o que queremos ser. Este é um desses momentos? Será. Pelo que os outros de nós dizem, intrigando, e pelo que nós estamos a viver cá por casa. No entanto, quem já muitos momentos viveu (somando décadas) pode dizer que outros houve que teriam sido bem mais difíceis. Não é preciso recuar muito, nem sequer sair desta década...

Só intrigalhada?

É certo que o inimigo (político, de classe) não nos poupa. Mas não podemos fazer da intriga, que é efeito e especulação, a origem de problemas que nossos são. E são estes que me preocupam, como é meu direito e dever, militante de base que sou.

Diria mesmo que o que mais me preocupa, neste momento, é que possa haver camaradas que estimem que o reforço do que defendem para a mudança no Partido passa pela “ajuda”

desse exercício enquanto alimento da intrigalhada, enquanto acirrar de fricções internas que, pelo contrário, é urgente ultrapassar.

Que é isto de ser comunista?

Olhando à volta, que vemos? Não é assim por todo o lado, não é a luta pessoal pelo poder, esteja ele a que nível se adivinhe? Dou um exemplo, dos que não vão para as páginas dos jornais de grande tiragem e telejornais. Diz o candidato vencido em eleições para uma JS distrital: “quatro delegados meus votaram no outro candidato, seduzidos pelas suas promessas de lugares, no sábado à noite, na discoteca” (sic). Assim se “formam” políticos...

Somos, nós, comunistas, melhores que os outros homens e mulheres que não são comunistas? Quem, depois da opção de ser comunista - não de vestir a camisola mas de escolher uma pele -, sempre viveu rodeado por quem o não era ou não é, sabe bem que não somos nem melhores nem piores. Só temos de ser... diferentes.

Por isso mesmo, militante de base, às práticas e conceitos essenciais fui somando uma espécie de manual de militância, para uso privado, a que chamo *Manualitância*. Tão privado tem sido que nunca o “passei a limpo” e é significativo que, neste momento partidário, não resista a fazê-lo espregitar para fora da gaveta.

Cito algumas das fórmulas que adoptei como aferidoras:

- “Procura, militantemente, ser:
 - o mais ortodoxo dos não sectários;
 - o mais disciplinado dos não obedientes;
 - o mais leal dos não fiéis;
 - o mais disponível para tarefas dos não incondicionais;
 - o mais tolerante dos não permissivos;
 - o mais revolucionário dos não reformistas (...).”

Cada palavra tem um sentido (a partir da etimologia) mas há quem lhes dê sentidos e significados diferentes, pelo que sinto necessidade de tornar claro porque as utilizo, sobretudo as mais polémicas. Para mim, ortodoxia quer dizer um conjunto de conceitos que escoram uma concepção de homem e sociedade, e de regras para uma prática coerente, como estatutos e programa de um colectivo como o nosso; revolucionário é, em versão modesta e doméstica, procurar fazer da nossa vida um contributo para transformar a sociedade, para a fazer mais humana, um combate contra a injustiça, a desigualdade, atacando as causas que nos são descobertas pela nossa ortodoxia, e não os efeitos, através da “pena” e correlativa “ajuda” aos que os sofrem, ignorando as causas ou até estimulando-as. (Procurar) ser revolucionário é tomar partido, por uma classe, é adoptar uma ortodoxia, não no sentido pejorativo mas etimológico e político.

Falemos, então, de política...

Embora outra coisa não tivesse feito desde que comecei a escrever - aliás, desde que acordei para uma cidadania algemada e amordaça-

da...-, parece que, hoje, falar de política tem de ser falar de alternativa, de abertura, de renovação, de impulso.

Começo por confessar que me irrita quando nos atiram à cara não sermos alternativa, não termos capacidade para o ser, que nunca o seremos se não mudarmos por forma a deixar de ser o que somos. É curioso que o argumento - se a argumento chega - é usado por defensores e fatores duma estratégia bipolarizadora de alternância. Isto é, se entrássemos no jogo do “ora agora a social-democracia, ora agora a democracia-cristã, e volta ao mesmo”, seríamos alternativa, institucional. Teríamos, nós, a alternativa de escolher para que lado da alternância cair e seria, obviamente, para a social-democracia.

Afirmo - atrevo-me! - que somos alternativa. Acrescento que, colocando-me em perspectiva de longo prazo, não vejo alternativa para a força que somos, para o poder que temos, no terreno e em muitos planos da vida social. Mais, surpreendo-me como, nas condições objectivas - particularmente as da última década do milénio -, guardamos a força que temos, não se vislumbrando alternativas para a luta que prosseguimos.

Satisfeito, contentinho? Não. De modo algum. Apesar de poder surpreender como não ficámos ainda mais feridos e enfraquecidos com o que ocorreu no movimento comunista, e justificou apressadas certidões de óbito, poderíamos - e deveríamos - ter sido capazes de mais e melhor, ao serviço e com as massas. Não satisfeitos, porque em nenhum caso o estaríamos, mas ainda menos desesperados por via do único critério dos votos expressos, para não dizer das sondagens manipuladoras, e do poder institucional.

É preciso mudar. Sempre o é. Renovar, novo impulso, praticar a abertura? Decerto que sim, e podendo contar com a minha militância de base. Mas preocupado. A abertura não pode, para ser “ponte”, deixar de se apoiar em “terra firme”, numa posição de classe. Uma alternativa de esquerda exige mínimos básicos, como o reforço dos mecanismos de participação na vida política, uma estratégia de desenvolvimento (económico e social), a valorização da intervenção do Estado em favor dos trabalhadores e da população, a subordinação do poder económico ao poder político democrático, a defesa do sector público, o combate às privatizações e à corrupção.

Penso no PS e não há alínea em que a sua posição (progra/pragmática) não seja a contrária ao que a base para uma alternativa de esquerda exige. Não são, o PS e, sobretudo, os seus eleitores, o inimigo, mas a sua prática partidária e governamental serve o inimigo (político, de classe).

De esquerda se fala. Pergunto-me se de esquerda posso falar sem de classes sociais e de opções de classe falar. Pergunto-me!

Temos uma mensagem. E passa dificilmente. Decerto por culpa nossa, mas não podemos partir do pressuposto que ela não passa só por isso. Bom, perfeito trabalho fosse ele sempre e haveria, sempre, mensagem que não passaria ou que seria manipulada e deturpada. A mensagem que serve uma classe nunca terá o inimigo (político, de classe) a facilitar a sua comunicação.

Há muito trabalho a fazer. Como sempre. Temos, agora, um novo impulso? Nascido e forjado na autocrítica, aproveitando de todos o que cada um tem para dar de experiência e militância, reforçando a ligação com as populações, com os trabalhadores, sem abdicar de ser de esquerda porque de classe? Vamos a isso!



■ Sérgio Ribeiro



lidade que vivemos. Realidade que muda todos os dias - todas as horas, todos os momentos! - e em todos os momentos nós, parte da realidade, também mudamos. Por isso, para um marxista a mudança faz parte da ortodoxia, isto é, do seu “esqueleto” de pensamento e de prática social. De praxis.

Dito de outra maneira - até porque estou a meter-me por caminhos em que posso tropeçar

da intriga, e a alimentam por via de “fugas” que só podem ter origem no interior ou de outras formas mais transparentes. E não se confunda esta posição com uma nova postura pessoal que defenda impor inibições a que cada um exponha as suas posições e exprima opiniões onde quer que seja. Só que se deveria, antes de exercer esse direito, prever e prevenir, através de critério baseado nas intenções, os efeitos

A experiência britânica e o alerta dos sindicatos

Cuidado com a privatização

O modo como foram efectuadas as privatizações no Reino Unido, desde o início dos anos 80, com Margareth Thatcher e os governos conservadores, e as consequências daquela opção política foram detalhadamente analisadas e expostas pelos dirigentes de sindicatos e federações portuguesas, no final de Fevereiro, após uma deslocação a Londres, onde mantiveram contactos com o Unison e outras estruturas sindicais (ver «Avante!» de 26 de Fevereiro).

Da vasta documentação divulgada pelo STAL, numa conferência de imprensa em que também participaram sindicalistas da Função Pública, das indústrias eléctricas, das telecomunicações e do caminho-de-ferro, pouco se tem dito e escrito na generalidade da comunicação social - aliás, por várias vezes responsáveis do movimento sindical unitário têm denunciado o silenciamento dos pontos de vista contrários à alienação de sectores e empresas a favor do capital privado. Procurando abrir, nesse muro de silenciamento, mais algumas brechas de informação e reflexão, deixamos aos leitores alguns elementos daquela documentação relativos à privatização de serviços públicos no Reino Unido. Terão que nos desculpar - ou, mais certo, que nos continuar a combater - aqueles a quem possamos estar a estragar o negócio: os grandes grupos económicos, interessados em sugar enormes lucros de áreas que hoje estão a cargo do Estado.

Mitos públicos mentiras privadas

Dos cerca de 2,6 mil milhões de libras postos a concurso, 1,3 mil milhões foram entregues aos privados. O sector público foi na maioria das ocasiões impossibilitado de concorrer. Veja-se que cerca de 1,1 mil milhões foram entregues sem concurso. E, onde lhe foi possível concorrer, o sector público ganhou 70% dos concursos. O governo afirmou sempre que com as privatizações tinha poupado cerca de 25%. Mas admitiam também, mesmo em documentos oficiais, gastos na ordem dos 46 milhões de libras em consultoria externa e 61 milhões em análises de mercados.

Num relatório datado de 1995, afirmava o governo ter poupado cerca de 544 milhões de libras por ano. Contudo, era dito também que era necessário rever o programa de privatizações e concursos através de uma Comissão Independente. Os resultados vieram deitar por terra o mito da eficiência do sector privado. As poupanças eram cerca de metade do que era propagandeado e mesmo em numerosos projectos não tinha existido qualquer tipo de poupança.

As poupanças tenderiam a ser cada vez menores, dado que as empresas combinavam os preços para não perderem margens de lucro e existia já subconcorrência. Entretanto, o desemprego criado por esta política não compensava a poupança anunciada.

A Comissão para a Igualdade de Oportunidades estimou que cada milhão de libras de poupança, através da privatização de serviços, custava ao governo e erário público cerca de 2 milhões (subsídios de desemprego, perda de contribuições).

Pior qualidade

O programa de privatizações do governo foi geralmente legitimado pelo discurso de que os serviços prestados pelo sector privado são melhores que quando prestados por entidades públicas.

Todavia, a realidade é bem diferente:

- Cerca de 72% dos contratos entregues a empresas privadas têm ou tiveram problemas;
- Nos contratos com empresas privadas e que têm problemas de qualidade, um em cada sete foram terminados;
- Só 1% dos contratos geridos directamente por entidades públicas teve problemas.

O padrão de qualidade dps serviços diminuiu com a intervenção do sector privado. Um estudo datado de 1995 demonstrou que apenas 1/3 dos uti-

lizadores achava que os serviços tinham melhorado após a privatização. Por outro lado, antes da privatização cerca de 83% dos utilizadores mostravam-se satisfeitos com o nível dos serviços prestados.

Grande concentração

Os dados mostram que, ao contrário do que o governo afirmava sobre o estímulo dado pelas privatizações ao factor competição, tal não se verificou e hoje é possível dizer que um pequeno número de empresas/multinacionais controla a maior parte dos serviços em vários sectores. Vejamos alguns exemplos, no sistema Nacional de Saúde:

- 87 por cento dos contratos de catering estão entregues a cinco empresas;
- na limpeza, cinco empresas controlam 72 por cento dos contratos;
- estão nas mãos de cinco empresas 42 por cento dos contratos de gestão de sistemas informáticos.

No sector informático a EDS, multinacional norte-americana, criada pelo milionário Ross Perot, é actualmente a maior empresa no Reino Unido a operar contratos com os serviços públicos da administração central - 23 contratos.

As ligações políticas sempre estiveram presentes quando Perot contratou Mark Thatcher como consultor.

A multinacional, hoje subsidiária da General Motors ganhou os quatro maiores contratos com o governo no valor de 250 milhões de libras por ano. Os contratos com a empresa têm tido vários problemas sendo acusada de falta de qualidade, ineficiência e desrespeito pela directiva dos direitos adquiridos no que se refere ao cumprimento e manutenção dos direitos dos trabalhadores transferidos dos serviços públicos para a empresa privada.

Na área da Saúde, a Générale des Eaux é particularmente activa, assim como a multinacional americana Columbia, que tem sido acusada nos Estados Unidos de fechar hospitais que no seu entender não são lucrativos.

O grupo BUPA é o que detém a maior cadeia de hospitais privados no Reino Unido e é o quarto maior na prestação de cuidados de saúde ao nível de enfermagem. Recentemente licitou para a compra da Care First - a maior empresa privada de enfermagem - um valor de 241 milhões de libras.

No sector do catering domina a multinacional francesa Sodexo, que pretende gerir os estabelecimentos prisionais em Portugal.



O negócio da PFI

A partir de 1992, o lançamento de um esquema supostamente alternativo à privatização, designado de PFI - Iniciativa de Financiamento Privado, foi um dos últimos ataques aos serviços públicos desencadeados pelo governo conservador de John Major.

Sob este esquema, o sector privado paga para substituir ou renovar os activos públicos, como um sistema informático ou um novo hospital, sendo-lhe conferido um contrato que pode durar mais de 30 ou 40 anos para explorar esses serviços, e os postos de trabalho envolvidos são transferidos para a empresa privada.

Este esquema tornou-se muito importante para o governo porque desenvolve a aparência de que existem investimentos adicionais sem aumentar a despesa pública. Na prática, tornou-se, sim, num meio de reduzir a despesa pública.

Surgiram três tipos de PFI:

- **Financiamento:** os projectos são de financiamento privado e estes recuperam o investimento através de taxas aplicadas aos

Mais de 70 por cento dos serviços privatizados têm ou tiveram problemas, o que se verificou em apenas um por cento dos serviços geridos por entidades públicas.

utilizadores dos serviços. Não há investimento público. Exemplos: estradas. São as chamadas concessões.

- **Joint-Ventures:** são um misto de dinheiros públicos e privados, com o controlo a ficar sob responsabilidade do sector privado.

- **Serviços vendidos ao sector público:** o sector privado fornece um serviço ao sector público em que uma parte do financiamento desse serviço foi efectuado pelo sector privado. O privado cobra pela prestação desses serviços. Ex.: uma prisão nova, a construção e/ou gestão de um hospital.

Contudo, os activos permanecem normalmente com os privados. Por exemplo, o novo sistema informático elaborado pela Andersen Consulting do esquema PFI pertence à empresa e não ao governo, mesmo após terminado o contrato. Uma excepção é feita às estradas e prisões, consideradas de valor estratégico. Os hospitais já não são considerados de valor estratégico, pertencendo por isso ao sector privado.

Apesar da posição do Reino Unido face à UEM o facto é que o estímulo e o carácter compulsivo conferido aos esquemas de privatização se ficam a dever à necessidade de atender ao Tratado de Maastricht e aos critérios económico-financeiros da moeda única.

portugueses de serviços públicos

Das 22 maiores empresas que operavam em 1996 nos serviços da administração local, quase dois terços eram multinacionais.

Multinacionais dominam no Poder Local

O processo de privatizações a nível local efectuado no Reino Unido encerra algumas particularidades. A Lei da Administração Local de 1988 introduziu aquilo que se chama de Concurso Competitivo Compulsivo. Os serviços a serem subcontratados são especificados e colocados em instrumentos de extensão designados de Organizações de Serviço Directo (DSOs), que abrangem sobretudo os serviços manuais, isto é, recolha de resíduos sólidos urbanos, limpeza de ruas, limpeza de edifícios, manutenção de espaços verdes, refeições escolares e manutenção de veículos. O objectivo é assegurar que o sector privado detenha uma parte significativa do trabalho.

A externalização tem sido bastante utilizada e é mais atractiva para as multinacionais - a venda de um determinado serviço à empresa privada. A empresa ganha equipamento e mão-de-obra numa única transacção. Estima-se que desde 1992 cerca de 10 000 postos de trabalho tenham sido externalizados desta forma.

Por outro lado, a desregulamentação efectuada não avançou só ao nível do mercado de trabalho, nem do controlo público mas atingiu inclusive os padrões de serviço. Por exemplo, os padrões nutricionais das refeições escolares foram retirados. Tudo isto facilitou a entrada dos privados nos serviços públicos municipais.

A abertura do mercado a uma escala suficiente permitiu a entrada e até a formação de grandes grupos económicos, com forte presença das multinacionais. Em 1996, das 22 maiores empresas operando serviços na administração local, quase dois terços são multinacionais. Estes gigantes estão interessados numa multiplicidade de serviços, como a limpeza, manutenção, catering, sistema informáticos e principalmente a gestão dos resíduos urbanos e da água.

A água

No Reino Unido a maioria da população consome água fornecida por 10 empresas agora privatizadas. As empresas foram privatizadas por Lei em 1989 (a indústria na Escócia e Irlanda do Norte é ainda gerida por entidades públicas). Cada empresa opera unicamente na sua região, até porque estas empresas detêm as concessões regionais.

Houve vários casos de aquisições e fusões:

- **Northumbrian Water** - A Lyonnaise des Eaux adquiriu esta empresa. Fundiram-se ainda com outras empresas mais pequenas já detidas pela Lyonnaise. O Regulador do sector designado de OFWAT insistiu que os preços deviam baixar em cerca de 15% o que conduziu a perdas de postos de trabalho.

- **United Utilities** - Resulta da compra da Norweb pela North West Water. A nova empresa prometeu de imediato aos accionistas a redução de cerca de 2000 postos de trabalho.
- **A Southern Water** foi comprada pela Scottish Power, uma companhia de electricidade.

A autoridade Reguladora, tem sido incapaz de controlar o nível de investimento das empresas. Estabelece limites ao preço que as

empresas podem praticar, baseados parcialmente nas previsões de investimentos que as empresas fazem - mas já não pode intervir nos altos dividendos que estas pagam aos accionistas.

Três empresas pagaram dividendos-extra em 1995, que justificam pelas poupanças que fizeram em investimentos. O Regulador decidiu em 1996 aplicar sanções a uma delas, concretamente a Yorkshire Water, por não ter feito investimentos suficientes para impedir a enorme perda de água na rede. Mas a única sanção que pôde aplicar foi a obrigatoriedade de redução de preços praticados. Na prática, isto significou menos dinheiro para a empresa investir.

As promessas feitas aos consumidores não foram cumpridas. Os preços e tarifas aumentaram. Entre 1989 e 1994 os preços da água aos particulares aumentou em média cerca de 40%; os cortes de abastecimento também aumentaram, apesar de estes estarem ligeiramente a diminuir segundo dados de 1995/96. Com a privatização prometiam-se altos padrões de serviços mas já foi referido que isso não aconteceu.

As condições de trabalho para os que não foram despedidos e para novas admissões agravaram-se, com menos direitos e maior ritmo de trabalho.

Os resíduos sólidos urbanos

No Reino Unido, a recolha e destino final dos resíduos é da responsabilidade das autoridades locais. A lei requer que as autoridades locais criem empresas locais para gerir os resíduos, algumas das quais têm sido vendidas ao sector privado.

Se um município quiser gerir directamente o ciclo dos resíduos sólidos urbanos terá de promover concurso - o chamado Concurso Competitivo Compulsivo. Assim, uma grande parte do sector está hoje na posse de empresas privadas.

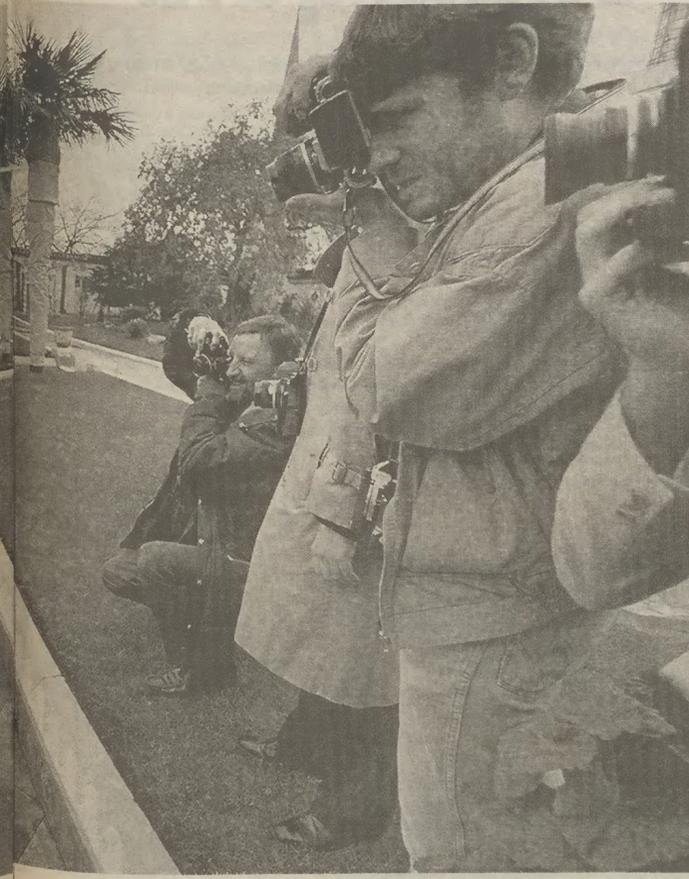
As grandes multinacionais francesas, a maior multinacional do sector - a norte-americana WMX - assim como outra empresa americana, a BFI, estão presentes no Reino Unido.

Progressivamente, estas enormes companhias têm estado a tomar conta do mercado britânico de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos. No sector, 54% dos contratos é dominado por 5 empresas.

As consequências fazem-se sentir sobre trabalhadores e populações.

O aumento de tarifas relacionadas com a recolha e tratamento de lixo, ainda que diluídas nos impostos locais, têm sido um facto. A falta de qualidade dos serviços prestados tem sido registada em inúmeros contratos, resultando no cancelamento de alguns deles.

As perdas de postos de trabalho, o agravar das condições de trabalho e o ataque aos direitos para os trabalhadores que ficam é hoje uma realidade. O ritmo de trabalho aumentou de forma brutal. Houve casos analisados em que, na recolha de lixo, o cumprimento das tarefas contratualizadas obrigaria um trabalhador a percorrer cerca de 80 km diários.



O caso do Sistema Nacional de Saúde

A privatização no Sistema Nacional de Saúde começou em 1983 com uma circular emitida pelo Departamento de Saúde que requeria o teste de mercado para os serviços internos como lavandaria, limpeza e fornecimento de refeições. Actualmente abrange também outros serviços como exames médicos, contabilidade, informática, etc.

Devido a divisões artificiais que o governo impôs, a maior parte dos serviços têm de ser postos a concurso. O Sistema Nacional de Saúde foi dividido e as autoridades compradoras (Autoridades de Saúde distritais, por exemplo) são entidades distintas dos fornecedores (os Trusts). Fez-se a cisão entre o comprador e fornecedor. O Orçamento torna-se comprador e o Sistema de Saúde o fornecedor.

Assim, a prestação de cuidados de saúde faz-se por meio de contratos entre comprador e fornecedor.

A directiva comunitária

A directiva sobre serviços, que data de 1993, refere que se um serviço público é posto em concurso deve ser anunciado de forma ampla - por toda a UE. Isto não se aplica aos contratos de serviços de saúde, mas a cobertura da directiva foi revista ainda em 1996.

A directiva não obriga a colocar os serviços a concurso. Contudo, a quase universal

relação actual entre fornecedor/comprador no Sistema Nacional de Saúde significa que praticamente nenhum serviço é hoje desempenhado por trabalhadores directamente ligados às autoridades de saúde. Assim, tem-se assistido à crescente entrada de multinacionais quer na gestão quer na prestação de cuidados de saúde.

Só para privados

Houve conjugação de esforços para evitar que os próprios serviços, isto é, o sector público competisse nas privatizações. As duas formas de privatização mais utilizadas foram: a venda de serviços e evitar que os serviços públicos concorressem.

A maioria dos contratos foi assim ganha pelas empresas privadas. O programa de teste de mercado, completado nos finais de 1993, abrangeu trabalho contratado no valor de mais de 1 bilhão de libras. A concorrência pública foi excluída em mais de 3/4 deste valor - cerca de 768 milhões de libras.

À medida que as funções do Estado foram sendo progressivamente comercializadas foi sendo mais simples escolher algumas e vendê-las ao sector privado.

Durante este período foi visível um aspecto marcante, os serviços mais rentáveis são os mais apetecidos pelos privados, logo, mais susceptíveis de privatização.

Domínio da social-oligarquia

O presidente FHC, do Brasil, quando acusado de dar uma imagem falsamente bela do país no exterior, respondeu: «Eu só falo bem do Brasil porque sou patriota.» A frase é bonita também, mas esconde uma inverdade. Patriota é aquele que reconhece as carências do país e luta destemidamente para superá-las, não o que pinta de dourado o lado podre para enganar os incautos. Por manter esta ilusão com a grandeza e a riqueza é que o Brasil até hoje ficou nas mãos dos grandes senhores cada vez mais ricos às custas de um povo cada vez mais pobre.

As telenovelas exportam uma imagem de beleza e boa vida que, de facto, só uma minoria usufrui. É constrangedor, acintoso, ver as casas de alguns artistas ou futebolistas, para não falar nos empresários magnatas e alguns políticos de carreira, com centenas de metros quadrados de construção luxuosa, jardins, piscinas, ambientes variados e todo o conforto já inventado. Lembram os palácios dos sultões e da realeza que hoje estão a anos-luz de distância de qualquer sociedade democrática. Existem aqui e podem ser vistos por eventuais turistas que não tenham melhor programa para os seus passeios. Interessa a alguém? Deve ser uma ínfima minoria.

O que o Brasil tem de pujante é a sua miséria, seja em termos de vida pobre dos cidadãos ou do abandono administrativo nacional. Sou patriota, orgulho-me desse povo capaz de viver sem recursos e de manter a esperança de que melhores governantes ponham um fim no caos crónico que mantém os germes do desenvolvimento atolados no lodaçal da corrupção e do cinismo. Se não contarmos a verdade sobre a nossa trágica realidade, como poderemos explicar que a maior floresta do mundo está ardendo há mais de uma centena de dias sem socorro? Que a população está sofrendo o risco de morrer picada pelo mosquito *Aedes aegypti* ou por tuberculose, peste bubónica, cólera e outras doenças que já haviam sido controladas anteriormente? Que vários prédios já habitados estão caindo porque os construtores fizeram vários andares não previstos no plano inicial e misturaram areia de praia no cimento? Que parlamentares acusados de crime comum se escondem atrás das imunidades com a conivência dos maiores partidos políticos e continuam a falar em nome do povo? E, por aí vamos... Tudo o que refiro aqui já foi divulgado pela imprensa. Será que os jornalistas, e até a direcção da TVGlobo, são antipatriotas por revelarem a realidade brasileira?

Oligarcas modernos

Para não fazer figura de antiquados nos encontros globalizantes, os oligarcas brasileiros deram uns toques sociais-democratas produzindo a moderna social-oligarquia. Vamos completar os 500 anos mas creio que teremos de repetir pelo menos o último século na hora do exame final. No campo das relações de trabalho, estamos no início do século XIX, com escravos, exploração da mão-de-obra infantil, ausência de legislação, desconhecimento dos mais elementares direitos humanos.

Quanto à saúde, é o descabro total como acima foi dito. Basta recordar que em 1995 foi aprovado pelo actual governo um Plano de combate à dengue (causada pelo mosquito *Aedes aegypti*) que nunca foi implementado por falta de verba. Criou-se um novo imposto sobre os cheques bancários para criar os recursos necessários (4 mil milhões de reais), mas o produto foi desviado para outros fins pelo governo. Hoje, declarada a epidemia a nível nacional, orgulham-se os políticos que têm o cifrão na pupila porque o país criou uma reserva em moeda estrangeira que já chega a 65 mil milhões. Para quê?

Na questão do património nacional, estamos em fase de liquidação a preço de feira. Até a maior empresa mineradora do mundo foi vendida para pagar as dívidas de má gestão de bancos privados. Sem poderem vender a natureza em lotes porque dá nas vistas do mundo inteiro, aprovou-se uma lei de patentes que garante exclusividade por 30 anos a uma empresa estrangeira qualquer que venha «descobrir» a fauna e flora

sem qualquer fiscalização os espões dos grandes laboratórios que enchem as suas malas de amostras exóticas. Estamos de índio na história, tal e qual como quando nos roubavam as madeiras de lei e o ouro deixando missangas e panos coloridos.

O professor Frederico Arruda, do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade do Amazonas, declarou que há mais de 10 anos saem 20 mil extractos por ano para laboratórios estrangeiros. E mais se poderia dizer se houvesse fiscalização na Mata Atlântica e no Cerrado brasileiro.

Em 1996, mais de 500 quilos de sementes de várias espécies foram para os países do G-7, segundo a Comissão de Sindicância da Assembleia Legislativa do Acre. Junto levam o conhecimento nativo sem pagar royalties. «Quanto valem as florestas tropicais como reservas de produtos farmacêuticos?», pergunta a deputada Socorro Gomes, do PCdoB. «Uma droga levada ao mercado custa 350 milhões de dólares e gera mil milhões de dólares de lucro anual. O conhecimento tradicional vale 300 milhões de dólares.» É de tal forma rentável este negócio que em pouco tempo os Estados Unidos criaram 1308 empresas especializadas na biopirataria que alcançam um lucro anual de 13 mil milhões de dólares.

E os brasileiros não têm os 4 mil milhões de reais para corrigirem os problemas de lixo, canalização de água, habitações condignas, que evitariam as epidemias mortíferas que assolam este belo e rico país.

Ciência para uso privado, creanças para o povo

Depois de cem dias de incêndio devastador na floresta amazónica em que bombeiros e voluntários transportaram água em baldes e carros-tanques porque o Brasil não tem helicópteros apropriados (note-se o contraste: todo o grande fazendeiro que se preze tem avioneta, assim como os ricaços têm jactinhos), os índios calapós de Mato Grosso decidiram resolver o problema: enviaram os seus pagés com as pinturas apropriadas e o lábio inferior esticado por uma roda de madeira, para fazerem uma cerimónia religiosa pedindo chuva. E choveu! E o povo de Roraima, sobretudo os bombeiros e voluntários, chorou de alegria com a ajuda.

Neste ano de eleições presidenciais será que um índio caiapó não teria mais sucesso que Fernando Henrique Cardoso? Não merecia? Como vencer este povo maltratado, com os seus 30 milhões de analfabetos, que a ciência e as modernas tecnologias é que vão proporcionar o desenvolvimento nacional?

Só depois de cem dias de incêndio resolveram instalar uma antena parabólica para que se pudesse detectar e acompanhar os focos de queimadas por satélite. Não faltam conhecimentos, conhecedores, equipamentos, alta tecnologia. O que falta é vontade política para permitir que a ciência esteja ao serviço do país. Falta, portanto, patriotismo.

Durante estes 100 dias de destruição, os responsáveis governamentais e do exército justificaram a recusa à ajuda estrangeira e da ONU com argumentos nacionalistas: «com as ajudas vêm os soldados e outros que pretendem assenhorear-se do território». Até é verdade, já vimos este filme feito no Iraque e em muitos países do Terceiro Mundo. Mas será que o governo brasileiro não tem capacidade para fiscalizar e aceitar apenas a ajuda sem o lastro de imperialismo que a acompanha? Será que estamos na situação dos povos que sofrem embargos por defenderem a dignidade nacional?

Porque sou patriota, considero meu dever denunciar os saques à economia brasileira e o abandono em que vivemos, apesar de revelar o atraso e a ingenuidade em que é mantido o nosso povo. Não são as fraquezas que nos envergonham, mas sim as espertezas criminosas que nos são impostas.

Desemprego recorde cresce 119% em MG

Quercia: "Nem a litadura atacou os direitos dos municípios como faz esse governo"

Camarária pulejana tenta de novo golpe contra o PMDB

Sarney: "neoliberalismo é atraso e destruição"

"EQUIPE DE FHC PASSA PELO GOVERNO PARA FUNDAR BANCOS E SERVIR ÀS MULTIS"

"E fazem calamidade pública e FHC libera verba conta-gota para a sua erradicação"

Quercia, em campanha na região de Votuporanga: "Vamos livrar SP dos tucanos antes que eles acabem com o Estado"

Stamar denuncia que governo forja deficit na Previdência

Motta foge do necrotério e comparece ao ritual macabro

Ex-presidente Sarney convoca os homens de bem "É PRECISO DIZER, PREGAR, PROCLAMAR QUE ESSE CAMINHO NÃO É HUMANO"

Quercia: "São Paulo se livrará do neoliberalismo"

que os brasileiros nativos já utilizam tradicionalmente como medicamento, e ainda recolhe gratuitamente toda a experiência acumulada pela população (o valioso *now how*). Este roubo autorizado é conhecido como biopirataria e tem beneficiado os países mais ricos que, com os estreitos laços de amizade com os sociais-oligarcas tupiniquins, dispensam-se do título e do esforço de colonizadores.

Não se pode negar que a modernização do regime oligárquico no Brasil introduziu a visão de conjunto e de planeamento. No caso da biopirataria foram tomadas medidas de fazer inveja a Maquiavel. Foram cortadas as verbas de investigações científica (de 15,8 milhões de reais em 96 caiu para 5,8 em 97) e retirados os incentivos à indústria nacional para a produção de medicamentos que utilizam a flora e fauna como matéria enquanto são aprovados convénios com a NASA e instituições científicas estrangeiras. Como quem não quer, entram fantasiados de turistas

■ Eugénio Rosa

As propostas do Governo para a Segurança Social

O Governo apresentou, na Assembleia da República, nos últimos dias do mês de Março, um documento a que chamou "Por uma Segurança Social forte a caminho do século XXI". No entanto, as propostas do Governo referentes à sustentabilidade financeira da Segurança Social, constantes desse documento, não garantem essa sustentabilidade futura; muito pelo contrário, se forem implementadas, só agravarão a situação financeira da Segurança Social, como provaremos.

Uma das razões das dificuldades que começa já a enfrentar o Regime Geral dos trabalhadores por conta de outrem é o facto de ele ser obrigado a suportar encargos que deviam ser assumidos por toda a sociedade, e que, por isso, deviam ser suportados por receitas de impostos, ou seja, através de transferências do OE para o Orçamento da Segurança Social.

O leitor para poder entender claramente o que está em jogo, e como a solução poderá afectar profundamente a sua reforma, ou seja, a sua vida quando estiver reformado, é necessário que compreenda claramente o que é contributivo e não contributivo ou escassamente contributivo na Segurança Social.

É necessário definir o que deve ser pago com impostos

Muito sinteticamente, quando se fala em "contributivo" está-se a referir a prestações pagas pela Segurança Social que o beneficiário para ter direito a elas teve antes de pagar contribuições durante um determinado número de anos; e quando se fala em "não contributivo" o direito à prestação está ligada não ao facto de ter pago contribuições, mas sim de não ter recursos para viver, ou então resulta de decisões visando promover, por exemplo, o emprego, a natalidade, etc.

É evidente que enquanto as prestações dos regimes contributivos devem ser suportadas fundamentalmente pelos futuros beneficiários assim como pelas empresas em que trabalham, em que as contribuições destas são simples salários diferidos, o financiamento dos regimes não contributivos e dos défices dos escassamente contributivos deve ser feito por toda a sociedade sob a forma de impostos, ou seja, através de transferências do OE para o Orçamento da Segurança Social, pois as prestações destes dois últimos regimes devem assentar na solidariedade nacional.

No documento que apresentou, o Governo defende o "financiamento exclusivo através de transferências do Orçamento do Estado dos regimes não contributivos ou escassamente contributivos e dos programas de acção e inserção social", o que é positivo.

No entanto, o que não está claro é aquilo que o Governo entende por não contributivo e escassamente contributivo, pois a sua política até aqui tem sido o de considerar como contributivo prestações que o não são, e depois obrigar o Regime Geral dos trabalhadores por conta de outrem a suportá-las, o que tem provocado a descapitalização deste regime.

Serve de exemplo o que tem acontecido com a parte não contributiva da pensão mínima do Regime Geral (diferença entre a pensão regulamentar, ou seja, aquela que o reformado recebe, e a pensão estatutária, aquela que se receberia se fosse aplicado a ele a mesma metodologia de cálculo da pensão que é aplicada à generalidade dos pensionistas deste regime - nº de anos de desconto vezes 2% vezes a média aritmética dos 10 melhores salários revalorizados dos últimos 15 anos); repetindo, a parcela não contributiva da pensão mínima do Regime Geral, que segundo o próprio MTS custou a este regime, só em 1995, 259 milhões de contos (para o período compreendido entre 1983 e 1998, estimamos em 2.487 milhões de contos), tem sido paga apenas pelo Regime Geral dos trabalhadores por conta de outrem. E isto apesar do próprio Ministério da Solidariedade reconhecer expressamente que "a pensão regulamentar do regime geral, ou seja, a chamada

pensão mínima, inclui uma importante parcela não contributiva" (Segurança Social: Evolução Recente: 1992-1995-MS, pág. 65).

O mesmo sucede com o subsídio social de desemprego, não o subsídio de desemprego, que só entre 1986 e 1994 custou ao Regime Geral 337 milhões

de contos, com as medidas activas de emprego, que isentam as empresas do pagamento de descontos à Segurança Social durante vários anos (só entre 1987 e 1995, custaram 71 milhões de contos, e o Governo acabou de anunciar mais isenções no âmbito do chamado Plano Nacional de Emprego), etc., etc., cujos encargos têm sido apenas suportados pelo Regime Geral dos trabalhadores por conta de outrem.

Apesar de tudo isto estar a provocar a descapitalização deste regime, as propostas apresentadas pelo governo não esclarecem se essa situação vai mudar, e é evidente que uma alteração profunda nesta situação contribuiria certamente para garantir a sustentabilidade financeira futura da Segurança Social.

O Governo pretende impor o plafond

Uma outra proposta apresentada pelo governo é "a criação de um limite máximo de base de incidência das taxas contributivas". Isto significa a introdução de um plafond nas contribuições, ou seja, que a parcela do salário que ultrapasse um certo valor, deixa de descontar para a Segurança Social. O ministro Ferro Rodrigues já defendeu numa entrevista a um jornal diário, que esse limite fosse 300 contos.

2018, por um lado, e, por outro lado, "constituiria uma medida curativa com resultados pouco visíveis no reequilíbrio do sistema" de Segurança Social.

Mais um imposto para beneficiar as empresas

Para fazer face à inevitável quebra de receitas da Segurança que o próprio Governo reconhece, causada pelas suas propostas e também por diminuição da Taxa Social Única que incide sobre as empresas, que o governo pretende reduzir outra vez, o ministro Ferro Rodrigues pretende criar um novo imposto, a que chama "Contribuição de Solidariedade", a incidir sobre todo o tipo de rendimentos, portanto, mais uma vez sobre os rendimentos dos trabalhadores, cuja receita serviria apenas para compensar a Segurança Social da quebra de receitas provocada pela redução das contribuições que actualmente são pagas pelas empresas.

Fica assim claro, que as propostas apresentadas pelo Governo na Assembleia da República não melhorariam a sustentabilidade financeira futura da Segurança Social; muito pelo contrário, ao provocar a diminuição imediata de receitas, aumentariam a probabilidade da Segurança Social enfrentar, no futuro, problemas financeiros graves.

Destruição do princípio da solidariedade

A introdução do plafond, que vem ao encontro de uma das reivindicações das companhias de seguros e das sociedades gestoras de fundos de pensões, a maior parte delas pertencentes aos



Esta proposta é pior do que a da Comissão do Livro Branco da Segurança Social, pois ela defendia que, mesmo com um plafond igual a cinco salários mínimos nacionais, as empresas continuariam a entregar contribuições relativamente à parte do salário que ultrapassasse os cinco salários. O que aconteceria é que a parcela referente a parte que ultrapassasse os cinco salários mínimos seria investida num fundo de pensões, público ou privado.

De acordo com a proposta do governo, a entidade patronal deixaria de pagar qualquer contribuição relativa à parte do salário superior a cinco salários mínimos (isto não acontecia na proposta da Comissão), o que determinaria que todas as outras prestações ligadas a salário sofressem as consequências do estabelecimento do plafond, ou seja, seriam reduzidas (subsídio de doença, subsídio de desemprego, etc.).

Como se afirma no próprio Livro Branco da Segurança Social, a introdução do plafond determinaria uma quebra imediata, e em cada ano, de receitas para a Segurança Social até ao ano

bancos, determinaria o começo da destruição do princípio da solidariedade em que assenta todo o sistema público da Segurança Social, já que o valor das contribuições para a Segurança Social, em percentagem do salário, começaria a diminuir a partir do plafond (limite de desconto).

Para além disso, a introdução do plafond seria a porta que permitiria gradualmente reduzir as pensões pagas pela Segurança para níveis cada vez mais próximos de mínimos de sobrevivência levando os trabalhadores a caírem nas mãos dos fundos de pensões privados, ou seja, do capital financeiro.

Esta é uma realidade que os trabalhadores cujos salários estejam distantes do plafond anunciado pelo governo (300 contos) não devem esquecer.

E como mostraremos num próximo artigo, a solução pretendida pelo governo, ao tentar introduzir um plafond nas contribuições, que é a criação de um importante mercado para os fundos de pensões, é uma solução cara e insegura.

Sobre a essência do que somos

■ Modesto Navarro

Recentemente, um acontecimento marcou o quotidiano da cidade. D. António Ribeiro, cardeal patriarca, faleceu. Lisboa, nas horas do enterro, parecia uma outra, e especial, Fátima. À volta da Sé e no percurso até ao local onde o corpo iria ficar, podiam ver-se padres, freiras, altos e médios dignitários da igreja e dos poderes, à mistura com a massa informe, apocalíptica e popular que não deixa de aparecer na rua quando se trata da morte de alguém que é tão anunciada.

A televisão, as televisões, montaram a feira da perseguição ao féretro, às caras conhecidas, aos choros e esgares dos pobres de Deus e da terra. D. António Ribeiro ganhava 10 000\$00 por mês e recebia tabaco que vinha de Roma. Era de um sítio algures, no Norte, e teve bons e maus momentos na vida.

A cidade, àquela hora, nas zonas da Sé, da Graça e de S. Vicente, parecia ter voltado à idade média. Esvoaçavam mantos de freiras e capuzes de frades, juntavam-se figuras influentes à volta do caixão e nos sítios mais ou menos populares.

Nada mudou? Havia uma tristeza enorme no cair dos sons dos sinos e caras velhas e novas, aleijados e são, percorriam o último caminho do cardeal.

Um dia, em Trás-os-Montes, na minha casa, apareceu um jornal, um pequenino jornal que trazia no cabeçalho uma foice e um martelo. Teria eu seis ou sete anos. Vi-o na cozinha, nas mãos da mãe. Era estranho. Havia um misto de medo e de curiosidade instalado. Perguntei o que era aquilo. Teria vindo pelo correio? Lembro-me que o meu pai ficou com ele. Guardou-o? Na verdade, nunca mais esqueci aquele pequeno jornal. Foi só um. Nada mais apareceu, mas ficou a marcar o silêncio e o mundo parado daquele tempo, vigiado pela Igreja, pela GNR, por tudo o que era passado e oprimia e destruiu hipóteses de outra vida.

A essência de nós próprios começa na injustiça, na desigualdade, na morte consecutiva do novo que sonhamos e que, de vez em quando, tenta aparecer na história e no nosso pequeno quotidiano. Vamos para um lado ou para o outro, conforme a nossa sensibilidade, o que aprendemos, o que nos obrigam ou não obrigam a aceitar, os caminhos que trilhamos, as experiências que ambicionamos e (não) concretizamos.

A revolta cresce. À nossa volta há um sistema que não entendemos, primeiro, e que depois vamos conhecendo e contornando, fazendo surgir mais claro o que poderia ser, o que nos libertaria e o que libertaríamos.

*

O PCP não nasceu por acaso e não é, não foi, nunca será, enquanto for o PCP, uma força política igual às outras. Se não fosse a diferença, se não descobrisse o que é inovador, se não avançasse propostas e acções nos sentidos da mudança profunda e da transformação plena de sociedade, em qualquer área ou objectivos das nossas vidas, não seria o PCP que amamos e que respeitamos, impresso e expresso no que amamos e respeitamos no fundo de nós próprios. Por isso, no melhor sentido da palavra, somos também uma comunidade moderna, avançada, que ama os seus, que se ouve e que aglutina o melhor da acção e dos pensamentos individuais e colectivos de todos.

Por isso somos atacados, insidiosamente, ou abertamente; por isso nos acenam com projectos de acompanhantes, de amas secas de governos, de pobres «grilos falantes» de uma situação que se avoluma em injustiça, em mentira, em corrupção, em incapacidade de resolver o essencial dos problemas e sonhos das populações e dos trabalhadores. Por isso amariam muito que dissessemos dislates, que puséssemos o que é secundário em primeiro lugar, na nossa acção, no nosso discurso e na nossa maneira de estar.

Mas nós não somos isso; não somos criados bem vestidos à espera de um osso, não apertamos a gravata para nos juntarmos ao grupo indefinido (aparentemente, só aparentemente indefinido) dos nossos inimigos.

O PCP continua a ser o Partido, a força política que dá perspectivas e que absorve as perspectivas de quem trabalha, a esperança de viver de quem sofre a injustiça, de quem é explorado e marginalizado. O PCP é o partido que cresce no coração e no cérebro de quem pode não passar fome quotidianamente mas sabe que há milhões de pessoas a viverem abaixo do limite mínimo de sobrevivência. Quem junta assim esta gente, nos clamores e na

luta, quem se junta e faz mundos de coesão e de entendimento, ao mesmo tempo que tudo discute e põe em causa, é uma força enorme de que os outros têm medo como têm medo do futuro; por isso tentam todos os cantos de sereia,

todos os acenos mais ou menos simpáticos para que mude, para que deixe de ser o que é, a força política que se apoia numa abordagem séria e objectiva, partindo das bases fundamentais do que é ou não é a produção entre nós, do que é a mais-valia e para onde vai, de quem ganha o quê, de quem trabalha, de quem não tem trabalho porquê, de quem é que vive à custa do trabalho e do sacrifício da grande maioria.

Linguagem simples, aparentemente, esta. Bonitos jogos de palavras podiam ser feitos, mas não vale a pena. Para nós, através do computador ou em contas feitas à mesa, através da sociedade de informação ou boca a boca, a razão das coisas mais profundas, o que nos emociona, faz vibrar e crescer em imaginação e inteligência é sempre o fundamental, o que entrava e destrói ou o que prepara a mudança.

Por isso amamos a experiência, o passado, a história, as mil e uma vidas que já vivemos, no conjunto. Por isso amamos os que ciaram condições excepcionais para que este partido tenha sido e seja diferente e revolucionário. Somos uma comunidade construída e inovadora, de idades diversificadas e de gente nova que veio

e, sobretudo, aqueles que vieram antes e abriram a golpes raros os grandes espaços e voos. Olhamos para trás, para os lados e para a frente e temos muito orgulho nas mil e uma experiências diversas que dia a dia se enriquecem e completam.

É essa amplitude de olhar, de amor à mudança e de acção transgressora e revolucionária que caracteriza os comunistas.

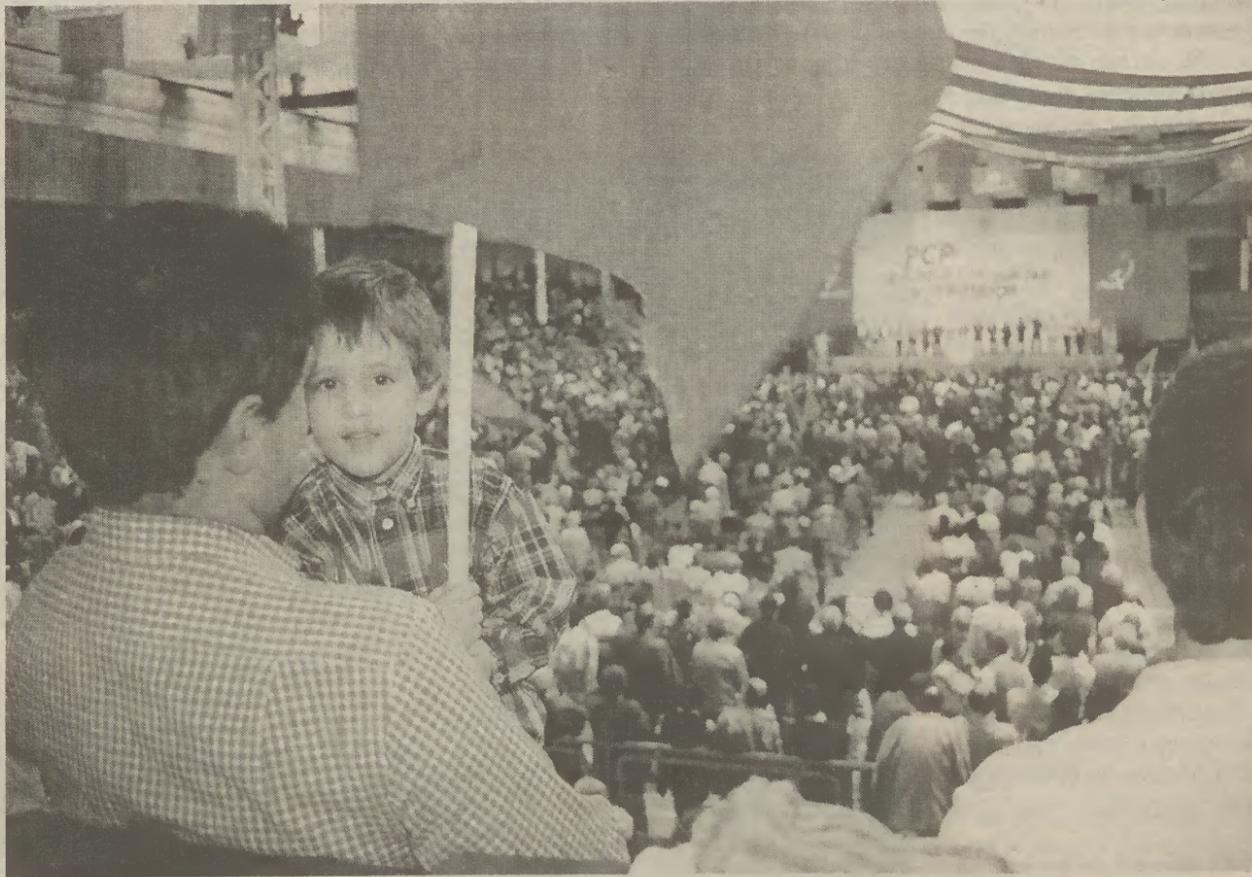
O resto, são pequenas coisas, ínfimas coisas parecidas com o papel de anões que às vezes parece que vão às costas das grandes massas, mas que elas sacodem para o lado, a certa altura, quando descobrem que não podem perder tempo com a ambição carreira e o supérfluo. Já aconteceu assim, na nossa história, como aconteceu e irá acontecer nas histórias das forças comunistas, em todo o mundo. É a matéria que cresce, que (se) movimenta e dá saltos, lá para a frente, ou que recua (às vezes) para melhor poder reflectir e avançar.

Já se sabe e é dos livros. Quando algo deixa de corresponder às necessidades de mudança e de transformação, passa a matéria ultrapassada e novas formas e caminhos são descobertos por quem está vivo e sabe como resistir e preparar novos eventos.

*

A massa, a gente que trabalha e que quer trabalhar, que ama e que sofre, é entendida no Partido como o cerne das coisas, que adivinha, percorre e constrói os reais campos de combate, nas empresas, nas ruas, nos campos, nos sítios onde vive e aprende.

Por isso, somos uma comunidade avançada, que se respeita,



e aí vem, não com a ambição patética dos rapazinhos e rapariguinhas da JS, da JSD ou das ditas G. Populares, mas sim com o sonho e a ambição transparentes de mudar, de transformar mais e mais o mundo e a vida, expressos nos olhos, nos nervos e no coração dos novos tempos que hão-de construir.

*

Cometemos erros? Claro que somos humanos. Não vimos a tempo o que devíamos ter visto e dividimo-nos entre o estudar os fenómenos que preparavam outros passos, tantos deles negativos, e a necessidade de não ajudarmos os inimigos? Assim foi, às vezes. Outras vezes, não foi. E, com tudo isto, aqui estamos, a avaliar ainda todos os contributos, a ajustarmos e a assumirmos o que, no fundo, mudou no país e no mundo e também mudou e muda dentro de nós.

É a nossa essência de sermos diferentes, de querermos sempre ir mais longe, respeitando, ouvindo e amando os que agiram e fizeram já muito mais do que nós, os que passaram anos no silêncio, na prisão e no sonho e são faróis abertos de exemplo, de dignidade e de concretização de novos caminhos.

Aqui estamos. Sem nos esquecermos de olhar cada um de nós

que ama e luta. Uma comunidade onde todos são iguais, vivos e fazem falta. Num povo como este, que às vezes envelhece dramaticamente mas que sabe renovar-se e dar grandes saltos em frente, em qualquer povo e país deste tempo diferente e desafiador, haverá sempre um jornal ou uma voz que chega e anuncia outro mundo, mesmo quando às vezes parece que tudo parou e a cidade volta a ser medieval, religiosa e parada como aconteceu no funeral do Cardeal Patriarca.

Inquietações, temos. Propostas, também. Democracia e participação fazem parte do nosso trabalho, para dizermos o que pensamos, para nos olharmos nos olhos e sentirmos que fazemos falta uns aos outros, e que unidos caminharemos seguramente mesmo por sítios armadilhados, mas sempre no coração dos homens e mulheres e jovens e velhos que somos, a baterem-se por novos desígnios e rumos, deixando experiências, sonhos e bandeiras que outros e nós tomam e levarão lá à frente, quando desaparecermos.

A memória e o respeito pela memória, pela história e pela vida são características indissociáveis dos comunistas.

Por isso vencemos e somos mais novos, quando estamos nos olhos, no cérebro e no coração dos que são ainda mais novos e agem.



■ Miguel Urbano Rodrigues

A «reconcentração» cubana de 1896-98 antecipou os campos de extermínio nazis

Ao visitar a Feira do Livro de Havana, Fidel Castro abordou um tema quase esquecido da história de Cuba, chamando a atenção para um livro que acabava de ser lançado. Encontrava-se rodeado de intelectuais e artistas e a conversa foi depois transmitida pela televisão.

O interesse suscitado pelo acontecimento justifica-se. Fidel recordou que os primeiros campos de extermínio foram os instalados em Cuba pelo império espanhol, meio século antes de Hitler os haver celebrizado tragicamente.

O livro recupera a memória de um genocídio (1). Um amigo espanhol, com quem comentei as palavras de Fidel, disse-me que nunca ouvira falar do assunto tratado nessa obra. Em Espanha, nos compêndios de história do ensino secundário não se faz qualquer referência aos campos de concentração criados em Cuba. Contudo, eles existiram.

Durante a segunda guerra de libertação (1895-98), o povo cubano foi vítima de uma duríssima repressão que culminou com a chamada **Reconcentração**, imposta pelo general Valeriano Weyler, então suprema autoridade civil e militar na Ilha.

A responsabilidade do Estado Espanhol nos crimes cometidos é transparente. A ideia da reconcentração das populações rurais foi ordenada por Madrid. O general Martínez Campos, o «pacificador» da Guerra dos Dez Anos, ao tempo **capitan general** em Havana, preferiu renunciar a assumir o papel de executor do crime em preparação. Em carta confidencial a Canovas del Castillo, presidente do Conselho de Ministros da Espanha, sublinhou que para concentrar as famílias camponesas nas principais cidades seria preciso dispor de uma grande força militar e «a miséria e a fome seriam horríveis». Sugeriu, por isso, a sua substituição no cargo, afirmando, ao concluir, que as suas «convicções» o impediam de «ordenar fuzilamentos e outros actos similares».

O governo de Madrid tomou as providências que julgou adequadas à execução do seu plano. Em primeiro lugar, reforçou o exército de ocupação cujos efectivos, no início de 1896, atingiam 200 000 homens. Com 100 000 das tropas irregulares (os chamados «guerrilheiros» ao serviço da coroa dos Bourbon), as forças que combatiam os rebeldes mambises ultrapassavam 300 000 homens, muito mais do que a Inglaterra dispunha no conjunto do seu gigantesco Império.

O novo **capitan general**, Valeriano Weyler, agiu com uma crueldade que somente encontra paralelo nos carrascos nazis de Auschwitz e Treblinka.

Não lhe faltou apoio dos grandes **hacendados** espanhóis e crioulos. Um sector importante do clero peninsular também apoiou a **reconcentração**. Num livro editado em Madrid, Monsenhor D. Juan Bautista Casas apresentou uma série de **recomendações** que, na sua opinião, dariam rapidamente fim à guerra (2).

Esse sacerdote, responsável pelo governo da diocese de Havana, fazia na obra a apologia do racismo. Para ele, os índios (exterminados em Cuba no século XVI), «eram uns seres degradados, sem consciência da sua própria dignidade, escravizados pelos vícios mais repugnantes, que os enervavam e inutilizavam

para qualquer obra e empresa dignas de homens». Quanto «à raça negra – sustentava –, sofre as consequências de um castigo e uma maldição que o Pentateuco refere ao falar de Noé e dos seus filhos; a sua inferioridade vem-se perpetuando através dos séculos». Segundo este presbítero, «a Espanha redimiu os cubanos, rompeu as cadeias com o demónio os escravizava, sacou-os do lodaçal de incriveis vícios em que vegetavam, civilizou-os, cristianizou-os, transformou-os em homens».

O general Weyler, admirador de D. Juan Bautista, não hesitou em dar pronta execução ao projecto oficial de reconcentração das populações rurais, cujo objectivo era isolar o exército libertador, impedindo o seu contacto com os camponeses, privando-o de abastecimentos.

O primeiro decreto firmado pelo **capitan general**, em 21 de Outubro de 1896, estabelecia o prazo de oito dias para que todas as populações rurais se concentrassem nas cidades ocupadas pelas tropas espanholas. Proibia o transporte de alimentos, por terra e mar, sem autorização do comando militar. Todo o gado deveria ser levado pelos proprietários para o lugar de reconcentração.

Que aconteceu?

Aproximadamente 400 000 camponeses foram concentrados nas cidades ocupadas pelo exército espanhol. As condições de existência que ali encontraram foram sub-humanas. Fotografias da época mostram seres esqueléticos, fantasmáticos, que lembram os sobreviventes dos campos de extermínio nazis, em 1945.

A mortalidade foi medonha.

No auge dessa política criminosa, o presidente da Câmara de Guines dirigiu uma carta ao **capitan general** na qual expunha a situação dos camponeses ali reunidos como rebanho de gado, e pedia rações que evitassem a mortandade iminente, por fome.

O general Weyler respondeu-lhe secamente: «Diz o senhor que os reconcentrados morrem de fome? Pois foi precisamente para isso que eu fiz a reconcentração.»

Não é possível avaliar com um mínimo de rigor as consequências da **reconcentração**. Em todas as províncias, a população diminuiu, a taxa de natalidade baixou, surgiram novas doenças, algumas com carácter epidémico. Em 15 de Abril de 1897, a revista «Cuba Y America», publicada no estrangeiro, revelava: «Até os animais se convertem em réus das bárbaras penas que gravitam sobre o homem. Os espanhóis exterminam-nos quando não podem concentrá-los. A ninguém se dá quartel, nem sequer aos gatos e cães.»



Nas suas «Crónicas de la Guerra», José Miró Argenter escreveu: «O calvário dos reconcentrados excede em horror quanto se possa dizer; foi o mais estudado dos martírios públicos, o mais persistente e cruel dos açoites, aplicado pelo despotismo de uma autoridade que quis obter a triste glória de exterminar a população cubana (...) Os reconcentrados devoravam os restos repugnantes da panela depois de a tropa retirar dela o caldo e o presunto, lambendo-os com prazer, e, às vezes, até as espinhas do bacalhau podre.»

Qual o balanço da **reconcentração** em vidas humanas?

De acordo com o censo de 1899, a população da Ilha tinha diminuído 20% em dois anos, ou seja, 300 000 pessoas. O genocídio não atingiu, porém, o objectivo, como o próprio Weyler, derrotado, reconheceu.

«O povo cubano – recordou recentemente Raul Castro – foi capaz de resistir à reconcentração e derrotar o exército colonial dotado de artilharia terrestre e naval, de comboios blindados, de espingardas de repetição e comunicações telegráficas».

Quando os EUA intervieram militarmente para ocupar o lugar da Espanha como potência colonial, adiando a independência de Cuba, a guerra de libertação estava praticamente ganha.

*
* *

Fidel não quis, obviamente, ferir o povo espanhol. Não são os povos os responsáveis pelos crimes do colonialismo e do imperialismo. Nós, portugueses, temos disso, aliás, uma consciência viva e dolorosa. A recuperação da memória do genocídio provocado pela **reconcentração** é, porém, uma necessidade. A história não deve ser apagada.

Não se pode compreender a Revolução Cubana e a sua épica defesa – costuma repetir Fidel – sem se conhecer a história da Ilha e do seu povo. Porque a vitória de Janeiro de 1959 foi, afinal, o desfecho de uma cadeia de lutas revolucionárias.

A afirmação, exaustivamente repetida, de que Martí foi o «autor intelectual de Moncada» não é uma flor de oratória. Expressa uma convicção profunda e também a especificidade do combate revolucionário permanente do povo cubano.

(1) Raul Izquierdo Canosa, «La Reconcentración 1896-97», Ediciones Verde Olivo, Havana 1997.

(2) D. Juan Bautista Casas, «La Guerra Separatista de Cuba, sus causas, medios de terminarla y de evitar otras», Madrid, 1896.



Uma rara foto que testemunha um campo de «reconcentração» em Cuba, há um século

O acidente e o incidente

Após ininterruptos adiamentos, incumprimentos e desprezo sistemático pelos compromissos assumidos perante a comunidade internacional, a Unita começou, finalmente, a chegar a Luanda aos bochechos. Primeiro alguns dirigentes, depois mais uns quantos, os chefes da Unita lá vão chegando à capital angolana, fazendo de cada passo em direcção à paz um espectáculo de suspense, enquanto Jonas Savimbi, qual prima-dona duma ópera bufa, continua a inventar entraves sobre entraves para protelar o seu interminável «regresso» à capital do país. No meio disto, ocorreu um acidente. Esta semana, após a primeira conferência de imprensa dada no Hotel Sheraton para assinalar a instalação em Luanda, um grupo de dirigentes da Unita entrou no elevador que, ao 21º andar e por súbita falta de energia eléctrica, desceu abruptamente até à cave. Ninguém ficou ferido e o acidente saldou-se pelo susto, semelhante aos que têm apanhado outros ilustres utentes desta unidade hoteleira de Luanda que, apesar de constituir o mais moderno equipamento do género nesta

PONTOS CARDEAIS

cidade, não se livra das falhas de corrente com que a crise angolana frequentemente afecta a própria capital. Aliás, no mês anterior tinha ocorrido o último acidente semelhante no mesmo elevador e pelas mesmas razões. É claro que os dirigentes da Unita não desperdiçaram a oportunidade: em vez de constarem o óbvio - um acidente como resultado directo das enormes carências e ineficácias que proliferam na capital angolana por culpa da guerra devastadora que eles próprios têm imposto ao país -, acusaram imediatamente «alguém» de tentativa de «atentado», apresentando como «prova» a «estranheza» de o elevador ter caído «só com dirigentes da Unita lá dentro». É claro que o elevador só tinha dirigentes da Unita e respectivos guarda-costas pela simples razão de que eles não admitiram mais ninguém lá dentro, tal como é evidente que as falhas de energia de um sistema eléctrico em colapso não averiguam quem vai nos elevadores ou quem está a ser operado num hospital. Perante isto, não há dúvida que os dirigentes da Unita continuam especialistas na

invenção de «factos políticos». Agora, até transformam acidentes em incidentes.

As preocupações do Couto

... E nem de propósito: na sequência do acidente de elevador ocorrido com um grupo de dirigentes da Unita no hot el Sheraton, em Luanda, apareceu o deputado do PS no Parlamento Europeu, Torres Couto, a reivindicar às autoridades angolanas, e em nome do Partido Socialista Europeu, que sejam criadas «todas as condições políticas e de segurança» para que a acção da Unita em Luanda «se exerça livremente, ao abrigo de todo e qualquer acto de violência e de retaliação», exortando ainda «a Unita e o MPLA» a «acatarem a extensão da administração do Estado a todo o território angolano sem excepções». Ao que se sabe, apenas um elevador se imiscuiu na liberdade de movimentos dos dirigentes da Unita em Luanda, obrigando-os, momentaneamente, a descer um bocado mais depressa, pelo

que esta reivindicação às autoridades angolanas deveria, mais adequadamente, ser feita à cadeia norte-americana dos hotéis Sheraton. Quanto à exortação para que «a Unita e o MPLA» acatem a extensão da administração do Estado a todo o território», não se percebe o que faz o MPLA neste filme. Na verdade, é a Unita que continua a ocupar vastas zonas do território angolano como se fosse sua coutada privada...

Criminoso... e «star»

A fuga do padre Frederico desencadeou um curioso espectáculo, com realce para as televisões como grandes animadores. Perante a fuga de um assassino comprovado e condenado em tribunal, verificou-se a estranha ocorrência de vermos tal criatura ocupar todos os horários nobres em entrevistas directas, dizendo o que muito bem lhe apetecia e sendo, inevitavelmente, transformado numa «star» ao melhor estilo da informação sensacionalista dos EUA. Será que o crime já compensa, agora por obra e graça de quem tem por missão maior apresentar os factos e isolar os criminosos?

O duque

As pretensas agressões ao duque espanhol, cunhado do rei de Espanha, Juan Carlos, numa esquadra da PSP em Lisboa, ganhou também contornos curiosos na Comunicação Social, nomeadamente no seguinte pormenor: toda a gente fala de agressão, menos o ofendido - que não formalizou qualquer queixa - e o seu próprio consulado - que não apresentou qualquer protesto. Outro pormenor: conforme as horas foram passando, assim a notícia foi perdendo embalagem, nomeadamente no próprio autor dela, o jornalista do El País que, na manhã em que a «bomba» estourou na primeira página deste diário espanhol reivindicava, triunfante, a segurança das fontes que lhe forneceram a «cacha» e, à noite, já procurava desdramatizar a todo o custo, garantindo que aquilo não passava de um *fait divers* sem qualquer importância (se assim era, por que lhe foi dado lugar na primeira página?). Curiosa, também, foi a reacção do ministro da Administração Interna que, para sanar o «equivoco», foi jantar com o duque. Espera-se, agora, que Jorge Coelho convide para jantar os trabalhadores do Ritz que foram agredidos à porta das instalações por agentes da PSP quando exerciam o seu direito à greve. Obviamente, para sanar o equivoco.

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Belmiro

Belmiro é o rei do grande hipermercado Belmiro tem um diário de alto porte Belmiro manda ao sul e manda ao norte Belmiro sonha um Banco afortunado

Belmiro é já de Tróia o potentado Belmiro quer a TVI mais forte Belmiro a quem ministro faz a corte Belmiro a voz do tal baile mandado

De tanto ver e tanto ouvir Belmiro não entendo, palavra, quem refiro quando digo Belmiro. Perco o pé

perco o sentido, fico abananado e já não sei olhando em todo o lado o quê e quem Belmiro já não é.

Cravinho do Amaral

Num ano, mil quilómetros serão do estrada feitos - diz o João Cravinho. Mais do que todas antes. Um carinho todo feito de riso e de betão.

Ao pé disto não tem comparação Ferreira do Amaral do antigo ninho. Garrafões de cimento, em vez de vinho, vão dar o mediático piñão.

(De helicóptero veio um doente de Faro para Lisboa, só porque o hospital de lá estava no fosso...)

Ri o João e todo se consola no país afogado, com uma argola de cimento enfiada no pescoço.



Questão de higiene

Vitalmente afundado em seu umbigo diz que o Partido (que foi seu) não tem qualquer futuro; o dele sei eu bem que não, pois é futuro de jazigo.

Que se calasse, ao mesnos, no abrigo do arrotto e da tripa. Nós, ninguém se lembra dele, e mais do que o desdém da memória, não há pior castigo.

Dizem deste pavão: «Grande cabeça!» Pois bom proveito, sim? Pois que apodreça na sua bela cátedra solene

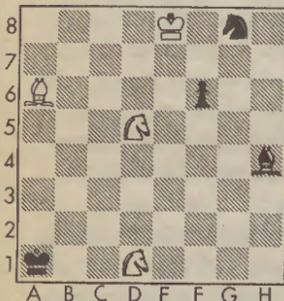
em vez de ao vento semear a esmo o excremento suíno de si mesmo. Uma questão apenas de higiene.

XADREZ

DCLIII - 16 DE ABRIL DE 1998
PROPOSIÇÃO Nº 1998X16

Por: Aliaksiej Aliaksieivitch Troitzky
«Deutsche Schachzeitung», 1914

Pr.: [4]: Pf6 - Cg8 - Bb4 - Ra1
Br.: [4]: Cs. d1, d5 - Ba6 - R68



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº 1998X16 [A. A. T.]

1. Rf7!, Ch6 +; 2. Rg6, Cg4; 3. Rh5, Cf2; 4. Rh4, Cd1; 5. B62, Cb2; 6. Cc3 e ganha 5.... Cf2; 6. C.c.f6, Rb2; 7. Rg3, Ch1 +; 8. Rg2 e ganha.

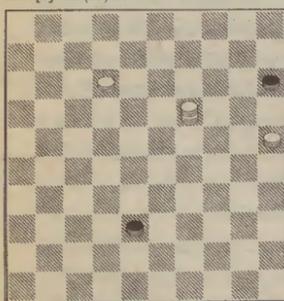
A. de M. M.

DAMAS

DCLIII - 16 DE ABRIL DE 1998
PROPOSIÇÃO Nº 1998D16

Por: Pierre Garlopeau
Au Coeur du Problème, França, s/d

Pr.: [2]: 15-38
Br.: [3]: 12-(19)-25



Branças jogam e ganham

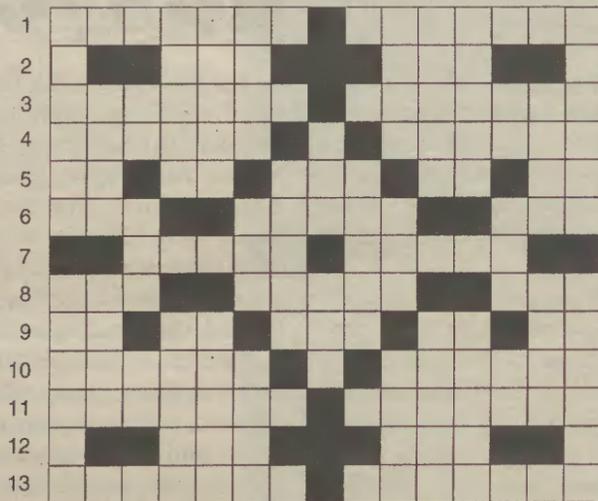
SOLUÇÃO DO Nº 1998D16 [P.G.]

1. 19-24! (38-43)*; 2. 25-20! (43-49=D); 3. 12-7, (49-16); 4. 7-2=D, (16-49); 5. 2-16 + 2.... (43-48=D); 3. 12-8, (48-26); 4. 8-3=D, (26-48); 5. 3-26 +

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Tumor nas articulações das patas das cavalgadas; venda em hasta pública. 2 - Interj. var. de opa; o sono dos meninos (pl.). 3 - Aspirara; citara um facto ou razão para prova. 4 - Abertura na parede de um edifício, acima do pavimento, para deixar entrar o ar e a luz; inundar. 5 - Astatino (s. q.); apelido; a barlavento (naut.); a carta mais alta do baralho; porco (prov.). 7 - Tornei mole ou brando; qualquer percurso ou distância que se vence sem parar. 8 - Título nobiliárquico inglês; fruto silvestre; depósito que se forma nos líquidos fermentados. 9 - Atmosfera; nota musical; pedra de altar; basta; Amerício (s. q.). 10 - Lavatório; passara pelo sedeiro. 11 - Guarnecera de arames; favoráveis. 12 - Fileira; oferecer. 13 - Denunciara; crustáceo.

VERTICAIS: 1 - Lançar a carga fora da embarcação; confusão (fig.). 2 - Camada gordurosa que se forma à superfície do leite; encolorizar. 3 - Pref. de origem grega, que exprime a ideia de privação, separação; criatura; caminha para lá. 4 - Instrumento para soprar o lume e para introduzir o ar nos canos do órgão (pl.); sacerdote budista tibetano (pl.). 5 - Comove (fig.); agita. 6 - Invólucro que reveste qualquer produto; eleva; discursar. 7 - Entusiasma. 8 - Anel de cadeia; agora. 9 - Oprime. 10 - Nome de mulher; fruto da ateira; refresco em que entram água, açúcar, bicarbonato de sódio e ácido tartárico. 11 - Parte muscular do tubo digestivo de muitos animais, que, em regra, constitui o estômago das aves; respeitem. 12 - Pequeno sáurio que tem as extremidades dos dedos alargadas em formações discoidais, adaptadas à locomoção em paredes (pl.); reverencia. 13 - Prata (s. q.); óxido ou hidróxido de cálcio; pref. indicativo de movimento, direcção, junção, etc. 14 - Mamífero roedor; nome de mulher. 15 - Animal do grupo dos acarídeos, que inclui os causadores da sarna do homem e as carraças dos cães (pl.); amante.

SOLUÇÃO:
VERTICAIS: 1 - Aflijar; salada. 2 - Natar; trar. 3 - An; ser; va. 4 - Folés; jama. 5 - Abala; abala. 6 - Tar; al; orar. 7 - Anima. 8 - Ras; amora. 9 - Elor; ora. 10 - Onera. 11 - Molas. 12 - Osgas; adora. 13 - Arg; cel; ad. 14 - Rato; lara. 15 - Acuros; amido.

HORIZONTAIS: 1 - Aflijar; almoceda. 2 - Oba; odo. 3 - Inalar; alegara. 4 - Janelar; alagar. 5 - Art; Sã; al; ar; ar; ar. 6 - Ras; amora. 7 - Emoli; elara. 8 - Sã; amora. 9 - Art; ar; ar. 10 - Lavabo; sedara. 11 - Aramar; comido. 12 - Ala; dar. 13 - Acusara; cama-

A. de M. M.

AGENDA

Plenários e outras reuniões das organizações do PCP



Partido Comunista Português

ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE COIMBRA

18 de Abril '98 - Sábado
10 h / 17.30 h - Inst. Juventude

com a participação de

Carlos Carolhas

Secretário Geral do PCP

PCP
a Esquerda que faz
a diferença

4ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DA CIDADE DO PORTO

Domingo, 19, no Hotel Tuela, a partir das 10h30, com a participação de **CARLOS CARVALHAS** que fará a intervenção de encerramento, cerca das 17h

FARO

6ª Assembleia da Organização Concelhia
Domingo, 19, às 14h30, no Instituto da Juventude



Encontro Distrital de Braga
Sábado, 18, a partir das 15h, na sede do PCP, com a participação do camarada **Dias Lourenço**

Encontro Distrital de Santarém
Sábado, 18, a partir das 14h30, no Teatro de Bolso da Chamusca

Vila Nova de Gaia
A actualidade do ideal - à conversa com **Emídio Ribeiro** sobre os 150 anos do Manifesto
Sábado, 18, às 15h, no CT do PCP de Gaia

Curso de formação ideológica da Organização do Ensino Superior do Porto
Dias 26 de Abril e 3 de Maio

Passeio à Beira Baixa e Alto Alentejo
promovido pela Com. Concelhia de Almada
Dois dias - 18 e 19 de Abril

Prepara o Verão e as Férias viajando com amigos!

Em **ALMADA**, a Comissão Concelhia do PCP organiza uma viagem de **8 Dias nos Açores** - na Terceira, Faial, Pico e S. Miguel, de 22 a 29 de Julho. Informações: cam. Artur Cabrita, tels. 2752777 e 2753939
Da **Freguesia da PENHA DE FRANÇA**, em Lisboa, a excursão é a **Benidorme** - de 19 a 28 de Junho, com partida às 20h de sexta-feira da Av. General Roçadas, passagem por Montemor e Borba, Badajoz, Talavera de La Reina e Albacete, e chegada a Benidorme para seis dias de férias em pensão completa, com visitas a museus e à Ilha e um espectáculo no Benidorme Palace. Para informações e inscrições: Tel. 8138119 (Ivone)

Almada

Plenário da organização da freguesia de Almada: sexta-feira, 17, às 21h, no CT Dr. Alberto de Araújo.
Plenário da organização da freguesia de Cova da Piedade: sábado, 18, às 15h, no CT Concelhio.
Plenário da organização da freguesia de Cacilhas: sábado, 18, às 15h, no CT Dr. Alberto de Araújo.
Plenário da C.C.C.A.: quarta-feira, 22, às 21h, no CT Concelhio.

Amadora

Jantar-convívio no Refeitório Municipal dos Moinhos da Funcheira, com a participação de **José Casanova**: sexta-feira, dia 17.

Alpiarça

Plenário de militantes: sábado, 18, às 21h, no Centro de Trabalho.

Barreiro

Plenário da célula dos Trabalhadores das Autarquias: sexta-feira, 17, às 17h30, no CT da Com. Concelhia, com a participação de **José Morais**.

Évora

Plenários de militantes de organizações da Cidade, preparatórios da Assembleia da Organização Concelhia (a realizar em 23 de Maio): dia 16 das freguesias da Malagueira (nas Piscinas às 21h) e de Horta das Figueiras (às 21h); dia 17 do Sector Operário (no CT às 21h), das freguesias do Centro Histórico (no CT às 21h) e da freguesia da Senhora da Tourega (às 21h); dia 18 da freguesia da Boa Fé (às 20h, na Junta de Freguesia)

Lisboa

Plenário da organização do Sector de Serviços: hoje, dia 16, às 19h30, no CT da Av. Duque de Loulé.
Plenário de militantes da organização da freguesia de Arroios: sexta-feira, 17, às 15h, no CT Vitória
Plenário de Bancários Reformados: dia 30 de Abril, às 14h30, no CT Vitória.

Montemor-o-Novo

Plenário Concelhio de Quadros para discussão da aplicação prática das conclusões da reunião do CC de 14 e 15 de Fevereiro: sexta-feira, 17, às 21h, com a participação de **José Soeiro**.

Portalegre

CDU - Reunião de eleitos nas Juntas e Assembleias de Freguesia do distrito, com a participação de **José Soeiro**, da Comissão Política do CC do PCP, sob o tema «As Juntas e Assembleias de Freguesia na resolução dos problemas sociais e o Movimento Associativo e Popular»: dia 18, às 15h, no salão da JF de Avis.

Seixal

Plenário de militantes da célula da Câmara Municipal (Sectores Oficina, Higiene e Limpeza): quinta-feira, 16, às 16h30, no Refeitório dos Serviços Sociais dos Trabalhadores da autarquia, no Fogueteiro.

Vila Franca de Xira

Plenário de militantes da célula da CM/SMAS: hoje, dia 16, às 17h30, no Centro de Trabalho de Vila Franca.
Plenário de militantes da freguesia de V. F. Xira: sábado, 18, às 21h, no CT de Vila Franca.
Plenário de militantes da freguesia de Póvoa de Sta. Iria: dia 22, às 21h, no CT da freguesia.

Em debate

«O ideal comunista» na **Baixa da Banheira** - O camarada **Álvaro Cunhal** participa amanhã, sexta-feira, no Cine-Parque da Baixa da Banheira, num debate promovido pela Comissão de Freguesia do PCP sobre «O Ideal Comunista nos 77 Anos de Luta do PCP». Às 21h.

«A actualidade do projecto do PCP» na **Amadora** - O camarada **Álvaro Cunhal** participa também no debate que, ainda a propósito do 150 anos do Manifesto Comunista, se realiza no dia 22 (quarta-feira), com início às 22h, no Auditório dos Recreios da Amadora sobre «A actualidade do projecto do PCP».

«O Manifesto Comunista» no distrito de **Aveiro** - Assinalando o 150º aniversário do Manifesto do Partido Comunista, a DORAV e a JCP/Aveiro organizam dois colóquios sobre o tema com a participação de **Francisco Melo**, do CC do PCP e director das Edições Avante: sexta-feira, 17, às 21h30 na Biblioteca Municipal de Ovar, e sábado, às 15h, na Biblioteca Municipal de S. João da Madeira.

«Moeda Única» também no distrito de **Aveiro** e na **Moita** - **Honório Novo**, deputado do PCP no PE, orientará o debate sobre «Moeda Única e Integração Europeia» que na sexta-feira se realiza no Salão Nobre da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha. Sobre o mesmo tema e com o mesmo moderador se realiza um debate no Salão Nobre do Montepio, na **Moita**: sábado, 18, às 17h.

Cuba: o bloqueio e a solidariedade, em Aveiro - O Núcleo de Aveiro da Associação de Amizade Portugal-Cuba promove, com a participação da Embaixadora de Cuba em Portugal, um debate no Salão Cultural da CM de Aveiro: esta sexta-feira, dia 17, a partir das 21h30.

A IVG em Alverca - A deputada do PCP **Odete Santos** participa amanhã, sexta-feira, no debate que se realiza no Auditório Municipal Scala sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez. Às 21h.

PELA ESQUERDA É QUE LÁ VAMOS!

PCP 25 ABRIL '98

• Em ALMADA

Jantar no Restaurante «Dia-a-dia» (Casas Velhas - Monte de Caparica) com a participação de **CARLOS CARVALHAS**, dia 21 às 20h
Sessão evocativa na Junta de Freguesia de Laranjeiro, dia 23, às 21h30, com a presença de **Jerónimo de Sousa**

• Em ALGÉS

Sessão evocativa no Centro de Trabalho do PCP, dia 24, às 21h30.

• Em AVEIRO

Almoço comemorativo dos concelhos de Anadia, Mealhada e Oliveira do Bairro, no Restaurante «O Zé», na Malaposta, dia 25
(Inscrições: J. Paixão/Anadia, 031-504548; Isabel Vieira/Mealhada, 031-949250; Amílcar Madeira/O. Bairro, 034-721140; Aveiro/CT do PCP, 034-381506)

• Nas CALDAS DA RAINHA

Almoço comemorativo no Restaurante «O Cortiço», em Tornada, dia 25, com a presença de **Aurélio Santos**.
(Inscrições: tels. 23000, 23095, 23974)

• Em GUIMARÃES

Almoço no Restaurante Jordão, dia 26. Sessão-festa de inauguração do novo Centro de Trabalho do PCP, com animação musical: **Dino Freitas, Francisco José, Jorge Lomba**
(Inscrições: Com. Concelhia de Guimarães)

• Em LISBOA

Almoço no CT Vitória, dia 18 de Abril, às 12h30
(Inscrições até 15 de Abril: Lurdes Correia, tel. 3562715)
Jantar do Sector da Saúde da ORL no Espaço Cultural Vitória, dia 24, às 20h, com a participação de **CARLOS CARVALHAS**
(Inscrições até 22 de Abril: Celestina, Paulo Jacinto ou Margarida Aboim, tel. 3562715)
Jantar do Sector de Empresas no CT da Av. Duque de Loulé, dia 24, às 20h
Almoço do Sector de Serviços no CT da Av. Duque de Loulé, dia 25, às 13h

• Em OEIRAS

Festa-comício em Queijas, no CT do PCP, dia 19, às 16h, com a participação de **Álvaro Cunhal**

• Em S. DOMINGOS DE RANA

Jantar da Juventude no Espaço Jovem do CT de Tires, dia 24, às 19h30
(Inscrições até 15 de Abril: Lurdes Correia, tel. 3562715)

• No PORTO

Jantar da Liberdade no Centro de Trabalho da Boavista, dia 24, às 19h30
(Inscrições até 20 de Abril: tel. (02) 6095651, fax 6097948)

• Em SETÚBAL

Encontro de Democratas/Jantar-convívio do 25 de Abril, dia 24, de Abril às 20h, no Restaurante «O Quintal»

• Em VILA FRANCA DE XIRA

Almoço-convívio e debate sobre o 25 de Abril, dia 19, no Centro de Trabalho do PCP de A-dos-Loucos

Visitas de deputados

Sérgio Ribeiro, deputado do PE que tem a cargo a elaboração de um relatório sobre a competitividade dos Têxteis, desloca-se nos dias 17 e 18 ao distrito de Castelo Branco, numa visita de trabalho sobre a Indústria Têxtil no distrito.

João Amaral, deputado do PCP na AR, realiza por sua vez uma visita a Ovar, participando em encontros de trabalho com agricultores, a Comissão de Defesa do Hospital de Ovar e a Comissão de Trabalhadores da Renault Cacia.

TELEVISÃO

Quinta, 16

RTP 1

- 08.00 Infantil
10.10 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.20 As Aventuras de Tarzan
15.10 Maria do Bairro
16.25 A Banqueira do Povo
17.30 Concerto das Nações Unidas
19.00 País País
19.45 País Regiões
20.00 Telegenral
20.45 Cais do Oriente
21.00 As Lições de Tonecas
21.35 Terra Mãe
22.30 Prémios Grammy
00.30 Liga dos Campeões
01.25 24 Horas
01.20 Musical: «Alejandro Sanz»
02.30 Arena de Aço
(de David Frost, EUA/1994, com Joe Don Baker, Carol Alt, Robert Chapin, Darlene Vogel. «Thriller»)

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
15.40 Falatório
16.40 Negócios de Família
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Caderno Diário
19.10 O Jardim da Celeste
19.40 Hugo
20.15 Confissões de Adolescente
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Cidade Louca
22.00 Jornal 2

Sexta, 17

RTP 1

- 08.00 Infantil
10.10 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.20 As Aventuras de Tarzan
15.10 Maria do Bairro
16.10 A Banqueira do Povo
17.15 Congresso do PSD
17.25 Gala Nova Gente (Compacto)
19.00 País País
19.45 País Regiões
20.00 Telegenral
20.40 Cais do Oriente
20.55 Futebol: Sporting-V. Setúbal
23.00 Terra Mãe
24.00 24 Horas
00.50 Reflexos de Fogo
(de George C. Wolfe, EUA/1993, com Anna Deavere Smith. Drama)
02.50 Motores

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
15.40 Falatório
16.40 Negócios de Família
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Caderno Diário
19.10 O Jardim da Celeste
19.40 Hugo
20.15 Confissões de Adolescente
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Quem Sabe, Sabe...
22.00 Jornal 2

Sábado, 18

RTP 1

- 08.00 Infantil / Juvenil
12.15 Companhia dos Animais
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top +
15.00 Simpsons
15.30 Amor Fraternal
16.05 A História de Nikita
18.00 Jet 7
18.35 Há Horas Felizes
20.00 Telegenral
20.45 Cais do Oriente
21.15 Futebol: Guimarães-Porto
23.45 Serviço de Urgência
00.40 24 Horas
01.20 Ameaça Solar
(de Alan Smithee, EUA/Jap./1992, com Tim Matheson, Charlton Heston, Peter Boyle, Jack Pallance. «Thriller» / Ficção Científica)

RTP 2

- 09.00 Universidade Aberta
12.00 Música Maestro
13.00 Sem Limites
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.30 Onda Curta
(Daffy Duck in Hollywood - Filme de Tex Avery, EUA/1938; É o que Mereces - Filme de Felipe Jimenez Luna, Esp./1996; Page Miss Glory - Filme de Tex Avery, EUA/1936; I Got a Woman - Filme de Yvan Attal, Fr./1996; Hollywood Steps Out - Filme de Tex Avery, EUA/1941. Curtas-Metragens)
20.30 2001
21.10 Jogo do Alfabeto

Domingo, 19

RTP 1

- 08.00 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.05 Made in Portugal
15.15 No Intervalo
15.45 Como Nasce uma Família
(de David Greenwalt, EUA, com Bill Hudson, Chad Allen, Hillary Wolf, John Denner. Telefilme/Comédia)
17.45 Casa Cheia
18.30 Riscos
20.00 Telegenral
20.45 Cais do Oriente
21.10 Major Alvega
22.00 Reis do Estúdio
23.25 Domingo Desportivo
00.40 24 Horas
01.20 Nos Limites do Terror

RTP 2

- 09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
11.00 Missa
12.35 Jornal Jovem
13.05 O Povo das Ilhas
13.30 Jornal d'Africa
14.00 Desporto 2
18.10 O Vestido Cor de Fogo
(de Lauro António, Port./1984, com Jorge Vale, Acácio Thiele, Mariana Rey Monteiro, Josefina Silva, Adelaide João. Drama)
19.40 Bombordo
20.30 Artes e Letras - Rudolf Nureyev
21.00 Orgulho e Preconceito
22.05 Horizontes da Memória
22.30 Teatro: «Electra»
00.55 Vidas do Século - «O Último Xá»

SIC

- 08.30 Buêrére
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.50 S.O.S.
14.30 Príncipe de Bel Air
16.10 Gremlins, Pequeno Monstro
(de Joe Dante, EUA/1984, com Zack Galligan, Phoebe Cates, Hoyt Axton, Scott Brady. Terror)
18.50 Desporto
20.35 Jornal da Noite
21.15 Corpo Dourado
22.30 A Última Dança
(de Bruce Beresford, EUA/1995, com Sharon Stone, Rob Morrow, Randy Quaid, Peter Gallagher. Drama)
00.30 Último Jornal
01.05 Gémeos

TVI

- 10.00 Animação
10.30 Novos Ventos
11.10 Missa
13.00 Portugal Português
14.00 Cousteau - As Novas Descobertas
15.00 O Céu Como Horizonte
15.50 Adultos à Força
16.40 Danielle Steel - Mudanças
(de Charles Jarrott, EUA/1991, com Cheryl Ladd, Michael Nouri, Christopher Gartin. Drama)
18.30 Nightman
19.30 Futebol (Liga Espanhola)
21.30 Directo XXI
22.30 Causa Justa
23.30 Futebol (Campeonato Italiano)

Segunda, 20

RTP 1

- 08.00 Infantil
10.15 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.15 Consultório
15.15 Maria do Bairro
16.30 A Banqueira do Povo
17.35 Grande Noite
19.00 País País
19.45 País Regiões
20.00 Telegenral
20.45 Cais do Oriente
21.00 Não Há Duas em Três
21.35 Terra Mãe
22.30 Obrigado por Tudo
00.25 24 Horas
01.15 Horizontes da Memória
(de Kenneth Branagh, Gr.Br./EUA/1993, com Emma Thompson, Kenneth Branagh, Robert Sean Leonard, Keanu Reeves, Denzel Washington. Ver Destaque)

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
15.40 Falatório
16.40 Negócios de Família
17.30 Madeira: Artes e Letras
18.00 Informação Religiosa
18.30 Caderno Diário
19.10 O Jardim da Celeste
19.40 Hugo
20.15 Confissões de Adolescente
20.40 Remate
21.00 3º Calhau a Contar do Sol
21.40 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Jogo Falado
23.50 Gata em Telhado de Zinco Quente
(de Richard Brooks, EUA/1958, com Elizabeth Taylor, Paul Newman, Burl Ives, Jack Carson, Judith Anderson. Ver Destaque)
01.35 Falatório
02.35 Duckman, o Trapalhão

SIC

- 08.10 Buêrére
10.00 Receitas do Dia
10.10 Fátima Lopes
12.10 Baila Comigo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Vidas Cruzadas
15.50 Buêrére
17.00 Fátima Lopes
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Anjo Mau
22.00 Roda de Milhões
24.00 Toda a Verdade
01.00 Último Jornal
01.25 Noites Longas da SIC
(Judith de Bethulia - Filme de D. W. Griffith, EUA/1913, com Blanche Sweet, Henry Walthall, Mae Marsh; O Pirata Negro - Filme de Albert S. Parker, EUA/1926, com Douglas Fairbanks, Billy Dove; O Fantasma da Ópera - Filme de Ruppert Julian, EUA/1925, com Lon Chaney, Mary Philbin, Norman Kerry; O Cavalo de Ferro - Filme de John Ford, EUA/1924, com George O'Brien, Madge Bellamy e Cyril Chadwick. Ver Destaque)

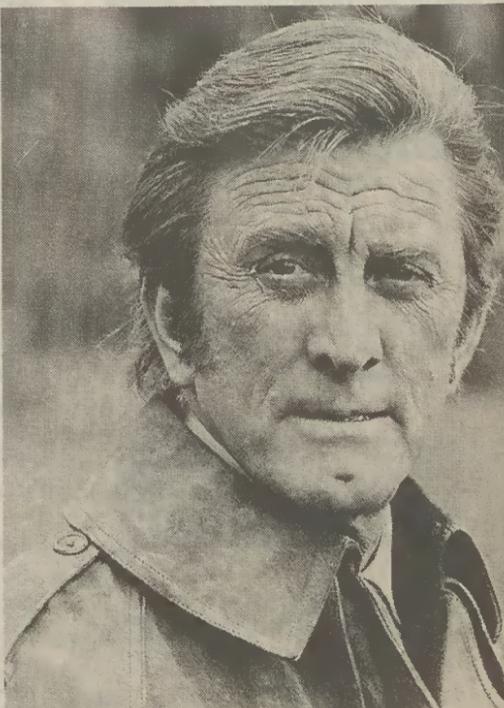
TVI

- 10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 As Pupilas do Senhor Reitor
15.10 Lágrimas de Mulher
16.00 Caprichos
17.00 O Jogo da Vida
17.45 S.O.S. Urgências
18.40 Malta Curtida
19.00 Quem Tudo Quer...
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Pensacola
23.00 Linha de Fundo
00.50 Seinfeld

Terça, 21

RTP 1

- 08.00 Infantil
10.15 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.15 Consultório
15.15 Maria do Bairro
16.30 A Banqueira do Povo
17.25 Made in Portugal
19.00 País País
19.45 País Regiões
20.00 Telegenral
20.45 Cais do Oriente
21.00 Solteiros
21.35 Terra Mãe
22.30 Concerto: Montserrat Caballé



Mais uma sessão de teatro clássico no domingo: «Electra», versão da peça de Eugene O'Neill, que transpôs a tragédia grega para um cenário do pós-Guerra Civil dos EUA, com Kirk Douglas e outros notáveis actores

- 23.45 Millenium
00.40 24 Horas
01.30 Magacine

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
15.40 Falatório
16.45 Bonanza
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Caderno Diário
19.10 O Jardim da Celeste
19.40 Hugo
20.15 Confissões de Adolescente
21.00 3º Calhau a Contar do Sol
21.40 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 A Vida É um Jogo
(de Robert Rossen, EUA/1961, com Paul Newman, Jackie Gleason, Piper Laurie, George C. Scott. Ver Destaque)
01.00 Falatório
02.00 Desejos Proibidos

SIC

- 08.10 Buêrére
10.10 Receitas do Dia
10.10 Fátima Lopes
12.10 Baila Comigo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.50 Vidas Cruzadas
15.50 Buêrére
17.00 Fátima Lopes
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.00 Anjo Mau
23.00 A Fúria do Último Escuteiro
(de Tony Scott, EUA/1991, com Bruce Willis, Damon Wayans, Chelsea Field. «Thriller»)
01.10 Último Jornal
01.35 A Família Real
02.55 Vibrações

TVI

- 10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 As Pupilas do Senhor Reitor
15.10 Lágrimas de Mulher
16.00 Caprichos
17.00 O Jogo da Vida
17.45 S.O.S. Urgências
18.40 Malta Curtida
19.00 Quem Tudo Quer...
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Profiler
23.00 PSI Factor
24.00 Seinfeld
00.30 Ponto Final

Quarta, 22

RTP 1

- 08.00 Infantil
10.15 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.15 Consultório
15.15 Maria do Bairro
16.30 A Banqueira do Povo
17.25 Reis do Estúdio
19.00 País País
19.35 País Regiões
19.55 Futebol: Inglaterra-Portugal
21.50 Telegenral
22.35 Cais do Oriente
23.50 24 Horas

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
15.40 Falatório
16.45 Bonanza
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Caderno Diário
19.10 O Jardim da Celeste
19.40 Hugo
20.15 Confissões de Adolescente
21.00 3º Calhau a Contar do Sol
21.40 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Corações na Penumbra
(de Richard Brooks, EUA/1962, com Paul Newman, Geraldine Page, Shirley Knight. Ver Destaque)
00.45 Falatório
01.45 Musical: «The White Room»

SIC

- 08.10 Buêrére
10.00 Receitas do Dia
10.10 Fátima Lopes
12.10 Baila Comigo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Vidas Cruzadas
15.50 Buêrére
17.00 Fátima Lopes
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.00 Anjo Mau
23.00 A Fúria do Último Escuteiro
(de Tony Scott, EUA/1991, com Bruce Willis, Damon Wayans, Chelsea Field. «Thriller»)
01.10 Último Jornal
01.35 A Família Real
02.55 Vibrações

RTP 2

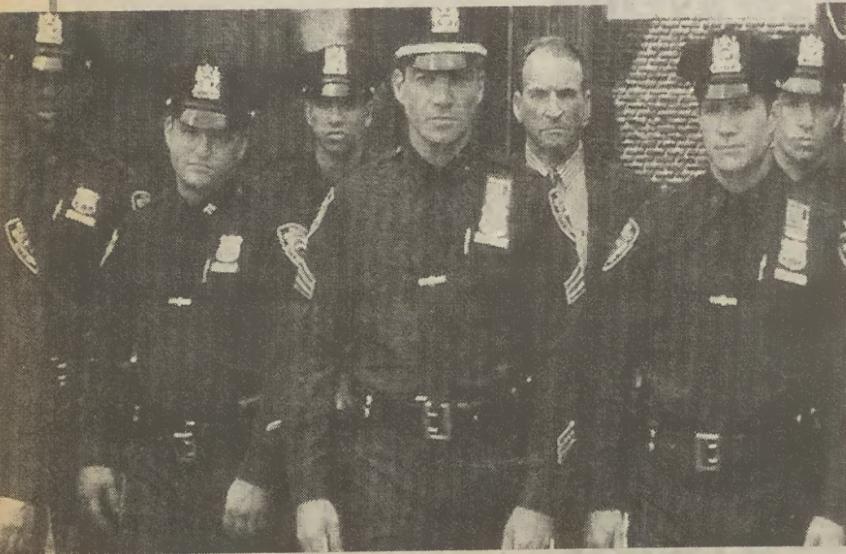
- 15.00 Informação Gestual
15.40 Falatório
16.45 Bonanza
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Caderno Diário
19.10 O Jardim da Celeste
19.40 Hugo
20.15 Confissões de Adolescente
21.00 3º Calhau a Contar do Sol
21.40 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Corações na Penumbra
(de Richard Brooks, EUA/1962, com Paul Newman, Geraldine Page, Shirley Knight. Ver Destaque)
00.45 Falatório
01.45 Musical: «The White Room»

SIC

- 08.10 Buêrére
10.00 Receitas do Dia
10.10 Fátima Lopes
12.10 Baila Comigo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Vidas Cruzadas
15.45 Buêrére
17.00 Fátima Lopes
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Anjo Mau
22.30 Programa do Além
23.35 A Grande Viagem
00.30 Último Jornal
00.55 Conversas Secretas

TVI

- 10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 As Pupilas do Senhor Reitor
15.10 Lágrimas de Mulher
16.00 Caprichos
17.00 O Jogo da Vida
17.45 S.O.S. Urgências
18.40 Malta Curtida
19.00 Quem Tudo Quer...
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Picar o Ponto
22.30 Ruby, a Conspiração do Silêncio
(de John MacKenzie, EUA/1992, com Danny Aiello, Shirley Fenn, Arliss Howard. Drama Biográfico)
00.30 Seinfeld
01.00 Lanterna Mágica
01.40 Fora de Jogo



«A Esquadra de Brooklyn» é mais uma série de Steven Bochco sobre a violência num bairro de Nova Iorque, agora na programação da TVI

- 22.30 Blow Out - Explosão
(de Brian De Palma, EUA/1981, com John Travolta, Nancy Allen, John Lightow, Dennis Frans, Peter Boyden. Ver Destaque)
00.20 Falatório
01.15 Magacine

SIC

- 08.10 Buêrére
10.00 Fátima Lopes
11.45 Baila Comigo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.50 Vidas Cruzadas
15.50 Buêrére
17.00 Fátima Lopes
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.55 Anjo Mau
22.00 AI os Homens
23.15 Esta Semana
00.20 Último Jornal
00.45 No Fim do Mundo
02.00 Vibrações

TVI

- 10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 As Pupilas do Senhor Reitor
15.10 Lágrimas de Mulher
16.00 Caprichos
17.00 O Jogo da Vida
17.45 S.O.S. Urgências
18.40 Malta Curtida
19.00 Quem Tudo Quer...
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Terra: Conflito Final
23.00 O Ente Misterioso
(de Sidney Furie, EUA/1982, com Barbara Hershey, Ron Silver, David Labiosa. Terror)
01.20 Seinfeld
01.45 Ponto Final

- 22.30 Pulp Fiction
(de Quentin Tarantino, EUA/1994, com John Travolta, Bruce Willis, Samuel L. Jackson, Uma Thurman, Maria de Medeiros, Harvey Keitel, Tim Roth. Ver Destaque)
01.05 Falatório
02.00 Charlie Grace Investiga

SIC

- 08.10 Buêrére
10.00 Fátima Lopes
11.45 Baila Comigo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.50 Vidas Cruzadas
15.50 Buêrére
17.00 Fátima Lopes
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.55 Bom Baíão
21.20 Anjo Mau
22.20 Ponto de Encontro
23.30 Donos da Bola
02.00 Último Jornal
02.40 Vibrações

TVI

- 10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 As Pupilas do Senhor Reitor
15.10 Lágrimas de Mulher
16.00 Caprichos
17.00 O Jogo da Vida
17.45 S.O.S. Urgências
18.40 Malta Curtida
19.00 Quem Tudo Quer...
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Recomeçar
23.00 A Esquadra de Brooklyn
24.00 A Sombra do Mal
(de Daniel Sackheim, EUA/1995, com Joe Morton, Margaret Colin, Timothy Busfield. Drama/Policia)
02.00 Seinfeld
02.40 Fora de Jogo

- 22.00 Semana ao Sábado
22.55 O Lugar da História
23.50 Sete Ocasões de Pampinas
(de Buster Keaton, EUA/1925, com Buster Keaton, Ruth Dwyer, Ray Barnes. Ver Destaque)
01.00 Sinais do Tempo

SIC

- 08.00 Buêrére
11.30 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.45 Imagens Reais
14.20 Norte e Sul
16.30 Xena, a Princesa Guerreira
17.45 Star Trek IV: Regresso à Terra
(de Leonard Nimoy, EUA/1986, com William Shatner, Leonard Nimoy, DeForest Kelley. Ficção Científica)
20.00 Jornal da Noite
20.45 Mundo VIP
21.25 Corpo Dourado
22.25 Big Show Sic
01.30 Último Jornal
01.55 Colt 45
(de Edward Ludwig, EUA/1963, com Rory Calhoun, Rod Cameron, Ruta Lee, Rod Lauren, Morgan Woodward. «Western»)

TVI

- 10.00 Animação
12.40 Gémeas
13.30 Contra-Ataque
15.00 Feed Back
15.55 Os Julgamentos de Rosie O'Neill
16.50 Danielle Steel - Papá
(de Michael Miller, EUA/1991, com Patrick Duffy, Linda Carter, Kate Mulgrew. Drama)
18.30 F/X: Efeitos Mortais
19.30 Futebol (Liga Espanhola)
21.30 Directo XXI
22.30 Um Grito de Desespero
(de Robert Markowitz, EUA/1989, com Nancy McKeon, Dale Midkiff, Graham Jarvis. Ver Destaque)
01.00 Cat Squad I, Grupo Antiterrorista
(de William Friedkin, EUA/1986, com Joseph Cortese, Stephen W. James, Kacy Youngblood. Acção)



«Acontece» muda de horário na próxima semana: depois do Jornal 2, sempre de segunda a sexta

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Blow Out – Explosão

(Quinta, 22.40, RTP2)

Indirectamente inspirado no famoso clássico *Blow Up*, de Michelangelo Antonioni, o realizador Brian De Palma encena aqui um brilhante «thriller» político. O herói do filme, ao contrário do que acontece com o fotógrafo do filme do cineasta italiano, é um operador de som, especialista em efeitos especiais, que grava por acaso um acidente de automóvel, o qual vem a descobrir-se ser a peça essencial de um crime político. John Travolta tem o seu primeiro grande papel no cinema sendo bem acompanhado por Nancy Allen.

Pulp Fiction

(Sexta, 22.40, RTP2)

Situado num meio urbano caracterizado pela maior violência, *Pulp Fiction* assenta a sua narrativa na exposição simultânea e entrecruzada de três histórias de amor e traição, envoltas pelo ambiente «natural» do mundo do crime, e dá-nos a ver um punhado de personagens «comuns» (e impressionantemente reais na sua caracterização e composição ficcionais) que se movimentam nestas histórias em desesperada busca de uma qualquer salvação que sabem não estar na sua mão. Segundo filme realizado por Quentin Tarantino, o poder de atracção que se desprende deste filme tornado «culto» é inteiramente correspondente à intensa paixão com que o cineasta filma e põe em cena as histórias fortes e duras que tão bem materializa em diálogos escritos com invulgar maestria. Um estilo muito copiado entre nós, ultimamente, pelos nossos tarantinos «à moda do Minho»...

Um Grito de Desespero

(Sábado, 22.30, TVI)

Baseado num caso real, este telefilme conta-nos a história dramática de uma mulher que é constante e brutalmente agredida e maltratada pelo marido e que nunca consegue ter êxito ao queixar-se destas violências à polícia. Finalmente, após um advogado se ter interessado por este drama, a jovem mulher decide processar a polícia acabando por ganhar a causa num julgamento profundamente dramático que teve grande repercussão nos EUA. Com Nancy McKeon, Dale Midkiff e Graham Jarvis.

Sete Ocasões de Pamplinas

(Sábado, 23.50, RTP2)

Para ter acesso a uma herança, James Shennon deve casar no próprio dia em que sabe da boa nova até às cinco da tarde. Na sequência de um mal-entendido, a sua namorada evapora-se. James, precisando do dinheiro para o seu negócio, faz publicar um pequeno anúncio, aparecendo na igreja centenas de mulheres que acabam a persegui-lo. Felizmente, a namorada reaparece e James acabará por receber a herança. Este filme, dos mais hilariantes na filmografia de Buster Keaton, ficou famoso pela cena de perseguição de centenas de mulheres em vestidos de noiva.

Gata em Telhado de Zinco Quente

(Segunda, 23.50, RTP2)

Nunca é de mais revermos este intenso psicodrama de Tennessee Williams (livremente adaptado por Richard Brooks e James Poe da peça de teatro original) e que nos conta a história de um poderoso homem do sul às portas da morte, com a sua família de «abutres» rondando-lhe a fortuna. Mas a complexidade paralela das conturbadas relações amorosas entre um dos filhos do velho (Paul Newman) e a sua mulher (Elizabeth Taylor) - embora o caso de homossexualidade latente seja tornado ambíguo pela necessidade de contornar a tesoura da censura que sempre pairou sobre o filme - constitui o verdadeiro centro de atenções de uma obra com memoráveis interpretações do jovem par (avultando a espantosa sensualidade de Elizabeth Taylor) e, ainda, de um gigantesco Burl Ives.

As Noites Longas da SIC: Judith de Bethulia; O Pirata Negro; O Fantasma da Ópera; O Cavalo de Ferro

(Segunda, das 01.00 às 06.40)

Desta vez, a longa noite da SIC é dedicada à transmissão de alguns filmes do período do cinema mudo dos anos 20, embora já coloridos, no todo ou em parte. Tudo começa com *Judith de Bethulia*, uma obra de Griffith precursora de *Intolerância*, seguindo-se, até de manhã, um dos mais famosos «filmes de piratas» desta época, com Fairbanks, *O Fantasma da Ópera*, sem dúvida a melhor versão cinematográfica do romance de Leroux, com uma grande interpretação de Lon Chaney, e, finalmente, *O Cavalo de Ferro*, o primeiro filme realizado por John Ford.

A Vida é um Jogo

(Terça, 22.50, RTP2)

Nesta segunda obra do ciclo dedicado a Paul Newman, realizada por um grande homem do cinema, Robert



John Travolta e Nancy Allen, em «Blow Out - Explosão», de Brian De Palma

também, as interpretações de um punhado de actores e actrizes: Chance Wayne (Paul Newman), um empregado de bar que se sente atraído por Heavenly (Shirley Knight), filha de «Boss» Finley (Ed Bagley), um despótico político sulista que acaba por subornar Chance para que ele desista da incómoda e inoportuna ligação. Este

vem depois a tornar-se o chulo sem princípios de *Alexandra del Lago* (Geraldine Page), uma actriz em declínio e entregue ao álcool e à droga. Uma imagem duríssima e justamente pessimista do mundo corrupto dos jogos de poder e da política que se travam, com particular expressão, no Sul dos Estados Unidos.

CABO & SATÉLITE

Um mestre do cinema francês



Continua na TV 5 o ciclo dedicado ao grande cineasta francês Jean Renoir. Hoje chegou a vez da projecção de «O Crime do Sr. Lange» que apresenta a curiosidade de ter sido realizado em 1935, portanto na época da Frente Popular em França. O tema do filme conta-se num instante: num bairro popular da capital francesa, o patrão escroque de uma tipografia decide pôr-se em fuga. Então, os operários formam uma cooperativa que atinge a prosperidade ao editar os romances populares de um tal senhor Lange. Quando o patrão regressa e faz valer os seus «direitos», acaba por ser morto pelo senhor Lange... Uma interpretação excepcional de Jules Berry.

(TV 5, Quinta, das 21.35 às 22.50)



Fabulosa série cómica

Se perdeu a oportunidade de seguir aqui há tempos, na RTP 2, uma divertida série com a marca da BBC, então não perca a oportunidade de recuperar agora os seus dezoito episódios, todos os sábados, a partir de 18. Trata-se de «Absolutamente Fabulosas», uma série protagonizada por duas mulheres (Patsy e Edina) absolutamente loucas, mitómanas, nevróticas, mazinhas e ninfomaniacas, entre outras particularidades de feitio! Nos principais papéis, duas actrizes de peso: Joanna Lumley e Jennifer Saunders. A realização é de Bob Spiers e a canção do genérico - «This Wheel's on Fire» -, cantada por Julie Driscoll e Adrian Edmondson foi escrita por Simon Brint. Versão original com legendas em francês.

(Arte, sábados, das 18.00 às 18.30)



Uma lenda viva do «som» cubano

Ainda no Arte e também neste Sábado, não pode perder-se um documentário musical já este ano realizado por Claude Santiago sobre a figura de Compay Segundo. Considerado, aos noventa anos de idade, como uma lenda viva da música popular cubana, ele continua a achar que o rum e as mulheres - temas predilectos das suas canções - são «o melhor da vida». E é vê-lo, para além de espectáculos e gravações com os melhores músicos cubanos, a contar o seu percurso desde os anos 20 até à Cuba de hoje, entre Santiago e Havana. Espera-se que a figura do homem e do artista não sirva, aqui, de pretexto para desvios de ocasião.

(Arte, sábado, das 22.30 às 23.25)

Em busca da História

Se os seus gostos televisivos pendem para o campo dos documentários sobre a História Universal, então o conselho nosso conselho de hoje vai claramente para o visionamento de uma série que também já passou entre nós, embora praticamente despercebida. Referimo-nos a «Ancient Empires», também com a chancela britânica, que a BBC Prime transmite aos domingos e segundas-feiras, pelas 21.30.



Uma Thurman e Samuel L. Jackson, dois dos intérpretes principais de «Pulp Fiction», de Quentin Tarantino



Paul Newman e Elizabeth Taylor, em «Gata em Telhado de Zinco Quente», de Richard Brooks



Lon Chaney, em «O Fantasma da Ópera», de Ruppert Julian



Paul Newman e Geraldine Page, em «Corações na Penumbra», de Richard Brooks

Rossen, o cineasta propõe-nos um retrato fascinante de um arrivista: «A minha personagem, Fast Eddie, pretende tornar-se um grande jogador de bilhar, mas em boa verdade o filme tem como pano de fundo os obstáculos que ele encontra ao tentar realizar-se como ser humano. E só toma consciência de si próprio depois de uma tragédia pessoal causada por ele, tornando-se então um campeão.» Scorsese, muitos anos mais tarde, filmaria uma (também excelente) sequência deste filme em *A Cor do Dinheiro*.

Corações na Penumbra

(Quarta, 22.50, RTP2)

Seguindo-se a *Gata em Telhado de Zinco Quente*, esta é a segunda adaptação de Richard Brooks de uma peça de Tennessee Williams. Igualmente «tórrida» e escrita na dura linguagem que caracteriza o escritor - em perfeita correspondência com a sociedade que descreve - a adaptação desta peça ao cinema foi um dos mais impressionantes trabalhos do grande realizador. Mas inesquecíveis são,



O major e nós

Gostei do episódio inicial de «Major Alvega». Gostei bem menos do episódio seguinte. Bem se sabe que os primeiros episódios de uma série são, em regra, melhores que os restantes, mas era escusado que a produtora seguisse tão rigorosamente essa tradição, que nem é exageradamente simpática. Como se compreende, depois da clara descida de méritos entre o primeiro e o segundo episódio fica-se a aguardar com alguma ansiedade o episódio seguinte: sendo o herói das sucessivas estórias um ás da aviação, não vá a série entrar em voo picado.

Se assim fosse, seria verdadeiramente desapontador: em contraste com a generalidade das estreias que ocorreram na TV portuguesa e que não passam da repetição de rotinas que já cansam,

«Major Alvega» surgiu diferente e melhor, a ponto de instilar uma pontinha de orgulho pela circunstância de se tratar de um produto português. Configurou-se, de facto, como uma excepção. De onde, também, o carácter um pouquinho excepcional desta nota: está longe de ser frequente que nas colunas do «Avante!» se preste especial a uma série de aventuras pueris.

O lado certo

Em verdade, aquelas aventuras não são tão pueris assim: mesmo à medida e no tom de uma B.D., a ficção que evoca a luta contra o nazismo tem sempre um subjacente sedimento de seriedade profunda. É claro que a banda desenhada simplifica e injecta na narração um elemento de caricatura que nos melhores casos, sendo uma forma de humor, enriquece o trabalho. Também é claro que os oficiais nazis não eram imbecis histéricos como o «Koronel Von Block» (figura admiravelmente criada pelo actor António Cordeiro), e ainda mal. Mas não é mau, antes pelo contrário, que mesmo em tom de farsa e bestialidade hitleriana seja lembrada, e essa memória é sem dúvida um activo relevante no património do «Major Alvega».

Podemos, e decerto devemos, cumprimentar a capacidade de uma produção que fez o que nunca por cá havíamos visto: combinar diferentes técnicas de forma a resultarem num televisivo «ersatz» (perdoe-se-me o germanismo que na circunstância vem mesmo a calhar) da banda desenhada que há uns trinta e tal anos trouxe a gesta da Batalha de Inglaterra para os olhos juvenis que liam o «Falcão». Embora seja preciso reflectir em que a capacidade técnica, só por si, não garante méritos que ultrapassem o estrito minimundo em que se inscreve, ao contrário do que muitas vezes apressadamente se supõe.

Eu explico melhor. Lembro-me do prodígio técnico que é a bomba nuclear e não fico

embevecido. Falam-me das empenhadas pesquisas científicas que conduzem à fabricação de armas químicas e não me sinto deslumbrado. Sei da complexa teia de contactos, dependências e cumplicidades que substanciam as transnacionais da mentira, mas não é maravilha que me empolgue. Regressando ao contexto da Segunda Guerra Mundial, direi que a Wehrmacht era sem dúvida a máquina de guerra mais avançada no plano técnico, mas que o mérito estava nos resistentes que combatiam com armas escassas e porventura débeis, quando não de

mãos nuas.

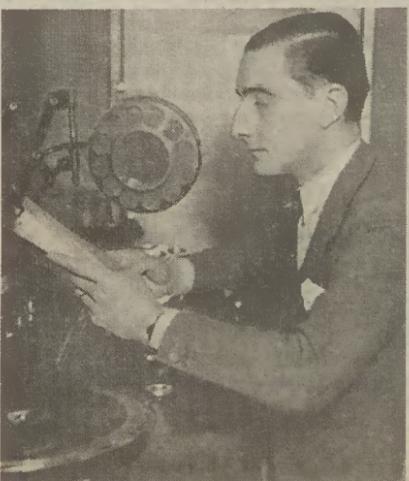
É o hábito já antigo dessa epopeia que ainda sinto passar em «Major Alvega», apesar da simplificação e do tom de comédia. Por isso digo que, neste caso, o bom trabalho técnico se situou do lado

certo. E acrescento que isso não pode ser considerado secundário.

Nota final

Não quero fechar este apontamento sem registar o factor que, com razão ou sem ela, mais directamente me despertou o eco de uma emoção: a voz de Fernando Pessa no princípio e no final dos episódios (mais no episódio de estreia, também quanto a este pormenor). Como terá acontecido a muitos outros que por esse tempo eram garotos, mas ainda assim estavam despertados para o que ia pelo mundo, a voz do Pessa a falar de Londres era o claro sinal de que a esperança ia vencer. Depois disso, aquela voz fez muitas outras coisas, decerto nem sempre as melhores, seguramente que nunca outras tão emocionantes e, sempre o quis crer, tão emocionadas. Assim me ficou na memória e no afecto.

Agora, nesta série de aventuras de B.D. a que chamei pueris, a voz do Fernando Pessa foi o toque de uma autenticidade recuperada, e não certamente por acaso. Querem saber? Tomou-me a vontade um pouco tonta de agradecer-lhe por, apesar de tudo, ter sido capaz de chegar até ali.



CRÓNICAS DE ALMEDINA

■ Jorge Gouveia Monteiro



O papel da Ciência

Um mundo infestado de demónios», de Carl Sagan. O prazer de ler um cientista-comunicador, empenhado na luta contra a estupidificação da sociedade americana (e não só). O elogio do cepticismo, da curiosidade e do método científico, contra a credulidade que deixa os humanos à mercê de todo o tipo de charlatães.

Ponto de partida do astrónomo: os milhares de relatos de cidadãos americanos (geralmente feitos no divã do terapeuta) sobre «raptos» e abusos sexuais por alienígenas. A carga emotiva rapidamente propagada por tablóides sensacionalistas e cadeias de televisão ávidas de audiência. O papel dos cientistas e a exigência de provas, a derrapagem de membros da própria comunidade científica americana para posições insustentáveis.

Um livro cheio de incursões aos obscurantismos do passado europeu, à inquisição, às aparições, à perseguição das diferenças como «cultos satânicos», às motivações mais prosaicas e menos conhecidas de uns e outros.

Os «ovnis» e todo o cortejo de alucinações frequentemente associadas, vistos como uma nova onda do mesmo fenómeno, das mesma necessidade de delírio, entroncando em poderosos interesses que dela se servem, da mesma luta entre luz e trevas.

Duas pistas interessantíssimas para a reflexão:

1. O gravíssimo contraste do mundo de hoje, formado por seres humanos muito poderosos pelos meios que utilizam, mas muitíssimo frágeis diante da superstição, muitíssimo ignorantes dos avanços da sua própria Ciência. Carl Sagan chega mesmo

a avançar a opinião de que a sociedade americana estará, deste ponto de vista, a regredir; que a pseudociência, atraentemente misteriosa, de assimilação fácil e superficial, estará a ocupar cada vez mais espaço na vida dos americanos de hoje, roubando esse espaço ao conhecimento científico. A curiosidade das crianças e dos jovens desviada da observação, do método experimental e da crítica, para o reino da credulidade e da alienação.

Com humor, Sagan põe a nu o contraste entre a atitude racional e céptica com que um cidadão compra um carro usado e a credulidade com que «engole» umas patranhas televisivas sobre alienígenas raptos ou curas milagrosas.

2. A equiparação da ciência à democracia. No sentido de que a descoberta mais brilhante tem que ser constantemente posta em causa, controvertida, até se chegar à conclusão de que há outra «hipótese» que se ajusta melhor à explicação da realidade. Na rejeição do dogmatismo, mas também no constante estímulo à renovação pela crítica, pela formulação de novas hipóteses, mesmo que aparentemente absurdas.

Em suma, não só ciência e democracia têm que aceitar a diferença de pontos de vista, como necessitam em absoluto dessa diferença, que é condição do seu aperfeiçoamento.

Um belo livro, para o nosso tempo de luta por um mundo melhor, mais vivo e menos acrítico. Um importante estímulo ao afastamento dos demónios que cercam, encantam e afligem os humanos dos nossos dias.

Um contributo para um novo impulso de civilização.



Fazer a Festa

É sob este belíssimo título que, mais uma vez, se realiza no Porto a 17ª edição do Festival Internacional de Teatro para a Infância e a Juventude que contará com a presença de cerca de 30 companhias teatrais e a apresentação de quase 50 programas diferentes. Começando amanhã, 17, e prolongando-se até dia 28, este festival apresenta dois tipos de espectáculos: os infantis, com peças a representar de manhã e à tarde, e os juvenis (no fundo extensíveis aos seus mais entusiastas frequentadores, os adultos até aos 30 anos de idade...), realizados à noite. Como destaques principais deste festival, alinham-se, a título de exemplo, no domínio dos «espectáculos juvenis»: «Linha» e «Fora de Jogo», de Israel Horovitz, pela Companhia Teatral do Chiado, que inaugura o festival; «Nocturno», pelo Acto, Instituto de Arte Dramática de Estarreja; «O Carteiro de Neruda», pela Companhia de Teatro de Almada; ou «Dom Chicote Mula Mança e seu Fiel Companheiro Zé Chupança», pela Cia. de Atores e Tramas (Brasil). Importantes, ainda, são as participações do Teatro do Morcego (Coimbra) com «Línguas», de Sam Shepard, da Comuna (Lisboa) que estreará «O Fidalgo Aprendiz» de Francisco Manuel de Melo, do Teatro ao Largo (Alentejo) que apresentará «Os Gémeos de Veneza», de Goldoni, ou do Teatro Extremo (Almada) com um espectáculo intitulado «Máscaras ou o Fim do Mundo» constituído pela articulação de «Todo o Mundo e Ninguém» (Gil Vicente) com «O Elogio da Loucura» (Erasmus). O Festival Internacional de Teatro para a Infância e a Juventude é organizado pelo Teatro Art'Imagem e os seus espectáculos decorrerão no Palácio de Cristal (Porto).



MÚSICA

Concertos Sinfónicos na FCG

Integrados na Temporada de Música e Dança 1997-1998 da Fundação Calouste Gulbenkian, realizar-se-ão esta semana dois concertos com idêntico repertório: dias 16 e 17, respectivamente, às 21.30 e 19 horas, no Grande Auditório, a Orquestra Gulbenkian sob a direcção do maestro Michael Zilm e com a participação do solista Yuri Bashmet (viola) interpretarão o Concerto para Viola e Orquestra de Alfred Schnittke e (incluída na audição integral das sinfonias de Bruckner) a Sinfonia nº 9 em Ré menor.

Música antiga em Oeiras

A cozinha do antigo Palácio do Egipto, junto à Igreja Matriz de Oeiras, foi transformada no Café da Música, um local onde se pode comer bem e contactar com a arte e a cultura. Por exemplo, no próximo sábado, pelas 21.30, estarão ali Tiago Malato, Francisca Neto, Andrea Jorge, Rui Malato e Carlos Malato que farão ouvir Música Antiga Ibérica do século XVI. Na segunda parte do concerto, Teresa Gonçalves acompanhada por Richard Hunnable interpretará obras do Cancioneiro de Elvas.



VARIA

Arte e Cultura em Évora

Em colaboração com a Câmara Municipal de Évora, A Academia de Música local, a Universidade e outras instituições do concelho, o CRAE, Centro Regional das Artes do Espectáculo ligado ao CENDREV leva a cabo uma actividade cultural relevante que, finda a fase piloto da sua implantação, já conta no seu activo 256 espectáculos no domínio da música, da dança e do teatro, aos quais assistiram cerca de 30 mil espectadores. Por exemplo, para os próximos dias, destacam-se as seguintes realizações: dia 16, às 21.30, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Évora, recital por Lília Lalova (violino) e Lucjan Luc (piano); dia 18, às 21.30, no Teatro Garcia de Resende, o bailado «Azul Esmeralda» pela Companhia Paulo Ribeiro, com música original de Nuno Rebelo; dias 21 a 24, às 11 e 15 horas, «Quasi una Fantasia» de Pedro Andrade e José Geraldo, pelo Efémero - Companhia de Teatro de Aveiro, nos Antigos Celeiros da EPAC.

ESCAPARATE

TEATRO



«O Rapaz de Papel» chega ao fim

Restam ainda seis dias aos interessados que queiram assistir, no Teatro da Trindade, à representação da peça musical «O Rapaz de Papel», um projecto encomendado pelo Festival dos 100 dias (Expo 98). Partindo de uma história original de Nuno Artur Silva, com encenação de Joan Font, a peça tem letra e música de Pedro Abrunhosa e o elenco é composto por 18 actores e 6 músicos. Os cenários são de Damian Galan, habitual colaborador do grupo Els Comediants, e baseiam-se numa evocação de figuras conhecidas da banda desenhada, de Little Nemo a Corto Maltese passando por Tintin ou Mandrake.

«Lorca - Espanha - Cumplicidades»

É sob este título que o Grupo de Teatro «Intervalo» vai comemorar o centenário do nascimento de Federico Garcia Lorca, repondo durante 4 representações o espectáculo que constituiu um dos seus últimos êxitos, traduzidos em 6 meses em cena e participação no Festival de Cáceres. Com encenação de Armando Caldas, cenografia de António Casimiro, desenho de luzes de Daniel Varela, coreografia de Jorge Marin e música de Carlos Alberto Moniz, o espectáculo será apresentado no Auditório Municipal Lourdes Norberto em Linda-a-Velha nos dias 17, 18, 24 e 25 de Abril, pelas 21.30.

CINEMA



«Conversa Acabada» (João Botelho)

Retrospectiva portuguesa

Está a realizar-se numa das salas do Quarteto - e decorrerá até fins de Maio - uma retrospectiva na qual serão projectadas algumas das melhores obras da maioridade do cinema nacional pertencentes às últimas três décadas, desde filmes prestigiados do chamado Cinema Novo português - como *Verdes Anos* e *Mudar de Vida*, de Paulo Rocha, ou *Belarmino* e *Uma Abelha na Chuva*, de Fernando

Lopes, até aos representantes da chamada «geração da Escola de Cinema», com obras de cineastas como Cristina Hauser, Victor Gonçalves, Joaquim Pinto, Joaquim Leitão ou Teresa Villaverde. Pelo meio, serão projectados alguns dos filmes que, de forma tão diversa, ajudaram a configurar uma cinematografia com identidade nacional, como a título de exemplo, *Cerro maior* (Luís Filipe Rocha), *Francisca* (Manoel de Oliveira), *Kilas*, *O Mau da Fita* (Fonseca e Costa), *Conversa Acabada* (João Botelho), *A Estrangeira* (João Mário Grilo) ou *Recordações da Casa Amarela* (João César Monteiro). Esta retrospectiva, com projecções todos os dias úteis pelas 19 horas, é organizada pela Ópio - Arte e Cultura, em colaboração com os cineclubes do Instituto Superior Técnico e da Universidade Independente.

LIVROS

Hafsa Zinai-Koudil

SEM VOZ

Amnon Kapeliouk

RABIN

UM ASSASSÍNIO POLÍTICO

Sylvie Brunel

OS QUE VÃO MORRER DE FOME

Aung San Suu Kyi

CARTAS DA BIRMÂNIA



Campo da Actualidade

Pois desta vez falemos de uma colecção, a propósito de quatro livros recentemente publicados pela Campo das Letras. A falta de espaço não nos permite referi-los a cada um por si. Mas, pegando no título de um deles, *Sem Voz*, assinado pela argelina Hafsa Zinai-Koudil, diríamos que este colecção *Campo da Actualidade* vem dar voz, em português, a uma série de autores que, em romance, em documento ou em ensaio, divulgam os problemas e os dramas dos seus povos. Lê-los é ficar a saber mais - ou a saber simplesmente - sobre as realidades deste mundo tão globalizado que frequentemente «esquece» os dramas e a vontade de resistir e de os resolver. *Sem Voz* é um testemunho vivido do terror argelino. *Rabin - um Assassínio Político*, de Amnon Kapeliouk, jornalista, com prefácio de José Goulão, aborda as questões do nacionalismo, da religião e da violência em Israel. *Os que Vão Morrer de Fome*, de Sylvie Brunel fala do drama dos povos condenados à miséria pela nova ordem internacional comandada pelos grandes. Por fim, *Cartas da Birmânia*, de Aung San Suu Kyi, a laureada com o Nobel da Paz, em cartas da prisão, conta-nos as lutas pela democracia no seu país.

CERTEZAS SONHOS DESILUSÕES

Alberto Pedro Capão

Certezas Sonhos Desilusões

Uma segunda edição quer dizer sempre que a primeira já lá vai, esgotada pelo gosto que os leitores tomaram a um livro. É certamente o caso deste livro de poemas do nosso camarada e amigo Alberto Pedro Capão que em verso nos dá a sua visão a um tempo empenhada e céptica do mundo. Uma visão de resistente que, apesar do amargor das derrotas, ousa dizer que *Aqui mora ainda a esperança*. Uma edição do autor, com capa de Júlio Vintém.

ATAUHE DE FOICE

Nós, por cá...

O itinerante primeiro-ministro António Guterres aproveitou esta semana uma ocasional passagem por Lisboa para ir até à 'Expô' encomendar o novo Metro aos portugueses. A aguardá-lo numa estação novinha em folha, uma daquelas surpresas em que as deslocações oficiais com transmissão televisiva são profícuas: o pai, certamente saudoso, que aproveitou a oportunidade de encontrar o filho a cores e ao vivo e lhe afinhou carinhosa beijoca na bochecha, sob o olhar enternecido da comitiva e das câmaras, que não deixaram de registar o rubor que se apossou por breves instantes da governativa face.

Depois foi ver o primeiro-ministro, de capacete azul, armado em páginas amarelas do metropolitano, explicando como vai ser fácil chegar à 'Expô' por via subterrânea, seja qual for o ponto de partida, poupando tempo e dinheiro e sobretudo evitando as previsíveis bichas que já se antevêm para a última exposição do século. Já de gabardine e cabeça ao léu, os portugueses ainda puderam ver por breves instantes o seu primeiro-ministro a ginastizar as pernas para saltar as poças de água que alagam os acessos à 'Expô', onde a persistir o tempo molhado e os atrasos nos trabalhos mais vai valer ir de galochas todo o terreno.

Ainda esta semana, já com as malas aviadas a caminho da China, Guterres teve ainda tempo de dar uma saltada ao Parlamento para um encontro relâmpago com os deputados da Nação, e ala que se faz tarde, lá seguiu para nova corrida, nova viagem. A estas horas deve estar a experimentar os pauzinhos na caça ao arroz chau-chau, sem tempo a perder com as comezinhas preocupações dos portugueses.

Nada de grave, de resto, que este é um ano em que todo o povo tem obrigação de ser feliz. Porque a Ponte Vasco da Gama já funciona (mal, mas funciona); porque os trabalhos no evento do século estão para lavar e durar; porque a brucelose é um património nacional que o país não vai deixar desaparecer; porque nas forças policiais a tradição ainda é o que era, bate-se primeiro e pergunta-se depois; porque as tarifas telefónicas baixaram apesar de estarem cada vez mais caras; porque os presos fogem da prisão com a benção dos bispos; porque já ninguém acredita em greves, mas lá que existem, existem; porque os referendos estão na calha e não há nada melhor do que uma campanha para animar as hostes; porque os barões do partido laranja voltam a afiar as facas em mais um corridinho algarvio, que tem desde já o mérito de ter posto Marcelo em meditativo retiro; porque os peptólogos voltaram à ribalta para anunciar a morte definitiva do há muito morto e enterrado comunismo; porque, enfim, até o Movimento Europeu presidido por Mário Soares caiu sob a alçada de Bruxelas por causa de uns trinta mil contitos mal parados, e nada é mais estimulante do que o perfume do escândalo. Guterres não tem pois motivos de preocupação e pode continuar a cruzar os ares nas suas deambulações pelo vasto mundo, ou não fosse Portugal um país de navegadores. Para ajudar à festa, nem faltou sequer por aí o boato, de obscura origem como mandam as regras, a dar como provável a sua indignação para substituir Jacques Santer à frente da Comissão Europeia, o que mesmo não passando de conversa fiada calha sempre bem num currículo político.

O país, esse, cá vai andando. Devagarinho, que a perna é curta.

■ Anabela Fino

ÚLTIMAS

Reforma da Segurança Social PCP disponível para negociar

Em conferência de imprensa, ontem realizada, Edgar Correia, membro da Comissão Política do PCP, manifestou a disponibilidade do Partido para participar na negociação proposta pelo Governo para a reforma da Segurança Social sublinhando no entanto que tal não é dissociável do empenho dos comunistas na afirmação pública das suas próprias análises e propostas neste domínio.

Edgar Correia começou por salientar que a reforma dos sectores da Segurança Social e da Saúde deve significar «mais e melhor Saúde, mais e melhor Segurança Social, para todos os portugueses» e alertou para os «equivocos conceitos de pacto ou de Plataforma de Acordo do Regime utilizados pelo Governo na apresentação do seu objectivo negocial.

«Sejamos directos: para o PCP, o grande e único pacto político - social que rege a vida democrática chama-se Constituição da República», que «consagra, explicitamente, o quadro dos direitos sociais dos portugueses e as incumbências do Estado em relação à sua concretização. (...)

«É neste quadro que o PCP manifesta a sua disponibilidade para participar na negociação», a qual não é «dissociável do activo - e simultâneo - empenho dos comunistas, na afirmação pública das suas próprias análises e pro-

postas. E que se estende, igualmente, a um alargado processo de consulta e de diálogo que pretendemos impulsionar, abrangente quer das organizações representativas dos trabalhadores, com destaque para a CGTP-IN, quer de todo um vasto leque de organizações sociais e de individualidades que têm vindo a manifestar-se» sobre esta matéria.

Na conferência de imprensa, o PCP sublinhou ainda a ideia de que as reformas da Segurança Social e da Saúde «não podem ser realizadas no segredo dos gabinetes», defendendo a realização de debates públicos, designadamente através da mobilização do serviço público de comunicação social (RTP e RDP).

Contra teses neo-liberais

Referindo-se às propostas do Governo, Edgar Correia criticou

a «opção por teses e medidas de inspiração neo-liberal nos pontos politicamente mais sensíveis» citando a título de exemplo:

«- a adopção de uma filosofia conducente à substituição da segurança social, enquanto direito social universal e enquanto sistema público que lhe serve de suporte, por um sistema assistencialista, confinado na prática ao sector da população de mais baixos recursos, e que desvaloriza fortemente os direitos adquiridos através das contribuições dos trabalhadores;

- a introdução do plafonamento, ou seja, a redução, através de um tecto do sistema público, quer da segurança social, quer do regime da Função Pública, apesar de não ter sido demonstrada qualquer vantagem dessa medida para os activos/beneficiários e para o próprio sistema, e das desvantagens serem evidentes; conjugada com a atribuição de incentivos fiscais à aquisição de produtos de poupança privada para o desenvolvimento de esquemas complementares de reforma acima do plafond;

- a clara tentativa de redução de direitos, a pretexto da «equidade», nomeadamente através da generalização da selectividade (apresentada como uma «renovação do conceito de universalidade»!), da limitação de prestações à «condição de recursos», da sujeição das pensões adquiridas por contribuições ao conceito da regressividade, e da restrição da atribuição de pensões de sobrevivência;

- a redução da Taxa Social Única, a ser compensada por receita fiscal através de uma «contribuição de solidariedade», mas sem quaisquer garantias de que ela não venha a sobrecarregar ainda mais os trabalhadores, em relação aos empregadores, do que sucede actualmente;

- a não assumpção de qualquer compromisso efectivo de pagamento, mesmo a prazo, da elevadíssima dívida do Estado em relação à Segurança Social; e a ausência de qualquer perspectiva temporal, seja a 10 ou 15 anos, de aproximação das prestações sociais ao nível médio que vigoram na generalidade dos países da União Europeia.

Em relação à Saúde, é consensual e positivo o propósito de proporcionar ganhos em saúde aos cidadãos. Mas a estudada opacidade dos enunciados relativos à concretização de alguns dos objectivos para a reforma estrutural do sector, não consegue ocultar a gravidade das orientações propostas pelo Governo no domínio do financiamento.

Trata-se de uma política de redução progressiva do Serviço Nacional de Saúde a fins assistenciais correntes, de forma a condicionar o acesso gratuito à saúde a um pacote limitado de cuidados clínicos essenciais e aos actos de saúde pública. Conjugada com uma política de alargamento do financiamento público da prestação de cuidados de saúde por entidades privadas, e de afectação a essas entidades de mais vastos recursos públicos.

Estas orientações, se viessem a ser adoptadas, não deixariam de conduzir a dois resultados particularmente indesejáveis: ao agravamento do já elevadíssimo nível de despesas de saúde privadas, pagas pelos portugueses directamente do seu bolso (que é de cerca de 40% no nosso país, em vivo contraste com os 25% da média da União Europeia); e à pressão para o aumento das despesas com a saúde determinada pela lógica do lucro do capital financeiro e transnacional ao estenderem o seu domínio no sector».

Hoje no Parlamento PCP quer revogar taxa de activação

O projecto de lei do PCP que prevê a revogação imediata da taxa de activação introduzida pela Portugal Telecom é hoje discutido na Assembleia da República. Com este diploma, que preenche a agenda da sessão plenária, os deputados comunistas pretendem pôr termo a uma medida que consideram extremamente penalizadora para os utentes residenciais, já de si atingidos por um custo das telecomunicações que é o mais elevado da Europa.

O PCP considera que o recente aumento das tarifas telefónicas, homologado pelo Governo, não pode deixar de ser avaliado no contexto mais geral da realidade do nosso País, nem do facto de a Portugal Telecom ter

apresentado em 1997 um lucro que rondou os 70 milhões de contos.

Acresce que serviço público de telecomunicações tem uma importante função social, a qual, como não pode deixar de ser, fica seriamente afectada como as alterações agora introduzidas.

Constituído por cinco curtos artigos, o articulado do projecto de lei do PCP determina no seu artigo 3º que «é proibida a cobrança, pela entidade concessionária, aos utentes do serviço fixo de telefone, de qualquer taxa ou montante suplementar, mesmo se cobrada sob a forma de impulso, referente a comunicação telefónica, que não resulte exclusivamente da sua duração».(ver página 11).

Agricultores de todo o país vêm amanhã a Lisboa

Para exigir uma «outra reforma da PAC», agricultores de todo o país concentram-se amanhã em Lisboa, numa acção de protesto convocada pela Confederação Nacional da Agricultura - CNA, à qual aderiram várias outras organizações, em particular a AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal e a ARP - Aliança para a Defesa do Mundo Rural Português. A Federação Nacional dos Caçadores e Proprietários também irá participar.

O ponto de encontro é no Parque Eduardo VII, a partir das 13.30 horas, de onde os agricultores partem para S. Bento, para se concentrarem, frente à residência oficial do primeiro-ministro e junto da Assembleia da República.

Em comunicado de imprensa, os promotores desta acção afirmam esperar «que os nossos governantes saibam ouvir e interpretar as nossas reclamações no sentido, até, de nelas se apoiarem para não aceitar as propostas assassinas de reforma da PAC apresentadas pela Comissão Europeia».

A CNA afirma que as propostas da Comissão Europeia «vão acelerar a ruína da lavoura» e exige uma política para «apoiar a nossa agricultura e as explorações familiares» (ver página 12).



Este vai à
Festa do Avante!

